



ISSN 2965-1999

ANAIS DO



CONGRESSO NACIONAL
DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS

24 A 26 DE NOVEMBRO DE 2025



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Triângulo Mineiro



ANAIS DO V CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS -
CONERER DO IFTM

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

V CONERER DO IFTM
24 a 26 de novembro de 2025

EQUIPE DE APOIO

Alcione de Souza Júnior	Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte
Carlos André Silva Júnior	Maria Djanira de Oliveira
Cristiane Corrêa Resende	Marina Beatriz Ferreira Vallim
Fabricio Gomes Peixoto	Patricia Paes Leme Alberto Oliveira Silva
Luci Aparecida Souza Borges de Faria	Rutileia Maria de Lima Portes Vital
Márcia de Fátima Xavier	

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Aparecida Souza Aguiar	Maysa Brasileiro Guimarães Silva
Ana Rita Silva	Munís Pedro Alves
Belchior Antonio da Silva	Paula Meirilane Soares de Araujo
Cristina Matos Silva e Dias	Pedro Machado de Oliveira
Elvis Rezende Messias	Rosana Leticia Pugina
Lívio Soares de Oliveira	Sandro Barbosa e Silva
Luis Fernando Tosta Barbato	Thayla Machado Guimaraes Iglesias
Márcia de Fátima Xavier	Wanessa de Cássio Netto

COMITÊ CIENTÍFICO

Adelma Ferreira de Souza	Luis Fernando Tosta Barbato
Alcione de Souza Júnior	Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte
Alexandre de Oliveira Gama	Márcia de Fátima Xavier
Anderson Claytom Ferreira Brettas	Márcia Moreira Custódio
Andrezza Mara Martins Gandini	Marcilene de Assis Alves Araújo
Bruno Ricardo Vasconcelos	Maria dos Anjos Pereira Rodrigues
Cristiane Corrêa Resende	Marina Beatriz Ferreira Vallim
Daniela Narcisa Ferreira Bonsolhos	Marival Balduino de Santana
Dickson Duarte Pires	Marlúcio Anselmo Alves
Elvis Rezende Messias	Munís Pedro Alves
Fernando Caixeta Lisboa	Patrícia Paes Leme Alberto Oliveira Silva
Gyzely Suely Lima	Rosana Leticia Pugina
Jane Maria dos Santos Reis	Samuel de Jesus Duarte
Julienne Silva Vasconcelos	Talita Lucas Belizário de Oliveira
Laurenita Gualberto Pereira Alves	Trícia Beatriz Roza de Oliveira
Leandro Candido Brasília	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749a Congresso Nacional de Estudos das Relações Étnico-Raciais (5. : 2025 : Uberaba, MG)

Anais do V Congresso Nacional de Estudos das Relações Étnico-Raciais do IFTM / Instituto Federal do Triângulo Mineiro. – Uberaba, 2025.

88 p.

Evento realizado nos dias 24 a 26 de novembro.

Disponível em: <https://iftm.edu.br/conerer/>

ISSN 2965-1999

1. Relações étnicas. 2. Relações raciais. 3. Identidade social. I. Instituto Federal do Triângulo Mineiro. II. Título.

CDD 305.8

Bibliotecária Fernanda Imaculada Faria - CRB6/2122

A linguagem escrita, os conceitos e opiniões emitidos nos resumos constantes desta publicação são de inteira responsabilidade dos respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal à Comissão Organizadora ou ao IFTM.

Os resumos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

SUMÁRIO

A DANÇA SUTIL DAS ONDAS: O MAR ENTRE O MOVIMENTO E A MEMÓRIA NA POESIA ANGOLANA.....	1
A DECOLONIALIDADE COMO FUNDAMENTO EPISTÊMICO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	2
A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS: PROPOSTAS DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A LEI 10.639/03 E 11.645/08.....	3
A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM DIÁLOGO A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS.....	4
A ESCRITA COMO VENTRE DA RESISTÊNCIA: O FEMINISMO NEGRO NA TRAVESSIA DA MULHER PRETA, MÃE E PERIFÉRICA.....	5
A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE ATRAVÉS DA IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL.....	6
A LIDERANÇA DE MULHERES NEGRAS NA COORDENAÇÃO GERAL DA LIGA ACADÊMICA DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS LARER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM QUILOMBO ACADÊMICO.....	7
A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	8
A PROMOÇÃO DOS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CONEPSI.....	9
A TERRITORIALIDADE E O LOCUS DO LUGAR DE PERTENÇA: A DESTERRITORIALIZAÇÃO CONSTANTE DIANTE DO DESENVOLVIMENTO.....	10
AFROMAKER: ROBÓTICA E CULTURA MAKER NO PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NEGRA.....	11
AGRICULTURA QUILOMBOLA: SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	12
ANCESTRALIDADE, IMAGENS E REPRESENTATIVIDADE NO LIVRO ILUSTRADO.	13
AS NARRATIVAS DE BRANQUITUDE COMO TECNOLOGIA DE PODER: ESTUDO DA REPRODUÇÃO DE PADRÕES RACIAIS E DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM DISCURSOS MIDIÁTICOS.....	14
ATIVISMO QUILOMBOLA NO BRASIL: VIVÊNCIA, IDENTIDADE CULTURAL E JUVENTUDE.....	15
CAROLINA MARIA DE JESUS EM PALAVRAS E FOLHETOS.....	16
CAROLINA MARIA DE JESUS: EDIÇÕES CARTONERAS, CRIAÇÃO DE LIVROS ARTESANAIS.....	17
CLUBE DE LEITURAS NEGRAS E INDÍGENAS: UMA PROPOSTA PARA O LETRAMENTO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	18
COLETIVO MACONE EM MOVIMENTO: FORTALECENDO DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	19
CONSCIÊNCIA NEGRA: DISTRIBUIÇÃO DE SABERES E VALORIZAÇÃO DE PERSONALIDADES NEGRAS EM DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO....	20
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA INTERCULTURAL CRÍTICA E O LETRAMENTO	

RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE BELMONTE-BA.....	21
CORPO, GÊNERO E COMPETIÇÃO: OS DILEMAS DAS ATLETAS-MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE.....	22
CRIANÇAS NEGRAS ADOTADAS NAS TELENÓVELAS BRASILEIRAS: PRIMEIROS PASSOS DE UMA INVESTIGAÇÃO.....	23
DESIGUALDADES RACIAIS, EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES: UM ESTUDO EM ANDAMENTO.....	24
DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA: ENTRE PINTURAS, TINTAS E CORPOS INDISCIPLINADOS.....	25
DO APAGAMENTO À VALORIZAÇÃO: TRAJETÓRIAS DA ESTÉTICA NEGRA NO CONTEXTO DO ATLÂNTICO NEGRO.....	26
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: O JOGO AFRICANO TSORO YEMATATU COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA MATEMÁTICA.....	27
EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003.....	28
EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	29
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, BULLYING E DISCRIMINAÇÃO PARA PROMOVER ESCOLAS SEGURAS, INCLUSIVAS E ANTIRRACISTAS.....	30
EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DOS JOGOS TRADICIONAIS DO POVO JAVAÉ: SABERES CORPORAIS E EPISTÊMICOS NA ALDEIA BOA ESPERANÇA.....	31
EDUCAÇÃO, IGUALDADE RACIAL, E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS NO CONTEXTO DOS IFS E DA LEI 10.639/2003.....	32
ENTRE ESPELHOS E SILÊNCIOS, QUANDO O SABER TEM COR: A INTERSECCIONALIDADE COMO CHAVE PARA DESNUDAR A BRANQUITUDE HEGEMÔNICA NA ACADEMIA.....	33
ENTRE MULHERES E QUADRINHOS: VOZES, TRAÇOS E RESISTÊNCIAS.....	34
ENTRE O PNBE E O PNLD: LITERATURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	35
ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: DANÇAS E DEVOÇÕES DOS ESCRAVIZADOS NAS MINAS OITOCENTISTAS.....	36
EPISTEMICÍDIO ALGORÍTMICO NA COLONIALIDADE DIGITAL: ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	37
ESCOLA INDÍGENA WATAKURI: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, BILÍNGUE E INTERCULTURAL.....	38
ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E DA PNEERQ NO ENSINO FUNDAMENTAL (2014–2025).....	39
FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: CAMINHOS PARA COMPREENDER DESIGUALDADES NO CONTEMPORÂNEO.....	40
FEMINISMO NEGRO, INTERSECCIONALIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	41
GRADA KILOMBA E A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	42
INTERSECCIONALIDADE: CLASSE, GÊNERO E ANTIRRACISMO NO CONTEXTO DE PENSAR UMA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EMANCIPATÓRIA E REVOLUCIONÁRIA.....	43

INVESTIGAÇÕES SOBRE O PROTAGONISMO INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS.....	44
JOGOS EDUCATIVOS BILÍNGUES (INY RYBÊ/PORTUGUÊS) VIA WORDWALL: UMA PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO LINGUÍSTICA E O LETRAMENTO INTERCULTURAL DO POVO JAVAÉ.....	45
LEIS DE INCENTIVO À CULTURA E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM MINAS GERAIS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2024.....	46
LETRAMENTOS INY RIBÊ JAVAÉ: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL.....	47
LIBERDADE ROUBADA, HUMANIDADE REINVENTADA: COTAS RACIAIS, JUSTIÇA EPISTÊMICA E O SONHO DEMOCRÁTICO DE REPARAÇÃO A PARTIR DE LÍVIA SANT'ANNA VAZ.....	48
LIVRO ILUSTRADO: VISUALIDADES E PROCESSOS DE CRIAÇÃO.....	49
MERCADO E EDUCAÇÃO: A RECORRÊNCIA DE GRUPOS EDITORIAIS NOS EDITAIS DO PNLD - BIOLOGIA.....	50
MULHERES NEGRAS E PORTUGUÊS BRASILEIRO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E ESCRIVÊNCIA.....	51
MULHERES NEGRAS EM JOGO: O OLHAR COMO GAMER SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO NO UNIVERSO GEEK.....	52
NEABI EM AÇÃO: PROJETO DE ENSINO PARA VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	53
O ENSINO DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO FERRAMENTA PARA A DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS.....	54
O IMPACTO DA LEI DE COTAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	55
O PAPEL DA EDUCAÇÃO ALTERNATIVA NA MEMÓRIA, LUTA, E NA PERSISTÊNCIA DOS QUILOMBOS DE JANUÁRIA.....	56
O PENSAMENTO DE BELL HOOKS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS: PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	57
O PEQUENO PRÍNCIPE E A BELEZA DO OUTRO: O DISCURSO DE ÓDIO CONTRA MULHERES NEGRAS NAS MÍDIAS DIGITAIS.....	58
O PORTUGUÊS EM CENA: LITERATURA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E RESISTÊNCIA EM O QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	59
OBAX (2010) E BIBLIOTECAS JARDINS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO CULTURAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	60
OLHAR E VER: INVISIBILIDADE, RESISTÊNCIA E OS DESAFIOS DE PROFESSORAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESCOLONIZADORAS NO COTIDIANO ESCOLAR.....	61
OS IMPACTOS DO PROJETO DE CAPOEIRA PÉ CRUZADO NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU- PR: A PERCEPÇÃO DOS IDEALIZADORES DO PROJETO.....	62
OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS EM OS NOVE PENTES D'ÁFRICA: A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE.....	63
PARA ALÉM DO CORPO DÓCIL: CLÍNICA AFROCENTRADA E CORPOREIDADE...	64
PLANO DE ORIENTALIZAÇÃO DO BAIRRO DA LIBERDADE DE SÃO PAULO E O AGENCIAMENTO DAS MEMÓRIAS NEGRO-INDÍGENAS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	65

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: LEGISLAÇÃO, EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA — FASE I (1822–1889).....	66
POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA AO COLONIALISMO: O USO DE FRANTZ FANON E SUELI CARNEIRO COMO CRÍTICA AO EPISTEMICÍDIO NEGRO.....	67
PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE JAVAÉ NA CONSTRUÇÃO DO PGTA.....	68
PRETITUTES AFIRMATIVAS: DIÁLOGOS RACIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTES PARA A EQUIDADE.....	69
PROJETO DE ENSINO: RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL.....	70
QUANDO A ESCOLA DESLIGA O SOM: RACISMO, HOMOFOBIA E A LIÇÃO NÃO APRENDIDA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	71
QUANDO O TERRITÓRIO FALA, O DIREITO ESCUTA: O CONSTITUCIONALISMO QUILOMBOLA E A (RE)EXISTÊNCIA COMO DIREITO HUMANO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	72
RACISMO E COLONIALIDADE: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS.....	73
RE/DE/BATENDO O ASSOMBRO COLONIAL EM DAHOMEY (2024): A REDESTRUIÇÃO COMO PRÁXIS ANTICOLONIAL.....	74
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DE JOGO DIGITAL INSPIRADO NO LIVRO “FOGO, GENTE” DO ESCRITOR INDÍGENA CRISTINO WAPICHANA.....	75
REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA ARTE E CULTURA DA PEQUENA ÁFRICA: MULHERES COMO AGENTES DE MUDANÇAS.....	76
REPRESENTAÇÕES RACIAIS E COLONIALIDADES EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA.....	77
REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NAS IMAGENS DO LIVRO ILUSTRADO.....	78
RITMOS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DA MÚSICA NEGRA BRASILEIRA NA UNIDADE CURRICULAR POLITÉCNICA.....	79
SONS QUE PERMANECEM: FORTALECIMENTO E SUSTENTAÇÃO DO GRUPO MUSICAL AFRO-BRASILEIRO DO IFTM.....	80
TECENDO A IDENTIDADE: O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO NA REPRODUÇÃO CULTURAL DO QUILOMBO CLARO, PRATA E OURO FINO EM PARANÁ, TOCANTINS.....	81
TEORIA INTERSECCIONAL E A CRÍTICA À INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA IDENTITÁRIA PELOS APARATOS REPRESSIVOS DO ESTADO.....	82
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E SABERES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DIFERENÇAS NO CONTEMPORÂNEO.....	83
TERRITÓRIOS DE SABERES E EDUCAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E A EMANCIPAÇÃO JUVENIL EM BREJINHO DE NAZARÉ/TO.....	84
UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE VOZES ANCESTRAIS INDÍGENAS E HISTÓRIAS QUE ME CONSTITUEM.....	85
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UM PROCESSO CRIMINAL.....	86
VOZES ANTIRRACISTAS - ROMPENDO SILÊNCIOS.....	87
VOZES PENDURADAS NO VARAL DA ESCRIVÊNCIA.....	88

A DANÇA SUTIL DAS ONDAS: O MAR ENTRE O MOVIMENTO E A MEMÓRIA NA POESIA ANGOLANA

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Prisciele Cristina Bottaro de Melo¹

Este trabalho investiga o elemento mar como operador simbólico de memória, identidade e resistência em três poemas da lírica angolana: “Adeus, irmão branco!” (Geraldo Bessa Victor), “Sô Santo” (Viriato da Cruz) e “O búzio” (Manuel Rui). Objetiva-se compreender como o mar, ora fronteira e caminho histórico da colonialidade, ora depósito de resíduos e decadências, ora espaço sensorial de escuta e comunhão, articula experiências coletivas de um povo, acionando a oralidade, a musicalidade do verso e repertórios de saberes populares. Metodologicamente buscou – se elucidar pontos como: estrutura (versificação, métrica...), recursos sonoros e rítmicos (aliteração, assonância, onomatopeias...) e figuras de linguagem, tanto no âmbito da construção como em análise simbólica como metáforas, metonímias entre outros. O corpus é lido à luz de discussões sobre oralidade e performance poética, privilegiando a “escuta compartilhada” como gesto crítico que aproxima práticas culturais, produção artística e a busca de uma identidade nacional angolana. Como síntese parcial de resultados, observa-se: em Bessa Victor, o mar figura uma fronteira histórico-colonial e convoca um apelo ético (“não esquecer a alma”) que reescreve dignidade; em Viriato da Cruz, o mar aparece como destino do excesso e metáfora amarga de queda, expondo tensões pós-coloniais e a cena comunitária marcada por fala popular; em Manuel Rui, o mar torna-se paisagem acústica e tátil (o búzio) que reativa memórias involuntárias, propondo um rito de escuta e pertencimento. Conclui-se, assim, que o motivo marítimo, longe de mero cenário, opera como guardião da memória coletiva, mediando redes de apoio simbólico, preservação de saberes e práticas potencialmente pedagógicas no campo das artes e da cultura.

Palavras-chave: Angola. Geraldo Bessa Victor. Lírica angolana. Manuel Rui. Mar. Memória. Viriato da Cruz.

¹Mestranda em Estudos Literários no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGELIT), Universidade Federal de Uberlândia, prisciele.melo@ufu.br

A DECOLONIALIDADE COMO FUNDAMENTO EPISTÊMICO PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Hugo de Souza Lima de Oliveira¹

O presente estudo propõe-se a analisar a profunda conexão entre o referencial da decolonialidade e as demandas da educação antirracista no contexto pedagógico da educação básica. A pesquisa parte da premissa de que as dinâmicas de poder na América Latina persistem impregnadas pelas heranças culturais, políticas e epistemológicas do período colonial, sendo a racialização dos povos não-europeus o mecanismo central dessa perpetuação. O propósito essencial é demonstrar como o pensamento decolonial, ao legitimar e construir pontes com os saberes subalternizados por séculos, atua como uma ferramenta decisiva no combate à persistente lógica racista e colonial na educação. A investigação utilizou como estratégia metodológica uma revisão bibliográfica, ancorada em autores chave do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), como Quijano (2015), Walsh (2009) e Maldonado Torres (2007), em diálogo com pesquisadores brasileiros proeminentes como Candau (2016), Oliveira (2016) e autores do campo da educação antirracista como Gomes (2010, 2017) e Cavalleiro (2001, 2021). As reflexões desenvolvidas convergem para a conclusão de que a colonialidade — o padrão sistêmico de dominação que sobreviveu à extinção do colonialismo formal e se manifesta nas esferas do poder, do saber e do ser — é o alicerce de um racismo estrutural que desumaniza e marginaliza os negros. A racialização, serve como um instrumento indispensável para a manutenção do capitalismo global, garantindo a hegemonia da elite branca. Portanto, a conjugação da educação antirracista e decolonial materializa-se como um projeto de emancipação que visa expor o caráter colonial da sociedade, confrontar a homogeneização eurocêntrica imposta pela escola e desestabilizar a lógica dicotômica entre "dominador e dominado". A superação desse quadro exige uma mudança que transcenda a inserção temática superficial, demandando um repensar radical de toda a arquitetura curricular nas escolas de educação básica, priorizando ativamente os saberes subalternos e as epistemologias negras. O horizonte desse esforço é fomentar uma prática educativa que celebre a diversidade e que promova a emergência de novas formas de sociabilidade e subjetividade, não mais pautadas pela opressão moderno/colonial.

Palavras-chave: Decolonialidade. Educação Antirracista. Epistemologia.

¹ Graduado em História e Pedagogia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Grupo de Pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação - CNPQ/UESB. Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Domingos Chaves, em Barro Preto/BA. E mail: hugolimaa43@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1671-9289>

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS: PROPOSTAS DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA A LEI 10.639/03 E 11.645/08

Grupo de Trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Jaciane dos Santos Santana¹

Ana Cecília Souza Santana Lacerda²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas atividades pedagógicas antirracistas desenvolvidas no município de São Miguel das Matas – BA. Busca-se, por meio da implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, promover a valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para o reconhecimento, a ressignificação e o respeito às identidades, histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no ambiente escolar e na sociedade. Reconhece-se que muitos educadores, por não disporem de materiais adequados e sugestões de atividades, enfrentam dificuldades para trabalhar a educação antirracista em sala de aula. Diante desse cenário, propõe-se a seguinte questão norteadora para o projeto desenvolvido em São Miguel das Matas – BA: como desenvolver práticas pedagógicas antirracistas que ampliem o protagonismo e ressignifiquem a história e a cultura dos povos negros e indígenas nas escolas públicas? Acredita-se que, por meio de atividades que abordem as relações étnico-raciais, seja possível resgatar o protagonismo negro e indígena, fortalecer a autoestima de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados e combater o racismo estrutural presente nas escolas e na sociedade. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e interdisciplinar, com ênfase na educação para as relações étnico-raciais, dando destaque para as discussões de Djamila Ribeiro (2017), Kabengele Munanga (2009), Chimamanda Adichie (2019), dentre outros. Essa metodologia valoriza a escuta sensível, o protagonismo estudantil, a pesquisa, o trabalho coletivo e a produção cultural. Espera-se, assim, que os espaços escolares se tornem ambientes de diálogo e reflexão sobre os fundamentos do letramento racial, fortalecendo as identidades, as representações positivas e a autoestima dos alunos negros e indígenas.

Palavras-Chave: Diversidade. Educação antirracista. Educação pública. Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Apoio: CAPES pela bolsa concedida, sem a qual seria impossível a realização da pesquisa.

¹Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS).
E-mail: jaciesantana22@hotmail.com

²Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS).
E-mail: ceciliaslacerda.acl@gmail.com

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM DIÁLOGO A PARTIR DAS EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

**Grupo de trabalho: Educação e Políticas Públicas para as Relações Étnico raciais
Daniel Antonio Coelho Silva¹**

As relações étnico-raciais possuem um extenso histórico de discussões e estudos, tanto no Brasil quanto no exterior. Isso não indica que o entendimento da questão esteja completo; pelo contrário, a discriminação racial ainda permeia a estrutura econômica, política e social das sociedades, se reconfigurando e se reproduzindo, mesmo diante das lutas dos que não aceitam tais opressões. No que tange à questão étnico-racial, é fundamental não apenas incluir conteúdos sobre Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER) nos currículos, mas também realizar análises críticas dos equívocos históricos presentes nos cânones científicos, evitando a reprodução de preconceitos. Assim, a descolonização dos currículos se torna necessária, sem desconsiderar as suas contribuições. O objetivo é promover um diálogo efetivo entre os saberes, evitando um modelo histórico hierárquico que desumanize os sujeitos, reduzindo-os a objetos de análise. Este estudo adota uma abordagem qualitativa e se insere na pesquisa bibliográfica, documental e de análise de conteúdo, focando a presença da ERER nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP). A pesquisa também analisa documentos normativos, como o Currículo Referência de Minas Gerais, o Plano Estadual de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de produções acadêmicas disponíveis na base da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), selecionadas por meio de uma revisão narrativa. Essa revisão possibilitou uma compreensão crítica dos desafios e avanços na implementação da ERER, destacando os limites entre o marco legal e a prática pedagógica. O estudo reforça a necessidade de reorientação das estratégias de enfrentamento ao racismo nas escolas e a importância da pesquisa qualitativa na análise das dinâmicas sociais que permeiam a educação antirracista no Brasil.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico-Raciais. Projeto Político Pedagógico. Lei nº 10.639/2003. Educação Antirracista.

Apoio: interno (IFTM)

¹Doutorando em Educação (UNIUBE), Professor EBTT - História IFTM - Campus Uberaba, danielcoelho@iftm.edu.br

A ESCRITA COMO VENTRE DA RESISTÊNCIA: O FEMINISMO NEGRO NA TRAVESSIA DA MULHER PRETA, MÃE E PERIFÉRICA

Grupo de Trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Leila Camila Barbosa Moreira¹;

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima²

O presente trabalho nasce do compromisso de romper o silêncio que historicamente marginaliza as vozes negras, especialmente de mulheres pretas, pobres, mães e periféricas, cujas experiências foram sistematicamente excluídas dos espaços formais de produção do conhecimento. A pesquisa tem como objetivo analisar de que modo o racismo epistêmico e institucional opera dentro da academia, apagando saberes, trajetórias e metodologias produzidas por mulheres negras, ao mesmo tempo em que reafirma a hegemonia branca como suposto parâmetro universal. Em diálogo com Carla Akotirene, compreende-se que o racismo epistêmico estrutura a crença de que mulheres negras não são produtoras legítimas de conhecimento, relegando-nos a lugares de suporte, serviço ou silêncio. Tal compreensão se entrelaça com minha vivência enquanto mulher preta em formação acadêmica, que se percebe constantemente invisibilizada, exigida a provar sua competência, talento e trajetória diante de colegas e alunas brancas cuja branquitude lhes garante legitimidade presumida. A escrita, nesse contexto, emerge como gesto de denúncia e de reexistência, instrumento de resistência e retomada de uma narrativa própria, em que minha experiência, maternidade e ancestralidade tornam-se territórios de investigação e política. A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada na autoetnografia (escrevivência) e na revisão bibliográfica de autoras como Neusa Santos Souza, Cida Bento, Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Bell Hooks e Carla Akotirene, articulando reflexões teóricas com relatos pessoais e vivências cotidianas de enfrentamento do racismo estrutural. Essa abordagem permite compreender o conhecimento como construção situada, afetada pelas condições materiais e emocionais de ser mulher negra na academia. Os resultados evidenciam que o racismo epistêmico permanece como forte barreira à inclusão e valorização de mulheres negras no meio científico, produzindo desgaste emocional, desigualdades e isolamento. Contudo, a presença dessas mulheres como autoras e sujeitas de suas próprias narrativas tenciona estruturas de exclusão, inaugurando epistemologias que se fundamentam no afeto, na coletividade, na ancestralidade e na reparação histórica. Conclui-se que a escrita, enquanto prática política e ancestral, constitui ferramenta de libertação e reconstrução de caminhos que permitam às mulheres negras produzir conhecimento desde seus próprios ventres, mundos e experiências, afirmando-nos como autoras de nossas vozes e histórias.

Palavras-chave: Afrocentramento. Autoetnografia. Escrevivência. Feminismo negro. Maternidade preta. Racismo epistêmico.

¹Estudante de Tecnologia em Eventos, IFB-Campus Brasília, leilacamila.bn@gmail.com

²Doutora em Geografia. Docente do Instituto Federal de Brasília. E-mail: leticia.lima@ifb.edu.br

A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE ATRAVÉS DA IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade

Gabriela Pereira Vanzela¹;

Ryan Lopes de Freitas²;

Maylla Chaveiro³

Este estudo possui como objetivo caracterizar e refletir acerca do papel constituinte de subjetividades negras que a literatura infantil possui. Estas reflexões se darão a partir de uma análise dos livros selecionados, bem como uma revisão bibliográfica em diálogo com a fundamentação teórica escolhida. É importante contextualizar que a literatura possui um papel fundamental na construção de narrativas que retratam a sociedade, potencializam a criatividade e a imaginação, bem como criam representações que possam tornar-se constituidoras de identidades. Desta maneira, o livro infantil como instrumento de potencialização e formação de identidades negras pode apresentar-se como uma ferramenta antirracista e estratégica na formação de subjetividade da criança negra. Quanto à escolha metodológica, selecionou-se obras que retratassem os principais elementos simbólicos e narrativos presentes no movimento negro brasileiro, sendo eles: cabelo, ancestralidade, estética negra e a quebra de estereótipos racistas. Como critério de inclusão dos livros, foram selecionados apenas livros infantis publicados a partir do ano de 2016, protagonizados por personagens pretas. Assim, nossa análise é constituída pelos dados coletados das obras: *Os Cabelos de Sara* (2016), *Meu Crespo é de Rainha* (2018), *Que Cabelo é Esse, Bela?* (2018), *Amoras* (2018) e *O Pequeno Príncipe Preto* (2020). Como resultados, foi possível refletir acerca das principais questões: 1) A estética negra, em especial no que refere-se ao cabelo, mostra-se como um elemento importante na construção da autoestima, levando ao empoderamento de crianças contra o auto-ódio perpetuado pelo racismo; e 2) A comunidade e elementos ancestrais presentes nas obras revelam-se essenciais no processo de auto aceitação. Desta forma, entende-se que o processo de autoconhecimento na criança preta se potencializa a partir do conhecimento da história e tradições afrodiaspóricas. Conclui-se, portanto, que livros infantis de protagonismos negros se apresentam como uma estratégia lúdica, potente e acessível - especialmente quando implementada em serviços públicos de educação e saúde. Revelando, assim, seu valor para o enriquecimento da cultura e da identidade negra.

Palavras-chave: Afrodiaspórico. Crianças Negras. Identidade Negra. Literatura Infantil. Subjetividade.

¹Graduanda em Psicologia, UFTM, gabivanzella10@gmail.com

²Graduando em Psicologia, UFTM, lopesryan16@gmail.com

³Doutora em Psicologia, UFTM, mayllachaveiro@gmail.com

A LIDERANÇA DE MULHERES NEGRAS NA COORDENAÇÃO GERAL DA

LIGA ACADÊMICA DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS LARER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM QUILOMBO ACADÊMICO

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Gabriela Pereira Vanzela ¹;

Tamires dos Santos²;

Maylla Chaveiro³

A Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais (LARER) é um espaço de aquisição de conhecimentos e potencialização de saberes afroreferenciados e indígenas, que possibilita a participação de todos os cursos da UFTM. Nesse contexto, a liga promove um espaço de quilombo acadêmico, seguindo a perspectiva difundida por Abdias do Nascimento, que conceitua o quilombismo como um processo essencial de enfrentamento ao racismo. Numa perspectiva ancestral, sociedades tradicionais pré-colonização valorizavam a liderança da mulher negra a partir de valores que privilegiavam suas vivências e senioridade em detrimento de características opressoras de gênero, corroborando em estilos de liderança mais igualitários. Nesse sentido, refletir o papel da liderança de mulheres negras no contexto atual acadêmico mostra-se essencial para a concepção de estilos de liderança que contrariem a lógica hegemônica e patriarcal. Por metodologia, este estudo trata-se de um relato de experiência de duas graduandas de Psicologia e atuais coordenadoras gerais discentes da LARER. A prática de coordenação foi feita a partir de reuniões gerais mensalmente em conjunto com os(as) demais coordenadores, e quinzenais com coordenadores por áreas da liga, constantemente privilegiando relações horizontais. Importante destacar que a organização do cargo de coordenação geral não possui distinções hierárquicas, a fim de promover a distribuição de funções de maneira igualitária e desbravar novos estilos de liderança horizontalizada e de cuidado coletivo. A responsabilidade de supervisão das áreas da liga foi dividida entre as duas discentes. Como resultados, percebeu-se que as práticas adotadas contribuíram para o engajamento tanto dos(as) ligantes quanto dos(as) demais coordenadores(as). No que tange às coordenações por áreas, foi possível observar que esse modelo de organização culminou em um foco maior em relação às atribuições propostas, delimitando funções de maneira mais direcionada. Foi observado um crescente aumento de produções científicas, como projetos relacionados à pesquisa e a extensão voltadas para relações étnico-raciais. Esta experiência reafirmou a liderança feminina negra, enraizada em tradições quilombolas, como um ato de resistência e de transformação da organização social coletiva, consolidando a busca por uma retomada identitária e coletiva.

Palavras-chave: Liderança. Mulheres Negras. Relações Étnico-Raciais. Quilombo Acadêmico. Tradições Africanas.

¹Graduanda em Psicologia, UFTM, gabivanzella10@gmail.com

²Graduanda em Psicologia, UFTM, tamiresd435@gmail.com

³Doutora em Psicologia, UFTM, mayllachaveiro@gmail.com

A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS E O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Grupo de Trabalho: Cotas e Comissões de Heteroidentificação

Kellison Lima Cavalcante¹

Thiago Coelho de Santana²

A política de cotas raciais, fruto da luta histórica do Movimento Negro, constitui hoje uma das ações afirmativas mais potentes para o enfrentamento das desigualdades raciais produzidas e reproduzidas no sistema educacional brasileiro. Embora amplamente analisada no ensino superior, a política de cotas no Ensino Médio Integrado (EMI) permanece subexplorada na literatura, revelando uma lacuna que impede compreender como essa política opera em um nível de ensino que combina formação geral e formação técnica e profissional. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da política de cotas raciais para a consolidação de uma educação antirracista no EMI, compreendendo-a como parte da missão histórica dos Institutos Federais de democratizar o acesso à educação e promover a equidade racial. Para isso, realiza-se uma discussão teórico-documental, articulando princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a perspectiva omnilateral da formação humana e os fundamentos da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Compreende-se que o EMI constitui espaço estratégico para tensionar o mito da neutralidade racial e promover práticas curriculares e institucionais comprometidas com justiça social. A política de cotas, nesse contexto, cumpre dupla função: redistributiva, ao garantir o acesso de estudantes negras e negros, indígenas e quilombolas aos cursos técnicos de nível médio; e de reconhecimento, ao afirmar identidades racializadas e produzir uma ruptura epistêmica no cotidiano escolar. A presença de estudantes cotistas amplia a diversidade, provoca debates sobre racismo institucional e desafia a escola a incorporar a ERER como eixo estruturante da formação. Nesse sentido, no EMI, as cotas além de permitirem o acesso, assumem dimensão formativa ao reorganizarem práticas pedagógicas, currículos e modos de ensinar e aprender. Elas fortalecem o caráter público, democrático e popular dos Institutos Federais, reafirmando o compromisso da Rede Federal com a superação das desigualdades estruturais. Assim, a política de cotas no EMI deve ser tratada como política pública, articulada a ações de permanência, formação docente e comissões de heteroidentificação, contribuindo para consolidar uma educação antirracista que reconheça a centralidade da juventude negra na construção do país.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas raciais. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado.

¹Licenciado em Filosofia (UFPI), Doutor em Educação (UFBA), Coordenação da Secretaria de Ensino (IFSertãoPE - Campus Petrolina), e-mail: kellison.cavalcante@gmail.com.

²Licenciado em Filosofia (UNICESUMAR), Doutor em Educação (UFBA), Técnico em Alimentos e Laticínios (IFSertãoPE - Campus Petrolina), e-mail: thiago.coelho@ifsertao-pe.edu.br.

A PROMOÇÃO DOS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PSICOLOGIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CONEPSI

Grupo de trabalho: Educação e Políticas Públicas Para as Relações Etnico Raciais

Marília Gabriela Mendes da Rocha¹;

Clésio Guarda Júnior²;

Maylla Chaveiro³

O Coletivo Negro de Psicologia (CONEPSI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é uma entidade estudantil sem filiação política partidária composta por estudantes negros da graduação do curso de Psicologia da mesma universidade. A proposta central do coletivo é a luta antirracista, o combate às opressões e desigualdades e a união entre estudantes negros, especificamente no âmbito do curso de Psicologia e da formação profissional, os quais são realizados por meio de atividades como reuniões entre os discentes negros, grupos de estudo e eventos. Nesse sentido, o presente trabalho possui o objetivo de relatar as experiências voltadas para a educação das relações étnico-raciais promovidas pelo CONEPSI no período de 2023 a 2025. A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho correspondeu a uma pesquisa qualitativa do tipo observação participante, visto que os pesquisadores são membros do coletivo que estão envolvidos com a realização das atividades. As principais experiências do coletivo dentro do curso de Psicologia que buscaram difundir conhecimentos sobre as relações étnico-raciais foram a realização de eventos acadêmicos, grupos de estudos e reuniões com professores sobre as ementas das disciplinas. Os resultados dessas atividades corresponderam a um aumento da participação de alunos de psicologia nos eventos e grupos de estudos, os quais buscaram explicitar o pensamento de estudiosos negros, como Frantz Fanon, Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, além de um aumento da disseminação do pensamento de autores negros durante as aulas. Portanto, o CONEPSI conseguiu promover uma maior discussão sobre relações étnico-raciais no curso de psicologia e explicitou a hegemonia de autores brancos, possibilitando que as futuras pessoas psicólogas compreendam o racismo como um determinante no sofrimento psíquico de pessoas negras.

Palavras-chave: Coletivo Negro. Psicologia Antirracista. Relações Étnico Raciais.

¹Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM), mariliagmrocha@gmail.com

²Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM), gj.clesio@gmail.com

³Doutora em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), maylla.chaveiro@gmail.com

A TERRITORIALIDADE E O LOCUS DO LUGAR DE PERTENÇA: A DESTERRITORIALIZAÇÃO CONSTANTE DIANTE DO DESENVOLVIMENTO

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola
Heitor Claro da Silva¹

O presente trabalho tem por objetivo central analisar o processo de desterritorialização constante promovido pelo modelo de desenvolvimento hegemônico e suas implicações para o ****locus**** de pertença e identidade de grupos tradicionais. A visão ocidental dominante, fundamentada na separação cartesiana entre o ser e o ente (Heidegger, 2021) e caracterizada pela extração de recursos (Svampa, 2019), dissocia a pessoa da natureza e do território. Esta perspectiva eurocêntrica e colonial (Quijano, 2005; Hall, 2006) não coaduna com a cosmovisão nativa brasileira (Krenak, 2019), que percebe o território como um sujeito de direito, inseparável da identidade e da vida cultural de um povo (Haesbaert, 2021). A desconfiguração das territorialidades, portanto, serve ao projeto colonial na forma de Estado independente pós-colonial. A metodologia empregada consistiu em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre os conceitos de território, pertencimento, colonialidade e desenvolvimento. A hipótese central da pesquisa, que se configura como a conclusão preliminar deste estudo, é que o modelo de desenvolvimento ocidental se baseia intrinsecamente na desterritorialização. Essa validação eurocêntrica desconsidera as necessidades e as produções tradicionais de territorialidade, resultando na criação de "não-lugares" e na retirada do sentimento de pertença das populações. Em suma, o desenvolvimento, nesse molde, atua como um produtor de massas de indivíduos soltos, sem personalidade ou identidade, o que configura uma profunda desterritorialização em nome do progresso. Este processo revela a coerção estatal subjacente que garante a manutenção de um projeto extrativista, reforçando a hierarquia que trata modos de vida não-eurocêtricos como inferiores.

Palavras-chave: Identidade. Lugar. Pertença. Territorialidade.

Apoio: Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista, Universidade de Brasília – Departamento de Estudos Latino-Americanos – Campus Darcy Ribeiro.

¹Especialista em Sociologia Política pelo IUPERJ /UCAM, Mestrando em Ciências Sociais pelo ELA /UnB e Professor do IFRR/CBV, Coordenador do NEABI do IFRR/CBV, e-mail: heitor.claro@ifrr.edu.br

AFROMAKER: ROBÓTICA E CULTURA MAKER NO PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NEGRA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Julio Cesar Ferreira¹

Trícia Beatriz Rosa de Oliveira²

O presente artigo tem como objetivo investigar de que modo práticas educativas antirracistas podem ser aplicadas ao ensino técnico de Eletrônica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), promovendo o protagonismo de estudantes negros por meio de sua atuação como monitores em oficinas de robótica educativa. A pesquisa parte do reconhecimento das desigualdades raciais e do epistemicídio enfrentados por jovens negros em ambientes acadêmicos e técnicos. Trata-se de uma investigação qualitativa fundamentada em referenciais críticos sobre educação, tecnologia e relações raciais, baseando-se nos autores Munanga, Carneiro e Hooks. O desenvolvimento do estudo ocorreu com a realização de oficinas temáticas, projetos práticos utilizando kits de robótica sustentáveis acessíveis e avaliações coletivas, buscando valorizar identidades afro-brasileiras e estimular a liderança e o protagonismo juvenil negro. A coleta de dados foi realizada por relatos dos participantes, observações diretas e análise de conteúdo. Os resultados estão sendo analisados, por se tratar de um projeto de ensino e extensão do iftm campus parque tecnologico no ano corrente de 2025, pressupostos indicam ampliação do repertório cultural e crítico, fortalecimento da autoestima e desenvolvimento de competências técnicas, além do combate à invisibilidade dos saberes negros. Sendo assim espera-se como conclusão que a implementação de práticas de robótica maker com enfoque antirracista contribui para a inclusão, a justiça social e a renovação curricular do ensino técnico, promovendo uma educação tecnológica mais diversa e equitativa. Destaca-se a importância de políticas educacionais voltadas à valorização da pluralidade epistemológica e ao enfrentamento do racismo estrutural.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Epistemicídio. Inclusão. Protagonismo Juvenil. Robótica Educativa.

Apoio: Instituto Federal do Triangulo Mineiro IFTM – Campus Parque Tecnológico de Uberaba

¹Doutor em Computação, IFTM Campus UPT, juliocesar@iftm.edu.br

²Doutoranda em Filosofia, IFTM CampusUPT, tricia@iftm.edu.br

AGRICULTURA QUILOMBOLA: SABERES ANCESTRAIS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola

Dênis Gaspar de Souza Filho¹

Patricia Paes Leme²

Este trabalho analisa as práticas agrícolas desenvolvidas em comunidades quilombolas no Brasil, destacando a articulação entre saberes ancestrais e princípios agroecológicos contemporâneos. O estudo busca evidenciar como essas práticas sustentam a organização econômica, a segurança alimentar e a resistência cultural desses grupos, constituindo-se como expressão de autonomia e sustentabilidade. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica qualitativa, com levantamento e análise de artigos acadêmicos, relatórios institucionais e materiais técnicos sobre agricultura tradicional e experiências agroecológicas quilombolas. As informações foram sistematizadas de modo a identificar continuidades e transformações nas práticas produtivas, abrangendo desde a “roça de toco” até os sistemas agroflorestais e o uso de biofertilizantes. Os resultados indicam que a agricultura quilombola, historicamente voltada ao autoconsumo e à economia comunitária, vem se consolidando como um modelo resiliente, fundamentado na diversificação de cultivos, na preservação do solo e na gestão coletiva dos recursos naturais. A análise mostra ainda o protagonismo das mulheres na manutenção dos saberes agrícolas e nas inovações sustentáveis, bem como os desafios enfrentados para o acesso a mercados, certificação e apoio técnico. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura quilombola é fundamental para a autonomia das comunidades e oferece subsídios para políticas públicas de desenvolvimento rural pautadas na justiça socioambiental. Valorizar esses sistemas produtivos é reconhecer a contribuição histórica e ecológica das comunidades negras para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo no campo brasileiro.

Palavras-chave: Agricultura Quilombola. Agroecologia. Saberes Tradicionais. Sustentabilidade.

Apoio: Fomento interno (IFTM)

¹Estudante do 3º ano de Agricultura Integrado ao Ensino Médio no IFTM Campus Ituiutaba. E-mail: denis.gaspar@estudante.iftm.edu.br

²Professora de História no IFTM Campus Ituiutaba. E-mail: patriciapaesleme@iftm.edu.br

ILUSTRADO

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Gustavo Renato Silva Campos¹;
Hélio Aparecido Lima Silva²;

Esta pesquisa evidencia a análise das ilustrações do livro *Chupim*, escrito por Itamar Vieira Junior (2024) e ilustrado por Manuela Navas (2024), com foco nos aspectos visuais — cor, estilo e processo de criação — e em como esses elementos dialogam com o conceito de ancestralidade. O estudo buscou compreender de que forma a arte visual no livro ilustrado pode expressar memórias, identidades e heranças culturais afro-brasileiras, ampliando a representatividade nas narrativas visuais contemporâneas. O estudo se desenvolveu a partir das ideias de Santaella (2012), que diz sobre a relação de imagem e texto, dos conceitos de Camargo (1995) que exploram diferentes estilos de ilustração e as técnicas usadas na criação do livro e no catálogo *Karingana: Presenças Negras no Livro para as Infâncias* (curadoria de Ananda Luz 2023), refletindo sobre a exposição e as conversas que envolvem as ilustrações de artistas afro-brasileiros. A análise se fundamenta na observação detalhada das ilustrações, considerando a escolha das cores, a construção estética e a materialidade das imagens, elementos que contribuem para a formação de sentidos e atmosferas simbólicas. As cores quentes, as pinceladas densas, os contrastes e as texturas expressivas presentes nas ilustrações evocam memórias afetivas e referências culturais, aproximando o leitor da ancestralidade retratada nas composições. A ideia de ancestralidade presente nas imagens evoca os valores morais de coletividade, família e memória. Além disso, conecta diretamente com a dinâmica social e afetiva entre as figuras representadas, crianças e adultos, onde as tradições ajudam a entender o presente. O estilo das ilustrações, ao mesclar a figuração e a abstração, reforça a ideia de continuidade entre passado e presente, revelando a potência da arte como meio de reconexão com as raízes históricas e espirituais. O processo de criação das imagens nas escolhas artísticas da ilustradora e suas intenções ao representar corpos negros e paisagens liga-nos à cultura afro-brasileira. A partir disso, o estudo evidencia como a produção visual ultrapassa o papel de mera ornamentação textual, tornando-se parte essencial da construção narrativa e da transmissão de valores identitários. Como contribuição, esta pesquisa ressalta a importância da arte ilustrada na valorização das memórias coletivas e na promoção das relações étnico-raciais. As imagens de *Chupim* revelam-se espaços de resistência e celebração da ancestralidade, reafirmando o poder da cor, do traço e da criação artística como expressões de pertencimento e identidade.

Palavras-chave: Ancestralidade. *Chupim*. Imagem. Livro Ilustrado.

¹Estudante de Computação Gráfica, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, gustavo.renato@estudante.iftm.edu.br

²Doutor em Artes Visuais, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, heliolima@iftm.edu.br

AS NARRATIVAS DE BRANQUITUDE COMO TECNOLOGIA DE PODER: ESTUDO DA REPRODUÇÃO DE PADRÕES RACIAIS E DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Wanessa Lima do Prado¹

Matheus Barbosa de Oliveira²

Michele Pereira Vilas Novas³

Nas últimas décadas, a publicidade e as redes sociais tornaram-se espaços centrais para a construção e circulação de discursos sobre identidade, beleza, poder e pertencimento. No entanto, mesmo sob a aparência de diversidade, muitas narrativas ainda reproduzem padrões coloniais e excludentes. Este estudo objetiva analisar como campanhas publicitárias e manifestações políticas em redes sociais reproduzem ou tensionam narrativas hegemônicas associadas à branquitude, investigando de que modo recursos linguísticos, visuais e performativos atuam na produção e manutenção da violência simbólica. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica e documental sobre discursos de ódio, raça e gênero, seguida de discussões fundamentadas em hooks (1992), Kilomba (2019), Bento (2007) e Bourdieu (1998). O corpus analisado abrangeu a campanha da American Eagle (2025), com a atriz Sydney Sweeney, e o vídeo contendo ataques transfóbicos e racistas da influenciadora Antônia Fontenelle contra a deputada Erika Hilton (YouTube, 2025), buscando compreender como o campo publicitário e o político se articulam na perpetuação das narrativas de branquitude como estrutura de dominação. Os resultados mostram que elementos visuais e linguísticos da campanha da American Eagle reativam ideologias raciais históricas ao operar o trocadilho entre “jeans” e “genes” para enaltecer características fenotípicas associadas à branquitude como símbolos de “bons genes”, reforçando uma estética que marginaliza outros corpos e expressões culturais. Paralelamente, as falas ofensivas proferidas por Antônia Fontenelle contra Erika Hilton são exemplos evidentes de violência simbólica, que entrelaçam transfobia, racismo e misoginia. Expressões como “você é preta do cabelo duro”, “você quer ser branca do cabelo loiro”, “é uma trans que teve a chance de mostrar que poderia ter caráter”, representam a perpetuação dessas narrativas. Diante disso, reafirma-se a urgência de práticas comunicacionais e educacionais antirracistas, que desconstruam esses discursos e ampliem as possibilidades de representação e pertencimento nos espaços públicos e midiáticos.

Palavras-chave: Branquitude. Gênero. Publicidade. Raça. Racismo.

¹Estudante do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Campus Gurupi do IFTO, wanessa.prado@estudante.iftto.edu.br

²Especialista em Ensino de História, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, membro do Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins - OPTTINS/UNIRG, matheus.oliveira@iftto.edu.br

³Mestra em Educação, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, michele.novas@iftto.edu.br

ATIVISMO QUILOMBOLA NO BRASIL: VIVÊNCIA, IDENTIDADE CULTURAL E JUVENTUDE

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola
Ana Beatriz Duarte Rabelo Lima¹;
Geovanna Ferreira Lima Carvalho²

De acordo com Munangae Gomes (2006), a história da escravidão mostra que organizações, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra” cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos. Na atualidade, são a representação histórica de resistência e cultura. Diante disso, esse trabalho apresenta como objetivo analisar a questão quilombola no Brasil e o seu contexto histórico, cultural e vivência quilombola juvenil. A pesquisa é qualitativa, buscando alcançar o objetivo investigando significados e valores quilombolas; e exploratória para uma ampliação do tema. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas de Antônio Bispo dos Santos, Barth e Munangae Gomes sobre a temática. Os resultados obtidos com a pesquisa apresentam conceitos e características da questão quilombola. A partir da década de 1970, o movimento negro contemporâneo trouxe essa questão ao cenário nacional com o reconhecimento de comunidades, culminando no Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, um marco que garante o direito à titulação das terras ocupadas por esses povos, visando reparar a histórica invisibilização e a falta de acesso à terra, impostos por legislações anteriores. É elucidado por Santos (2016) a fragilidade do reconhecimento das terras quilombolas e indígenas previstas na C. F de 1988 (fragilidade que beneficia grupos políticos, empresários e fazendeiros). Atualmente, o quilombo é mais do que um resgate histórico; é a busca por reconhecimento de direitos e reparação de injustiças. Seguindo a perspectiva de Barth (1998), o autorreconhecimento das comunidades é a força motriz crucial para a definição do grupo, sendo crucial que os membros construam uma visão própria do que significa ser quilombola, especialmente em uma sociedade que historicamente impôs a negação da identidade negra positiva. Entretanto, há um dilema: jovens quilombolas se deslocam para as cidades em busca de oportunidades de emprego, educação e crescimento, um êxodo que, embora possa ser visto como uma chance de troca e parceria, traz desafios. Esses jovens enfrentam dificuldades de adaptação cultural e preconceitos, além dos corriqueiros para a população negra, e a longo prazo, isso implica no desaparecimento dessas mesmas comunidades e de seu patrimônio histórico e cultural. Conclui-se que os povos quilombolas enfrentam dificuldades contínuas para assegurar seus direitos e a sua cultura, mas permanecem comprometidos com essas batalhas.

Palavras-chave: Identidade Cultural. Juventude Quilombola. Quilombo.

¹Estudante do Ensino Médio – IFTO., e-mail: ana.lima31@estudante.iftm.edu.br

²Estudante do Ensino Médio – IFTO., e-mail: geovanna.carvalho4@estudante.iftm.edu.br

CAROLINA MARIA DE JESUS EM PALAVRAS E FOLHETOS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Emily Silva Araújo¹;

Giulia Pereira Rodrigues²;

Mayra Natanne Alves Marra³.

Esta comunicação apresenta um recorte do projeto Vozes ancestrais: heranças africanas e indígenas no português brasileiro, desenvolvido no IFTM campus Ituiutaba. A atividade teve como foco o trabalho com o gênero textual folheto, articulando leitura, escrita e autoria. A proposta partiu da leitura da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, com o objetivo de estimular o protagonismo estudantil e a reflexão sobre a relação entre linguagem, identidade e resistência. Publicada em 1960, a obra de Carolina retrata o cotidiano da favela do Canindé, em São Paulo, e se destaca por sua força testemunhal e pelo uso expressivo de um “português popular” como marca estética e política. O referencial teórico deste trabalho fundamentou-se nos estudos sobre gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008) e na concepção do folheto como texto híbrido, breve e multimodal, que combina palavra e imagem para divulgar uma ideia ou um tema de forma acessível e atrativa. A linguagem do folheto foi abordada como meio de expressão criativa e instrumento de comunicação social, favorecendo o diálogo entre escrita, leitura e cidadania. A metodologia envolveu leitura orientada da obra, discussão sobre a biografia da autora e análise das marcas linguísticas presentes em seu texto — variação linguística, oralidade, expressividade e construção de sentido. Na sequência, foram planejadas e produzidas criações autorais e artesanais em formato de folheto, contendo textos informativos e reflexivos sobre Carolina Maria de Jesus, acompanhados de ilustrações, citações e comentários sobre o estilo da autora. O processo incluiu etapas de planejamento, escrita, revisão e diagramação, respeitando a estrutura comunicativa e visual do gênero. Os resultados revelaram o envolvimento e a autonomia das pessoas participantes na produção textual, que uniu elementos visuais e verbais para apresentar leituras críticas e sensíveis da autora e de sua obra. A experiência destacou o valor do folheto como prática pedagógica de multiletramento, capaz de integrar arte, imagem, linguagem e consciência social. O trabalho contribuiu para reconhecer a escola como espaço de autoria e de valorização das vozes negras e populares que compõem a diversidade do português brasileiro.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Folheto. Linguagem. Protagonismo estudantil. Português brasileiro.

¹ Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; emily.araujo@estudante.iftm.edu.br

² Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; giulia.rodrigues@estudante.iftm.edu.br

³ Doutora em Estudos Linguísticos; Professora de Língua Portuguesa e Espanhola; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; mayra@iftm.edu.br

CAROLINA MARIA DE JESUS: EDIÇÕES CARTONERAS, CRIAÇÃO DE LIVROS ARTESANAIS

Grupo de Trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Isabela Giannasi de Paula Resende¹;
Hélio Aparecido Lima Silva²

O projeto de ensino foi desenvolvido com o objetivo de oferecer uma oficina para a criação de livros artesanais inspirados na história e na prática de escrita de Carolina Maria de Jesus, autora que a partir de sua trajetória como mulher negra brasileira, transformou suas vivências cotidianas enquanto moradora da favela do Canindé em registros literários feitos no formato de diários com materiais reaproveitados. A partir da leitura da obra Quarto de Despejo (2020), buscou-se compreender como o ato de escrever da autora estava diretamente ligado às suas experiências de vida e à materialidade de seus diários, nos quais papel, palavra e cotidiano se entrelaçam como expressão de resistência, autoria e identidade - marcas profundamente relacionadas à experiência afro-brasileira e a resistência ligada a sobrevivência e criação dentro de contextos de desigualdade racial. Inspirada nessa perspectiva, a proposta da oficina consistiu em proporcionar à comunidade escolar a experiência de confeccionar seus próprios livros cartoneros, resgatando o caráter artesanal, poético e reflexivo da arte. A metodologia envolveu momentos de leitura e análise da obra de Carolina Maria de Jesus, seguidos por práticas artísticas de encadernação, escrita, ilustração e pintura com materiais acessíveis. Durante o processo, os participantes foram incentivados a produzirem algo autoral a partir de pensamentos, memórias e vivências pessoais em seus cadernos, valorizando a arte como forma de expressão e construção de subjetividade. O momento de produção se tornou uma experiência rica para todos os envolvidos, que puderam experimentar diversas técnicas artísticas e descobrir novas possibilidades de narrar o próprio cotidiano. Os resultados evidenciaram o potencial da oficina prática como ferramenta educativa e criativa, estimulando a autoria, a sustentabilidade e o diálogo entre literatura e artes visuais. Conclui-se que o projeto promoveu não apenas a produção de livros artesanais, mas também a construção de um espaço coletivo de memória e sensibilidade, onde a arte e a palavra se tornam instrumentos de autonomia, reflexão e pertencimento reafirmando, assim, o legado de Carolina Maria de Jesus como uma das vozes mais significativas da literatura afro-brasileira.

Palavras-chave: Arte. Carolina Maria de Jesus. Criatividade. Memória. Oficina. Sustentabilidade.

Apoio: Bolsa de ensino institucional IFTM.

¹Estudante; Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba Parque Tecnológico; isabela.resende@estudante.iftm.edu.br.

²Doutor em Artes Visuais; Professor de Arte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba Parque Tecnológico; heliolima@iftm.edu.br.

CLUBE DE LEITURAS NEGRAS E INDÍGENAS: UMA PROPOSTA PARA O LETRAMENTO SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Laudeir Nunes de Oliveira¹;
Graziela dos Santos Ferreira²

O Projeto de Ensino intitulado: “Clube de leituras negras e indígenas: uma proposta para o letramento sobre as questões étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica”, se constitui em um grupo de servidores, estudantes e comunidade externa vinculada ao Neabi, que visa estudar leituras de escritores negros e indígenas, dando relevância à temática racial no ambiente escolar. Contribui também para cumprir a lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 que tornam obrigatória a abordagem das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ademais, o projeto tem como objetivo promover o letramento racial por meio de leituras que tragam enriquecimento das temáticas propostas pelo projeto além de aprofundar as discussões acerca das questões raciais. Para Kleiman (2001, p.19), o letramento é um conjunto de práticas sociais fundamentadas pela leitura e pela escrita, enquanto sistema simbólico ou tecnológico, para atender aos objetivos específicos de determinadas situações comunicativas. Para Souza, além das habilidades de ler e escrever, os letramentos podem ser melhor compreendidos como “um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidades e de poder” (Souza, 2011, p. 35). O clube de leitura está sendo desenvolvido por meio de encontros mensais e presenciais, na Biblioteca do Campus Patrocínio, tendo iniciado em Julho/2025, com finalização prevista para o mês de Dezembro/2025, totalizando 6 encontros. Além da participação dos membros da equipe, participam também os convidados da comunidade externa. Nesses encontros, tivemos a participação de alunos e professores que trouxeram suas falas e enriqueceram o debate. Os resultados estão sendo muito positivos, pois possibilitaram a ampliação do repertório cultural e conhecimento acerca das diversas culturas e costumes dos povos originários. Além disso, percebeu-se a ampliação do horizonte literário dos participantes, estímulo à criatividade, incentivo à leitura e problematização das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Leitura. Letramento Racial. Educação Profissional e Tecnológica..

Apoio: Instituto Federal do Triângulo Mineiro. IFTM.

¹Agrônomo/Auxiliar de Biblioteca, IFTM Campus Patrocínio, laudeir@iftm.edu.br

²Estudante do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, IFTM Campus Patrocínio, graziela.ferreira@estudante.iftm.edu.br

COLETIVO MACONE EM MOVIMENTO: FORTALECENDO DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico raciais

José Francisco dos Santos¹;

Marcelo Ferreira da Silva²;

Samuel Jacinto da Silva³

Este trabalho constitui um recorte das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão "Coletivo MACONE em Movimento: Fortalecendo Direitos Humanos e Educação Étnico-Racial". O projeto é uma iniciativa interdisciplinar vinculada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Apucarana e ao Movimento Apucararense da Consciência Negra (MACONE), com o objetivo de promover o enfrentamento ao racismo estrutural e a valorização da cultura afro brasileira. As ações são realizadas por meio de práticas educativas, artísticas e culturais voltadas às comunidades periféricas de Apucarana/PR. O projeto se fundamenta nos princípios da educação popular, nos direitos humanos e na pedagogia antirracista, tendo como base legal as Leis Federais nº 10.639/03, nº 11.465/08, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4 e 10) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) que visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação racial. Ele estabelece diretrizes e políticas públicas em diversas áreas, como educação (ensino de história da África e população negra no Brasil), trabalho (proibição de exigências discriminatórias para vagas de emprego), moradia (garantia de infraestrutura para comunidades em favelas e quilombos), e cultura (reconhecimento da capoeira como esporte). A metodologia adotada é a pesquisa-ação, que integra saberes acadêmicos e comunitários em um processo colaborativo. Entre as principais ações do projeto, destacam-se as oficinas culturais (capoeira, dança afro, grafite e moda afro), rodas de conversa sobre identidade e pertencimento, ciclos de palestras e oficinas de formação para docentes e membros do coletivo sobre educação étnico racial. Os resultados parciais apontam para o fortalecimento da identidade negra local, o aumento do repertório cultural e crítico dos participantes e o engajamento crescente do coletivo na luta por equidade racial e justiça social. Espera-se que este projeto contribua para reafirmar o papel transformador da extensão universitária como espaço de (re)existência e emancipação, ao articular universidade, poder público e comunidade.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira. Direitos Humanos. Educação Antirracista.

Apoio: Emenda Parlamentar do Deputado Federal Tadeu Veneri.

¹História/Docente, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Apucarana, e-mail: josef@utfpr.edu.br.

²Física/Docente, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Apucarana, e-mail: marcelosilv@utfpr.edu.br.

³Engenharia Civil/Estudante, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Apucarana, e-mail: samueljacintosilva@alunos.utfpr.edu.br.

CONSCIÊNCIA NEGRA: DISTRIBUIÇÃO DE SABERES E VALORIZAÇÃO DE PERSONALIDADES NEGRAS EM DIFERENTES ÁREAS DO CONHECIMENTO

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Gabriel Mendes Pereira¹;

Luiz Fernando Hypolito²;

Alcione de Souza Junior³

A proposta de oficina interdisciplinar “Consciência Negra: distribuição de saberes e informações” tem como objetivo valorizar o protagonismo de pessoas negras em diferentes áreas do conhecimento, evidenciando suas contribuições históricas, culturais, científicas e sociais. A atividade integra a Atividade Integradora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio, promovendo o diálogo entre educação, diversidade e inclusão. A pesquisa que embasa esta proposta encontra-se em andamento e consiste no levantamento das personalidades negras, dos materiais e das referências que serão utilizados na construção das oficinas; portanto, as atividades práticas ainda não foram iniciadas. Organizada no formato de rotação, a oficina contará com salas temáticas que abordarão campos como Informática, Engenharia, Medicina, Artes e Ciências, cada uma responsável por apresentar personalidades negras que se destacaram em suas áreas e contribuíram significativamente para o avanço da sociedade. Por meio de cartazes, apresentações orais, vídeos, recursos tecnológicos e dinâmicas interativas, os estudantes irão compartilhar informações e reflexões que contribuem para a valorização da identidade afro-brasileira e para a desconstrução de estereótipos raciais ainda presentes no cotidiano escolar e social. A metodologia visa estimular o protagonismo discente e o trabalho colaborativo, promovendo a integração entre diferentes disciplinas e reforçando o papel da escola como espaço de construção de conhecimento e de transformação social. A proposta parte da compreensão de que o conhecimento é um instrumento essencial para combater o racismo estrutural e promover a igualdade de oportunidades. Dessa forma, a oficina busca ampliar a consciência crítica dos participantes e fomentar uma visão de mundo pautada na empatia, no respeito e na valorização das diferenças. Espera-se, como resultado, fortalecer o compromisso da comunidade escolar com a educação antirracista, o reconhecimento das contribuições negras para a formação do Brasil e a consolidação de práticas educativas que incentivem o respeito à diversidade étnico-racial e a justiça social.

Palavras-chave: Consciência Negra. Educação Antirracista. Personalidades Negras. Interdisciplinaridade. Valorização cultural.

¹Estudante do 2º ano do Ensino Médio Técnico em Informática Integrado. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Patrocínio. E-mail: gabrielmendes@estudante.iftm.edu.br

²Estudante do 2º ano do Ensino Médio Técnico em Informática Integrado. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Patrocínio. E-mail: luiz.hypolito@estudante.iftm.edu.br

³Mestre em História Social. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). E-mail: alcionejunior@iftm.edu.br

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA INTERCULTURAL CRÍTICA E O LETRAMENTO RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE BELMONTE-BA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Gabriela Paternostro de Souza Mello¹;
Ilka Miglio de Mesquita²

O presente trabalho, recorte de uma dissertação de Mestrado Profissional em Educação, concentra-se na análise das práticas da coordenação pedagógica para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Rede Municipal de Belmonte-BA, em face da obrigatoriedade legal estabelecida pelas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a ERER, com foco na Interculturalidade Crítica. A pesquisa emerge da constatação da fragilidade na institucionalização dessas políticas, evidenciada pelo cenário demográfico do município – majoritariamente composto por populações preta, parda e indígena – e pela insuficiência de ações formativas e práticas pedagógicas antirracistas sistematizadas nas escolas. O objetivo geral é analisar a atuação da coordenação pedagógica, propondo o letramento racial, mediado pela literatura infantil negra, como ferramenta central para uma educação antirracista no primeiro ano do Ensino Fundamental. O referencial teórico ancora-se na Pedagogia Decolonial e na Interculturalidade Crítica, concebendo a escola como locus de transformação e a coordenação como figura indispensável para práticas pedagógicas antirracistas. A metodologia adota a abordagem qualitativa e participante, caracterizando-se como pesquisa-intervenção. Os procedimentos incluem a análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), entrevistas semiestruturadas com coordenadoras pedagógicas e a realização de Rodas de Conversa (Giras). Os resultados parciais da análise documental (PPP) em três escolas da Sede indicam que a menção às referidas leis é, frequentemente, pontual e fragmentada, sendo a ERER tratada de forma isolada e não como princípio integrador do currículo. Tais achados preliminares reforçam o pressuposto de que as ações pedagógicas para a ERER são ainda escassas, o que impede a ruptura epistemológica necessária ao combate ao racismo estrutural. A continuidade da pesquisa buscará analisar a atuação real da coordenação e, por fim, organizar o Produto Educacional, materializando estratégias pedagógicas formativas para o trabalho com ERER a partir da literatura infantil negra, visando à construção de uma coordenação pedagógica intercultural crítica e a justiça social.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica. Interculturalidade Crítica. Letramento Racial. Pedagogia Decolonial. Relações étnico-raciais.

¹Pedagoga e Mestranda, Universidade Estadual de Santa Cruz, gpsmello.ppge@uesc.br.

²Professora, Universidade Estadual de Santa Cruz, immesquita@uesc.br.

CORPO, GÊNERO E COMPETIÇÃO: OS DILEMAS DAS ATLETAS-MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Jamilly Castro Gonçalves¹;

Luiza Brandão Nunes²;

Flávia Gomes de Melo Coelho³

Este trabalho apresenta os resultados preliminares de um projeto de pesquisa que se justifica como relevante por se aprofundar no estudo das questões de diversidade sexual e de gênero abordando as concepções de sexismo, machismo, feminismo e masculinidades no esporte. Nessa perspectiva, este estudo narrativo tem sido desenvolvido no contexto escolar, contribuindo para se entender o processo de formação cidadã e humana de adolescentes sob o prisma da diversidade. Como objetivo geral, buscou-se analisar como questões de corpo e gênero trazem implicações para a saúde mental de atletas-mulheres na prática de esportes. Especificamente, apresentamos narrativas construídas pelas estudantes-pesquisadoras como textos de campo, bem como a composição de sentidos. Para tanto, a metodologia da Pesquisa Narrativa (Clandinin, Connelly, 2011) tem sido a fundamentação teórico-metodológica mais adequada para investigar as experiências das estudantes-pesquisadoras em uma perspectiva autobiográfica. Para esta apresentação, será compartilhado um breve recorte de análise sobre problematizações vivenciadas por mulheres negras nos esportes na perspectiva da interseccionalidade conforme Carla Akotirene (2019). Ademais, serão compartilhados os resultados das ações de intervenção realizadas no IFTM Campus Uberlândia Centro, na oportunidade houve a promoção de conhecimento sobre o tema de modo a inibir situações de bullying e violência na comunidade, alinhando-se ao objetivo de desenvolvimento sustentável 5 que estabelece a relevância da igualdade de gênero. Nas considerações preliminares, discute-se a questão de saúde emocional que envolve essas situações de preconceito e desafios enfrentados pelas mulheres negras atletas.

Palavras-chave: Esporte. Feminismos. Interseccionalidade. Mulheres Negras. Pesquisa Narrativa.

¹Discente, Curso técnico de Comércio integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. jamilly.goncalves@estudante.iftm.edu.br.

²Discente, Curso técnico de Desenvolvimento de sistemas integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. luiza.brandao@estudante.iftm.edu.br

³Docente, IFTM Campus Uberlândia Centro. flaviagomes@iftm.edu.br

CRIANÇAS NEGRAS ADOTADAS NAS TELENÓVELAS BRASILEIRAS: PRIMEIROS PASSOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

Grupo de trabalho – Feminismo Negro e Interseccionalidade
Gabriely Rosa de Oliveira¹
Débora Cristina de Araujo²

Ao apresentar temáticas contemporâneas que estão sendo debatidas na sociedade, a teledramaturgia brasileira destaca-se na abordagem de questões pertinentes, como a adoção de crianças negras no Brasil. Contudo, há que se questionar os caminhos narrativos escolhidos pelos enredos. É sobre isso que trata esta pesquisa, cujo principal objetivo é compreender de que modo as narrativas audiovisuais reforçam, reproduzem ou contestam os estereótipos raciais e sociais referentes a duas complexidades sociais brasileiras: crianças negras (vítimas, historicamente de estigmas raciais) e a adoção. Para tanto, o estudo em fase inicial analisará a representação de personagens infantis negras de três novelas da Rede Globo: “Amor de Mãe” (2019/2020), exibida no horário das 21h; “Vale Tudo” (2025), também transmitida no horário das 21h; “Dona de Mim” (2025), transmitida no horário das 19h e ainda em exibição durante o desenvolvimento deste trabalho. A partir da análise dessas três telenovelas, o trabalho buscará responder a seguinte pergunta que promoveu o interesse pela pesquisa: “Quais são os estereótipos reproduzidos ao trabalhar a questão da adoção de crianças negras nas telenovelas brasileiras?” Fundamentada em estudos do campo das relações étnico-raciais e de infância, dentre eles Maria Anória de Jesus Oliveira (2003), Eliane Cavalleiro (2006) e Nilma Lino Gomes (2017), a pesquisa terá como suporte teórico-metodológico Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir de Teun A. van Dijk (2008). Essa vertente do campo da análise de discurso centraliza o discurso nas estruturas sociais e de poder a partir de uma abordagem sociocognitiva. Desse modo, ao utilizar a ACD neste presente trabalho, pretende-se investigar como os discursos raciais, a manutenção ou o rompimento com os estereótipos comumente utilizados e a ideologia empregada nesses discursos se fazem presentes nas telenovelas brasileiras ao abordarem a adoção de crianças negras. Os resultados preliminares indicam que as personagens selecionadas das três produções reúnem estigmas similares aos vivenciados por personagens negras na literatura infantil, o que indica poucos avanços no tratamento dado ao tema da adoção e da identidade de crianças negras.

Palavras-chave: Adoção. Crianças negras. Representação. Telenovelas brasileiras.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES.

¹Graduanda de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), gabriely.r.oliveira@edu.ufes.br

²Doutora em Educação (UFPR) e professora de Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deboraaraujo.ufes@gmail.com.

DESIGUALDADES RACIAIS, EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES: UM ESTUDO EM ANDAMENTO

Grupo de trabalho: Educação e Políticas Públicas Para as Relações Étnico-raciais

Ludovico Muniz Lima¹

Débora Cristina de Araújo²

Esta comunicação discute aspectos sobre desigualdades raciais, educacionais, socioeconômicas e de aprendizagem em interface com a chamada “condicionalidade III” do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), mecanismo que busca, a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), induzir a diminuição desses eixos de desigualdades. Considerando municípios brasileiros, como Vila Velha-ES, que foram considerados não-habilitados a receber parcela referente a 2,5% de repasse financeiro Fundeb, pelo fato de, segundo a condicionalidade III do VAAR, não ter reduzido desigualdades raciais e socioeconômicas de aprendizagem, é que a pesquisa de doutorado que dá base a este resumo vem sendo realizada. A pergunta mobilizadora do estudo é: Como o racismo incide sobre as desigualdades de aprendizagem no município de Vila Velha? Para respondê-la, propõe-se como objetivo geral investigar possíveis fatores estruturais e institucionais que incidem sobre as desigualdades raciais de aprendizagem na referida rede municipal de ensino. São levantadas como hipóteses para o aumento destas desigualdades: o processo de exclusão intraescolar na rede municipal de Vila Velha tem acirrado as desigualdades raciais de aprendizagem escolar, o que pode estar sendo acusado pelo índice Vaar; o efeito da pandemia da Covid-19 no acirramento das desigualdades educacionais, amplamente documentado, atua como catalizador da hipótese anterior; o padrão de segregação socioespacial entre grupos raciais no município de Vila Velha influi na desigualdade de distribuição de oferta educacional entre as escolas situadas nos diferentes bairros, com desvantagens para escolas situadas em bairros com maior proporção de população negra. A pesquisa adota metodologia racial crítica quantitativa (QuantCrit), baseada na análise de dados públicos e aplicação de questionário misto para estudantes dos 9ºs anos, utilizando Classificação Hierárquica Descendente para análise de clima racial na escola. A revisão bibliográfica inicial vem indicando nos mecanismos atuais de medição de aprendizagem um padrão de racismo epistêmico que dissimula processos de reprodução de desigualdades sob o pretexto de combatê-las. Somado a isso, a análise de dados públicos do Censo Escolar apontam em Vila Velha desigualdades raciais persistentes quanto à rendimento (aprovação-reprovação) e distorção idade-ano, o que justifica a continuidade e aprofundamento da pesquisa.

Palavras-chave: Desigualdades de Aprendizagem. Desigualdades Educacionais. Educação. Racismo. Vaar-Fundeb.

¹Doutorando em Educação (PPGE-Ufes), Professor de Geografia/Formador de Professores de Geografia (PMVV-ES), ludovicomunizlima9@gmail.com.

²Doutora em Educação (PPGE-UFPR), Professora (CE-Ufes/PPGE-Ufes/PPGPE-Ufes), deboraaraujo.ufes@gmail.com

DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA: ENTRE PINTURAS, TINTAS E CORPOS INDISCIPLINADOS

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade

Jonas Defante Terra¹;

Sara Mareãpatyroo Andrade Tapirapé²;

Rafaela Alves Soares³

O presente trabalho relata a experiência de preparação e realização da sala temática intitulada “Pinturas corporais dos povos originários: Tapirapé e Pataxó”, apresentada no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE 2025) do Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus. As integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI Campos Guarus) elaboraram diferentes pinturas corporais com o objetivo de expor os grafismos étnicos característicos de seus respectivos povos. As representações das pinturas corporais dos povos Pataxó e Tapirapé compuseram o ambiente da sala temática, evidenciando símbolos e signos que valorizam a ancestralidade, difundem a estética indígena e compartilham saberes tradicionais no espaço acadêmico. A exposição foi enriquecida com colares, pulseiras, saias, brincos e demais adereços confeccionados com penas, plumas, sementes, miçangas e cordões, demonstrando como mulheres e homens, desde a infância, são pintados conforme as etapas da vida. A experiência estética foi ampliada pela vivência artesanal de produção da tinta natural, obtida a partir do jenipapo verde e do carvão vegetal, bem como pela prática artística dos grafismos aplicados sobre a pele dos visitantes interessados em receber essa arte ancestral de partilha e convivência. Além dos estudantes voluntários que se dedicaram à produção da tinta, houve também aqueles que dialogaram com o público sobre os significados das pinturas, colocando seus corpos em interação. Essa troca – entre quem aplica e quem recebe o grafismo – reafirma uma prática educacional alinhada à cognição corporificada, em que o conhecimento emerge da interação dinâmica entre mente, corpo e ambiente. A experiência resultou de forma exitosa, culminando na obtenção da nota máxima entre todas as salas temáticas e trabalhos práticos avaliados pelos visitantes do congresso.

Palavras-chave: Ancestralidade. Arte indígena. Cognição corporificada. Estética. Grafismos. Tapirapé e Pataxó.

Apoio: IFFluminense

¹Coordenador do NEABI Campos Guarus, Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus, j.terra@gsuite.iff.edu.br;

²Estudante/Bolsista, Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus, sara.mareapatyroo@gsuite.iff.edu.br;

³Estudante/Voluntária, Instituto Federal Fluminense campus Campos Guarus, a.rafaela@gsuite.iff.edu.br;

DO APAGAMENTO À VALORIZAÇÃO: TRAJETÓRIAS DA ESTÉTICA NEGRA NO CONTEXTO DO ATLÂNTICO NEGRO

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Nicole Fernandes B. C. Silva¹;

Otávio Ferreira Marto²;

Patrícia Paes Leme³

Esta pesquisa analisa a trajetória da estética negra no contexto do Atlântico Negro como um processo de resistência, orgulho e afirmação identitária diante do racismo estrutural. Parte-se da compreensão de que, historicamente, os corpos e as estéticas negras foram alvo de apagamento e controle por meio de padrões eurocêntricos de beleza. O estudo busca compreender como, ao longo do tempo, movimentos sociais, culturais e artísticos transformaram essa opressão estética em instrumento de valorização e empoderamento. A pesquisa baseia-se em análise bibliográfica e documental, articulando autores e fontes que abordam as conexões entre estética, cultura e resistência negra. A partir da noção de Atlântico Negro (Gilroy, 1993), o trabalho investiga as trocas simbólicas entre Brasil, Estados Unidos e África, evidenciando a circulação de ideias, sons e estilos que conectam as diásporas negras. Nos anos 1960 e 1970, movimentos como o Black Power e o Partido dos Panteras Negras nos EUA impulsionaram o lema “Black is Beautiful”, promovendo o cabelo natural e a estética afro como símbolos de resistência. A soul music, por sua vez, tornou-se um canal de expressão política e estética, inspirando jovens negros em diversas partes do mundo. No Brasil, essas influências se manifestaram com o Movimento Black Rio, que, ao unir música, moda e orgulho racial, consolidou uma estética afro-brasileira conectada ao circuito transnacional do Atlântico Negro. O uso de penteados afro, roupas coloridas e referências culturais afro-diaspóricas marcou uma juventude que encontrava na estética um meio de afirmação e enfrentamento do mito da democracia racial. Além disso, movimentos anteriores como a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro já vinham pautando a valorização da identidade negra. No século XXI, expressões como o Afropunk e o ativismo estético feminino reafirmam a estética negra como instrumento de empoderamento, liberdade e reconhecimento. Assim, a pesquisa demonstra que a estética negra deixou de ser apenas uma questão de aparência, tornando-se um campo de disputa simbólica e política que reflete a luta contra o racismo, a valorização da ancestralidade e a reconstrução positiva das identidades negras no Atlântico Negro.

Palavras-chave: Atlântico Negro. Estética negra. Orgulho negro. Resistência.

¹Estudante do 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, bolsista BIC-Jr. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). E-mail: nicole.fernandes@estudante.iftm.edu.br

²Estudante do 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, bolsista BIC-Jr. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). E-mail: otavio.marto@estudante.iftm.edu.br

³Professora orientadora. Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). E-mail: patriciapaesleme@iftm.edu.br

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: O JOGO AFRICANO TSORO YEMATATU COMO PRÁTICA INVESTIGATIVA MATEMÁTICA

Grupo de trabalho - Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Janaina Aparecida de Oliveira¹;

Arlindo José de Souza Júnior²;

Fernando da Costa Barbosa³

Este trabalho apresenta os resultados de uma aula investigativa de Matemática alinhada a discussões que fomentam o debate necessário do combate ao racismo que permeia a sociedade e às instituições escolares. Desenvolvida no âmbito de uma pesquisa de mestrado sobre a formação inicial de professores, a atividade teve como objetivo central, investigar as relações geométricas no tabuleiro do jogo africano Tsoro Yematatu para conduzir estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental à compreensão do Teorema de Tales. A proposta fundamentou-se na Lei 10.639/03, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação para as Relações Étnico-raciais e na Base Nacional Comum Curricular, constituindo-se como uma prática pedagógica voltada para uma Educação Antirracista que buscou garantir o direito a uma educação inclusiva e equitativa. Tais diretrizes orientam para políticas de reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira, propondo ações educativas de combate ao racismo. A metodologia da pesquisa-ação, foi estruturada em dois momentos: em sala de aula, com discussões sobre a cultura do povo do Zimbábue e exploração dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre a construção geométrica do tabuleiro; e no laboratório de informática, com a utilização do software Geogebra. Nessa etapa, os estudantes manipulam objetos dinâmicos para investigar a relação de proporcionalidade entre os segmentos e as condições de paralelismo. Como resultado, a abordagem investigativa, aliada ao uso de um artefato cultural e tecnologia digital, permitiu que os alunos construíssem o conhecimento de forma participativa, formulando conjecturas e chegando às conclusões do Teorema de Tales a partir da própria exploração. A experiência demonstrou ser uma estratégia pedagógica eficaz para articular conteúdos matemáticos abstratos a saberes africanos, contribuindo para a formação docente e reforçando a importância de diversificar as práticas como um caminho concreto para uma educação mais inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Educação Matemática. Lei 10.639/03. Teorema de Tales.

¹ Mestra em Ensino de Ciências e Matemática, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, janinaufudoutorado@gmail.com

² Doutor em Educação, Professor da Universidade Federal de Uberlândia, arlindoufu@gmail.com

³ Doutor em Educação, Professor da Universidade Federal de Goiás, fbarbosa@ufg.br

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Aline de Fátima Caetano Alonso Moreira¹;

Fábio Freitas dos Santos²;

O presente trabalho analisa a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que representou um marco na luta contra o racismo e na valorização da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro, ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica. Essa legislação busca reconhecer as contribuições do povo negro e possibilitar a construção de novas formas de representação da história e cultura afro-brasileira e africana na formação da sociedade. Decorrente de décadas de mobilização dos movimentos negros, a lei reflete avanços no campo das políticas educacionais, mas também revela desafios significativos para sua efetivação. Entre eles, destaca-se a ausência inicial de obrigatoriedade no ensino superior, corrigida parcialmente em 2004 com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que estenderam a obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de normativas educacionais, a fim de identificar entraves e potencialidades na implementação da lei. Os resultados apontam para a persistência de resistências institucionais, estruturais e culturais que dificultam a inserção plena da temática no cotidiano escolar. A insuficiência de formação docente, a escassez de materiais pedagógicos adequados e a falta de acompanhamento sistemático comprometem a consolidação de práticas antirracistas e de uma educação verdadeiramente intercultural e inclusiva. Conclui-se que a efetivação da Lei nº 10.639/2003 requer políticas públicas permanentes, investimentos na formação docente e o fortalecimento de ações pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, contribuindo para a transformação do ambiente escolar e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação. Lei 10.639/2003. Políticas públicas. Práticas pedagógicas. Relações étnico-raciais.

¹Bacharela em Serviço Social (Universidade Anhanguera – Uniderp) e em Enfermagem (Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). E-mail: alinealonsomoreira@gmail.com

²Doutorando em Ciências Ambientais (UNESP/Sorocaba), Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP/Tupã), com Especializações em Pedagogia Empresarial (UNIFACEAR) e em Gestão e Coaching Educacional (FCE) e Licenciaturas em Ciências com Habilitação em Biologia (UNISALESIANO/Lins), em Pedagogia (UNIFIEO), em Matemática (UNÍTALO) e em Física (ETEP). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3013-1886>. E-mail: fabio.f.santos@unesp.br

EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Elvis Rezende Messias¹

Vilipendiadas sistematicamente por três séculos de ganância lusitana, muitas das nossas riquezas naturais foram saqueadas e uma parte considerável das nossas riquezas culturais, quando não assassinada, foi controlada e subalternizada com a imposição violenta de outra matriz cultural. Um intenso processo educativo – compreendido, às avessas, como apagamento do referencial cultural-moral-existencial de povos originários – foi desenvolvido para que o intento exploratório do colonizador não fosse impedido. Ali nascia, simultaneamente, a modernidade, o capitalismo e as Américas, tudo sob a lógica da colonização; era a modernidade/colonialidade que surgia. A escravização de indígenas brasileiros só teve fim oficial em 1758 no contexto das reformas pombalinas, embora isso não tenha significado o fim da perseguição e do genocídio desses povos no Brasil, realidade que persiste até os dias de hoje. Desse modo, é cada vez mais desafiante compreender o passado dos povos indígenas brasileiros, especialmente para pensar o presente e o futuro da nossa história. Devido ao intenso processo de subalternização e de dizimação pelo qual passaram, corre-se o risco de simplesmente considerar seu “grande desaparecimento” e, a partir disso, contribuir para que sérias lacunas historiográficas sejam naturalizadas e a própria historiografia opere como técnica de apagamento dos saberes e vivências originárias. Ciente disso, o presente trabalho, que é parte de uma pesquisa maior de doutoramento em educação, fruto de procedimento bibliográfico documental e com escopo teórico-reflexivo, apresenta um olhar decolonizante sobre a educabilidade indígena do Brasil, mormente no período colonial, que se manifesta em sua resistência histórica à violência do colonizador, em suas ressignificações culturais operadas nas ritualidades e simbologias católicas e nos seus saberes e valores formativos desenvolvidos muito antes da educação formal imposta pelos portugueses. Através do referencial consultado, evidencia-se a histórica vitalidade formativa indígena, que, fundamentada em profunda perspectiva ecossistêmica própria, resistiu às investidas do colonialismo europeu e segue resistindo às vigentes colonialidades eurocêntricas, e que os atuais apelos das ciências da complexidade e da ecologia integral já são há séculos parte intrínseca dos saberes produzidos pelos povos indígenas do Brasil.

Palavras-chave: Decolonialidade; Educação indígena. Povos indígenas. Resistência indígena.

¹Doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho. Docente do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Patos de Minas, elvis@iftm.edu.br

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, BULLYING E DISCRIMINAÇÃO PARA PROMOVER ESCOLAS SEGURAS, INCLUSIVAS E ANTIRRACISTAS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Maria Marques¹; Talita Oliveira²; Thainara Costa³

A Educação em Direitos Humanos (EDH) é um processo multidimensional para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), e base para execução do projeto de extensão que objetiva desenvolver estratégias e implementar práticas de educação antirracista que aprofundem a valorização de identidades, a desconstrução de estruturas racistas e a transformação crítica no IFTM Campus Uberlândia e comunidade. A metodologia é qualitativa com aproximações da pesquisa-ação e estrutura-se em dois Grupos de Trabalho (GTs) interligados. Os procedimentos dos GTs incluem: (1) Formação de bolsistas; (2) Oficinas de desenvolvimento socioemocional e antirracistas; (3) Rodas de conversa com professores e estudantes; (4) Produção e divulgação de materiais educativos (cartilhas, vídeos, mídias sociais); e (5) Organização de eventos culturais e visitas técnicas. As atividades planejadas incluem a "Formação Antirracista" com o Coletivo Sankofa, o estudo do livro "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus, a roda de conversa "De volta ao Quarto de Despejo: Um olhar Sankofa", e a exposição "Tornar-se Preto". Como resultados esperados, o projeto apresenta-se como uma estratégia potente para a desconstrução de preconceitos e enfrentamento direto das violências no cotidiano escolar. Espera-se que as ações gerem impacto duradouro, formando agentes multiplicadores de uma cultura de respeito e cidadania, para uma transformação social e pedagógica sustentável.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Educação Antirracista. Escolas Inclusivas. Extensão. Violência Escolar.

Apoio: Fomento interno (IFTM) - EDITAL Nº 04/2025/PROEXT/IFTM

¹Autor, Doutora em Educação/TAE, IFTM Campus Uberlândia, mariamarques@iftm.edu.br

²Co-autor, Mestra em Educação/TAE, IFTM Campus Uberlândia, talita@iftm.edu.br

³Co-autor, Graduanda em Engenharia de Alimentos/Estudante, IFTM Campus Uberlândia, thainara.costa@estudante.iftm.edu.br

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DOS JOGOS TRADICIONAIS DO POVO JAVAÉ: SABERES CORPORAIS E EPISTÊMICOS NA ALDEIA BOA ESPERANÇA

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural
Elisangela Mantelli e Souza¹;
Marcilene de Assis Alves Araújo²

Este estudo objetiva sistematizar, junto à comunidade da Aldeia Boa Esperança, os jogos tradicionais do povo Javaé, transformando esse conhecimento em uma cartilha bilíngue ilustrada (Iny Rybè/Português). A partir de uma leitura crítica sobre a marginalização histórica das práticas corporais indígenas e do conceito de epistemicídio (Santos, 2014), reconhece-se a necessidade de valorizar saberes ancestrais que recebam tratamento científico e pedagógico, evitando reducionismos. O estudo analisa os jogos tradicionais como práticas corporais indígenas que expressam saberes, valores e modos de vida do povo Javaé. Observam-se lacunas na produção de materiais didáticos que articulem essas práticas à Educação Física e à Educação Intercultural de forma participativa e contextualizada. Pesquisa de abordagem qualitativa, natureza colaborativa fundamentada no estudo de caso participativo e na etnografia educativa, desenvolvido na Aldeia Boa Esperança, Ilha do Bananal-TO, sob execução da Universidade de Gurupi, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Social – PPGES e Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins - OPTTINS, em parceria com a SEDUC-TO, entre setembro de 2025 e maio de 2027. Os objetivos incluem identificar e registrar jogos ainda praticados e seus significados culturais; analisar sentidos formativos e comunitários atribuídos aos jogos; propor estratégias pedagógicas para aplicação do material em escolas indígenas e não indígenas; e avaliar o potencial educativo e cultural do produto. A metodologia envolve entrevistas semiestruturadas com líderes e educadores, grupos focais, observação participante com diário de campo, registros audiovisuais e análise documental. Os resultados serão apresentados por meio de quadros, transcrições temáticas, narrativas interpretativas e ilustrações etnográficas, compondo a cartilha bilíngue. O produto final será elaborado em coautoria com a comunidade, distribuída em versão impressa e digital, com devolutiva por meio de oficinas participativas na aldeia. Espera-se que esse registro contribua para a ampliação do repertório pedagógico intercultural, o fortalecimento identitário de crianças e jovens e o cumprimento da legislação educacional sobre diversidade étnico-cultural, promovendo o diálogo entre saberes ancestrais e a escola em perspectiva de horizontalidade e justiça epistêmica.

Palavras-chave: Educação Intercultural. Jogos Tradicionais. Povo Javaé.

¹Mestranda em Educação Social - PPGES da Universidade de Gurupi - UnirG. Graduada em Educação Física, elisangela.mantelli@unirg.edu.br

²Doutora em Letras. Professora da Universidade de Gurupi - UnirG, marcilenearaujo@unirg.edu.br

EDUCAÇÃO, IGUALDADE RACIAL, E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS NO CONTEXTO DOS IFS E DA LEI 10.639/2003

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Walmir Francisco de Melo¹;
Janair Gomes de Matos²

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância das políticas públicas educacionais no combate ao racismo, com foco na criação dos Institutos Federais (IFs) e na implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. A pesquisa, de caráter bibliográfica e qualitativa, analisa como essas iniciativas contribuíram para promover a igualdade racial no sistema educacional. A criação dos IFs, formalizada pela Lei nº 11.892/2008, objetivou democratizar o acesso à educação técnica e superior, impulsionando a formação cidadã e a inclusão social em diferentes regiões do Brasil. A Lei 10.639/2003 representou um marco na luta antirracista, exigindo das escolas a inclusão de conteúdos sobre a história da África, a cultura afro-brasileira e a contribuição do povo negro na formação do país. A lei busca enfrentar o racismo estrutural presente nos ambientes escolares, promovendo representatividade e o respeito à diversidade racial. O racismo institucionalizado se manifesta de formas sutis, como a ausência de conteúdos representativos nos currículos ou o tratamento diferenciado de alunos negros, reforçando desigualdades históricas. Sendo assim, no contexto educacional, o racismo institucionalizado pode se manifestar de várias formas, como: falta de representatividade de autores e conteúdos raciais, indígenas e de outras etnias no currículo escolar; baixas expectativas em relação ao desempenho de alunos negros. Apesar dos avanços, ainda existem desafios quanto à sua efetiva aplicação, como a necessidade de formação docente adequada, materiais didáticos específicos e maior comprometimento institucional. Diversas ações nos IFs, como o projeto Novembro Negro (IFBA) e cursos de extensão (IFRJ), demonstram tentativas concretas de cumprir a legislação, promovendo pesquisa, ensino e extensão voltados às relações étnico-raciais. Contudo, ainda há entraves como a falta de representatividade e a persistência de desigualdades estruturais. Conclui-se que o combate ao racismo requer políticas públicas contínuas. Os Institutos Federais têm papel estratégico nesse processo, desde que fortaleçam a formação cidadã, promovam espaços inclusivos e dialoguem com as comunidades locais. A efetividade da Lei 10.639/2003 depende de ações práticas, formação docente e um compromisso real com a construção de uma sociedade mais justa, plural e antirracista.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira. Lei 10639/23. Racismo.

¹ Mestre em Educação, IFTM - Paracatu - Assistente de Alunos - walmirmelo@iftm.edu.br

²Especialista em Educação Inclusiva e tecnológica, IFTM - Paracatu - Assistente de Alunos - janair@iftm.edu.br

ENTRE ESPELHOS E SILÊNCIOS, QUANDO O SABER TEM COR: A INTERSECCIONALIDADE COMO CHAVE PARA DESNUDAR A BRANQUITUDE HEGEMÔNICA NA ACADEMIA

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Caio Roberto Mendes Ferreira¹

É sabido, que o conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), tornou-se uma das principais ferramentas para entender e analisar como diferentes sistemas de opressão, tais como o racismo, sexismo e classismo, se entrelaçam e se retroalimentam. Nesse sentido, muito mais do que uma teoria, trata-se de uma lente crítica, que permite revelar as estruturas aparentemente invisíveis, as quais moldam a forma como pensamos, aprendemos e produzimos os diversos saberes. Nessa toada, este trabalho propõe aplicar essa perspectiva para questionar a branquitude hegemônica, entendendo-a não como identidade pessoal, porém como um sistema de privilégios o qual organiza as relações de poder no campo tecnocientífico. Por conseguinte, a partir de uma abordagem teórico-analítica, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica de autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, e bell hooks articulando suas reflexões à noção de epistemicídio acadêmico, assim como à necessidade de uma ética da escuta. Em vista disso, busca-se compreender de que forma essa hegemonia branca se manifesta nos currículos, nas metodologias e nas relações institucionais, perpetuando hierarquias do conhecer além de exclusões e silenciamentos históricos. Portanto, os resultados parciais indicam que o reconhecimento dessas dinâmicas exige das pessoas brancas um reposicionamento ético, político e empático, capaz de transformar a própria prática educativa. Por fim, a interseccionalidade revela-se como chave teórica e prática para desnudar a branquitude acadêmica, convocando à descolonização do pensamento, à reeducação do olhar-sentir e à construção de uma educação superior mais diversa, plural e justa.

Palavras-chave: Academia. Branquitude. Decolonialidade. Feminismo negro. Interseccionalidade.

¹¹Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Estudante de Pós-Graduação Latu Sensu em Educação em Direitos Humanos pela UFMS, e-mail: ciberdireitos@gmail.com

ENTRE MULHERES E QUADRINHOS: VOZES, TRAÇOS E RESISTÊNCIAS

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Clara Lindemann Rezende Macedo¹; Gyzely Suely Lima²

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados preliminares do projeto de ensino, fomentado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que busca analisar como a identidade de gênero é permeada no contexto do mundo geek, especialmente no que tange às histórias em quadrinhos (HQs), alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Baseando-se na concepção teórico-metodológica da Pesquisa Narrativa (CLANDININ, CONNELLY, 2011), esta apresentação consiste no compartilhamento de narrativas pessoais, como textos de campo, sobre experiências da bolsista-pesquisadora ao investigar as experiências que influenciam na construção da identidade de gênero por meio das HQs. Buscamos compreender onde estão essas mulheres, como são representadas e por que autoras de HQ enfrentam determinados desafios dentro desse meio ainda predominantemente masculino. Na apresentação, será abordado especialmente a obra “Beco do Rosário”, de Ana Luiza Koehler, que narra o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, marcado por um forte processo de gentrificação da população negra desse bairro e suas implicações sociais. Destacaremos, também, a trajetória da quadrinista e roteirista Cida Godoy, uma mulher negra, que atualmente busca resgatar as raízes do povo afro-brasileiro, valorizando sua cultura e preservando sua dignidade. Cida foi pioneira na produção de quadrinhos feitos por mulheres no Brasil. Apesar de sua relevância histórica, ainda há pouca informação disponível nos canais online sobre sua vida e obra, o que reforça a necessidade de resgatar e valorizar a presença feminina na história das HQs nacionais. Na perspectiva da interseccionalidade conforme Carla Akotirene (2019), serão pontuadas algumas reflexões sobre a influência do racismo estrutural nesse campo de autoria negra feminina.

Palavras-chave: Autoria. Autoria Negra. Feminismo. Histórias em quadrinhos. Identidade. Racismo.

Apoio: Fomento interno pelo IFTM Campus Uberlândia Centro

¹Discente, Curso técnico de Desenvolvimento de Sistemas integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. clara.macedo@estudante.iftm.edu.br

²Docente, Doutora em Estudos Linguísticos. IFTM Campus Uberlândia Centro. gyzely@iftm.edu.br

ENTRE O PNBE E O PNLD: LITERATURA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Ana Cecília Souza Santana Lacerda¹

Este estudo investiga a promoção da educação das relações étnico-raciais no Ensino Fundamental II por meio da análise de duas obras literárias selecionadas em distintos momentos das políticas públicas de distribuição de livros no Brasil: Sikulume e outros contos africanos (Braz, 2005), incluída no acervo do PNBE em 2006, e Os nove pentes d'África (Cidinha da Silva, 2009), do PNLD Literário em 2020. Essa análise possibilitou compreender a evolução das políticas de leitura e o papel da literatura na formação cidadã, na valorização da diversidade e na consolidação de uma educação antirracista. O objetivo principal foi examinar aproximações e distanciamentos na promoção da educação antirracista e das relações étnico-raciais, avaliando a efetividade da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais como instrumentos de justiça epistêmica e de fortalecimento da identidade da criança negra. Reconhece-se que a literatura infantojuvenil, quando selecionada de forma crítica, constitui ferramenta pedagógica capaz de questionar estereótipos e ampliar o repertório cultural dos estudantes. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em revisão de literatura e análise documental, fundamentando-se na crítica literária e em epistemologias negras (Santos, 2019; Gomes, 2005; Munanga, 2004; Trindade, 2005; Nascimento, 2001). Foram inventariados os acervos de 2006 e 2020, identificadas as obras que abordam relações étnico-raciais e avaliadas suas contribuições para práticas pedagógicas emancipatórias e valorização da cultura afro-brasileira. Destaca-se ainda o papel do professor como mediador da leitura, essencial para a efetivação das políticas públicas e promoção de uma educação antirracista. Os resultados indicam que, apesar das normas que garantem o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, persistem lacunas na implementação dessas propostas nos materiais didáticos. Sikulume e outros contos africanos apresenta narrativas estereotipadas que comprometem a autoimagem das crianças negras, enquanto Os nove pentes d'África promove representatividade, valorização cultural e formação de leitores críticos, reafirmando o protagonismo negro e propondo novas narrativas sobre ancestralidade e pertencimento. Conclui-se que a seleção criteriosa de obras literárias é indispensável para consolidar a educação antirracista, fortalecer a formação docente, assegurar a efetividade da Lei 10.639/2003 e ampliar o potencial transformador da literatura. Evidencia-se, assim, a necessidade de políticas públicas que garantam materiais culturalmente sensíveis e representativos, tornando a escola um espaço de diversidade, reconhecimento e justiça epistêmica.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. PNBE. PNLD. Lei 10.639/2003.

¹Licenciada em Letras, Mestranda em Estudos Literários pela UEFS, email:ceciliaslacerda.acl@gmail.com

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: DANÇAS E DEVOÇÕES DOS ESCRAVIZADOS NAS MINAS OITOCENTISTAS

Grupo de trabalho: Cultura e religiosidade afro-brasileira: visibilidade e enfrentamento ao preconceito

Geovanna de Lourdes Alves Ramos¹;

João Eduardo Leal Rodrigues²;

Lucas Rafael Rodrigues Faria³

A pesquisa investiga as manifestações religiosas e culturais dos escravizados em Minas Gerais no século XIX, com base na análise dos relatos de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil durante o período colonial. As fontes documentais selecionadas, especialmente os escritos de Langsdorff, Saint Hilaire e Debret, revelam um conjunto de percepções marcadas pelo olhar eurocêntrico, no qual as práticas culturais afro-brasileiras eram frequentemente interpretadas como exóticas ou desviantes em relação à religiosidade católica oficial, associada às elites rurais. Essa leitura permite compreender as tensões entre o controle simbólico imposto pela Igreja e pela sociedade escravista e as formas de resistência expressas nas festas, danças e rituais praticados pelos cativos. O estudo parte do pressuposto de que a religiosidade e a cultura popular constituíram importantes espaços de preservação da memória coletiva e de enfrentamento à repressão cultural, funcionando como estratégias de afirmação identitária e espiritual em um contexto de dominação e violência. O objetivo principal é discutir de que modo as celebrações religiosas e as práticas festivas dos escravizados expressavam não apenas fé e devoção, mas também mecanismos de resistência e reconstrução de valores comunitários e simbólicos. A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa e histórica documental, fundamentada nos pressupostos da História Cultural (Chartier, 1990), privilegiando a leitura interpretativa das narrativas de viajantes à luz das relações entre cultura, poder e representação. Os resultados parciais indicam que as celebrações religiosas dos escravizados constituíam atos de resistência cultural nos quais elementos da religiosidade africana eram ressignificados no interior do catolicismo popular, dando origem a expressões sincréticas que afirmavam a dignidade e a humanidade dos sujeitos negros. Ao resgatar essas experiências, o estudo contribui para a compreensão da complexa relação entre religião, cultura e poder na formação da sociedade brasileira, destacando o protagonismo afrodescendente na construção de práticas culturais e pedagógicas de resistência no século XIX.

Palavras-chave: Cultura popular. Escravidão. História Cultural. Religiosidade afro-brasileira. Resistência cultural.

Apoio: PET/UFU e CEPDOMP/UFU.

¹Doutora em Educação, docente efetiva do curso de História (ICHPO/UFU). E-mail: geovanna@ufu.br

²Graduando em História, Bolsista do PET/UFU. E-mail: joaoleal@ufu.br

³Graduando em História, Bolsista do CEPDOMP/UFU. E-mail: lucas.rafael@ufu.br

EPISTEMICÍDIO ALGORÍTMICO NA COLONIALIDADE DIGITAL: ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Sheila Cristina Oliveira Borges¹;

Paula Teixeira Nakamoto²;

Esta pesquisa analisa como as tecnologias digitais, especialmente as baseadas em Inteligência Artificial, atualizam a colonialidade do saber negro por meio do epistemicídio algorítmico e, a partir desse diagnóstico, propõe uma formação continuada em serviço voltada à conscientização crítica desse processo. Parte-se da hipótese de que o epistemicídio algorítmico atua como uma atualização da colonialidade do saber ao deslegitimar sistematicamente os conhecimentos produzidos por pessoas negras na era digital. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, aplicada e exploratória em formato de pesquisa-ação. Fundamentada em estudos decoloniais e na filosofia da tecnologia, a investigação revelou que a racialização — utilizada pelo colonialismo como mecanismo de hierarquização — instaurou a branquitude como norma definidora de quem poderia ser reconhecido como sujeito epistêmico. Nesse horizonte, o epistemicídio emerge como prática concreta da colonialidade do saber — sendo a colonialidade o processo contínuo de práticas coloniais —, ao coibir expressões religiosas, linguísticas e culturais e o acesso ao conhecimento pelos povos escravizados, limitando a construção da identidade e a continuidade das epistemes negras. Diante da ausência de uma ruptura histórica efetiva dessa dinâmica, mesmo com as lutas dos movimentos negros, permanece à branquitude o privilégio de nomear e validar o conhecimento. A filosofia da tecnologia evidencia que nenhuma técnica é neutra. Assim, em sociedades atravessadas pelo racismo estrutural, os códigos de “sistemas inteligentes” se materializam carregando vieses e intenções e reproduzindo novas formas de exclusão. Com isso, o epistemicídio se reconfigura em sua forma algorítmica quando as tecnologias digitais definem quais vozes são citadas ou silenciadas, reafirmando hierarquias coloniais na esfera do saber. A etapa bibliográfica subsidiou o diagnóstico teórico e orientou o desenho do Produto Técnico-Tecnológico: um curso aprovado pelo Edital n.º 2/2025 – Projetos de Ensino Fluxo Contínuo do Campus Uberaba Parque Tecnológico, destinado aos servidores dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas do IFTM. O PTT compõe a fase empírica da pesquisa, funcionando como instrumento de coleta de dados por meio de atividades reflexivas e de um questionário final, cujos resultados serão analisados tematicamente e triangulados com o referencial teórico, permitindo avaliar tanto a potencialidade do curso como formação continuada em serviço quanto a conscientização crítica alcançada sobre o tema.

Palavras-chave: Decolonização. Educação Profissional e Tecnológica. Epistemicídio Algorítmico. Epistemologias Negras. Inteligência Artificial.

¹Técnica Administrativa em Educação e mestranda, IFTM, sheila@iftm.edu.br

²Docente, IFTM, paula@iftm.edu.br

ESCOLA INDÍGENA WATAKURI: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA, BILÍNGUE E INTERCULTURAL

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural

Keyliane dos Anjos Leitão¹;

Jocyleia Santana dos Santos²;

Marcilene de Assis Alves Araujo³

Este trabalho apresenta reflexões derivadas de uma pesquisa acadêmica realizada na Escola Indígena Watakuri, localizada na Ilha do Bananal, Estado do Tocantins. O estudo, que apresenta resultados preliminares da dissertação de mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), tem como objetivo elucidar como os saberes indígenas são incluídos nas práticas escolares da professora Paloma Javaé, da etnia Javaé, regente do 3º ano 5º dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dentro da perspectiva de uma educação diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária. A pesquisa, orientada pela metodologia da História Oral, teve como questão norteadora: como as ações pedagógicas baseadas nos saberes indígenas podem contribuir para a construção de uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo autonomia e liberdade por meio do respeito e valorização da cultura indígena? Os resultados revelam que a Escola Indígena Watakuri tem consolidado práticas pedagógicas fundamentadas nos saberes tradicionais, fortalecendo a identidade cultural e a autonomia dos alunos. Conclui-se que investir na formação continuada de professores indígenas, na produção de materiais didáticos culturalmente integrados e na inserção de tecnologias digitais são ações essenciais para fortalecer uma educação transformadora, pautada no protagonismo indígena e na valorização dos conhecimentos ancestrais.

Palavras-chave: Bilíngue. Educação Indígena. Interculturalidade. Protagonismo indígena. Saberes tradicionais.

Apoio e agradecimentos: CNPq pelo apoio à bolsa de mestrado, que possibilita a realização desta pesquisa, ao grupo História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação – HHFPE (UFT), ao Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins – OPTTIS (UNIRG), a professora Paloma Javaé e toda comunidade escolar Watakuri.

¹Keyliane dos Anjos Leitão, Mestranda, Universidade Federal do Tocantins - UFT, keyliane.anjos@mail.uft.edu.br

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 E DA PNEERQ NO ENSINO FUNDAMENTAL (2014–2025)

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Márcia Maria Silva Peixoto¹

Débora Cristina de Araujo²

Este trabalho apresenta o mapeamento e a análise crítica de produções acadêmicas no Brasil com temática da implementação da Lei nº 10.639/2003 e, mais recentemente, da Política Nacional de Equidade das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), com recorte temporal de 2014 a 2025, seu objetivo é identificar tendências, contribuições e lacunas que tratem da institucionalização da EREER na educação básica; adotamos como método o Estado do Conhecimento, conforme orientações de Morosini (2014), articulando buscas em Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, BDTD e Google Acadêmico, com os descritores: “Lei 10.639/2003” AND “Ensino Fundamental”; “Implementação da Lei 10.639/2003” AND “Ensino Fundamental”; “Implementação da Lei 10.639/2003”; “PNEERQ” AND “Implementação”, aplicando filtros de período (2014–2025), grande área/concentração em Educação e seleção por texto completo revisado por pares; realizamos o mapeamento quantitativo, leitura e fichamento dos resumos e agrupamento das obras em três categorias analíticas alinhadas ao problema de pesquisa: Formação Docente e Continuada em EREER; Implementação e Institucionalização da EREER; Currículo e Práticas Pedagógicas para a Equidade Racial. Os achados preliminares indicam: 102 produções pertinentes, das quais 11 foram selecionadas para análise aprofundada por apresentarem maior aproximação dos objetivos do projeto de tese; observou-se predomínio de dissertações de mestrado, a busca específica sobre PNEERQ revelou poucos registros consolidados em repositórios oficiais, hipótese que atribuímos ao caráter recente e ainda em implantação da política, cenário em que o Google Acadêmico apontou publicações iniciais (artigos e dissertações) que começam a problematizar a PNEERQ; em termos temáticos, os estudos enfatizam lacunas na formação docente, fragilidade de incentivos institucionais por parte das gestões escolares e o caráter episódico do currículo (práticas pontuais em datas comemorativas), o que reforça a pertinência de investigar a PNEERQ como elemento de institucionalização de formação, gestão e currículo no ensino municipal; concluímos que o Estado do Conhecimento não apenas sistematiza o que já foi produzido, mas aponta caminhos e urgências para pesquisas que articulem teoria e prática na promoção da equidade racial na educação básica.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico Raciais. Formação docente. Implementação. Lei 10.639/2003. PNEERQ.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Bolsista Fapes, UFES, marcia.peixoto@edu.ufes.br.

²Doutora em Educação (UFPR). Professora de EREER (DTEPE/CE/Ufes), deboraaraujo.ufes@gmail.com.

FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: CAMINHOS PARA COMPREENDER DESIGUALDADES NO CONTEMPORÂNEO

Grupo de trabalho: Feminismo negro e interseccionalidade
Aline de Fátima Caetano Alonso Moreira¹;
Fábio Freitas dos Santos²

O presente trabalho discute a centralidade do feminismo negro e da interseccionalidade como referenciais teórico-metodológicos fundamentais para a compreensão das desigualdades sociais no contexto contemporâneo. Parte-se do entendimento de que raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas articulam-se ativamente e incidem de maneira específica sobre as mulheres negras. Nesse sentido, a pesquisa busca evidenciar como esses marcadores sociais se entrelaçam na conformação de experiências de opressão e resistência, contribuindo para uma leitura mais complexa e situada das desigualdades. Metodologicamente, a investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise crítica de produções acadêmicas nacionais e internacionais, bem como de documentos institucionais e normativas públicas relacionadas ao tema. Os resultados parciais indicam que o feminismo negro, ao reconhecer e valorizar os saberes e experiências das mulheres negras, consolida epistemologias contra-hegemônicas que desafiam narrativas universalizantes e eurocêtricas, reposicionando os sujeitos subalternizados como produtores legítimos de conhecimento. A interseccionalidade, por sua vez, constitui um instrumento analítico capaz de compreender as múltiplas e simultâneas formas de opressão, permitindo identificar de modo claro e persistente as estruturas sociais que as produzem e reforçam. Conclui-se que, embora políticas públicas recentes representem avanços no reconhecimento das desigualdades de gênero e raça, ainda persistem lacunas estruturais e institucionais que dificultam sua plena efetivação. Assim, reafirma-se a importância de uma produção acadêmica comprometida com perspectivas críticas, feministas negras e interseccionais, como caminhos estratégicos para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais. Feminismo negro. Gênero. Interseccionalidade. Raça.

¹ Bacharela em Serviço Social e em Enfermagem, Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). E-mail: alinealonsomoreira@gmail.com

² Doutorando em Ciências Ambientais (UNESP/Sorocaba), Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP/Tupã), com Especializações em Pedagogia Empresarial (UNIFACEAR) e em Gestão e Coaching Educacional (FCE) e Licenciaturas em Ciências com Habilitação em Biologia (UNISALESIANO/Lins), em Pedagogia (UNIFIEO), em Matemática (UNIFITALO) e em Física (ETEP). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). E-mail: fabio.f.santos@unesp.br

FEMINISMO NEGRO, INTERSECCIONALIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Andreia Cristina Soares de Mello¹

O presente projeto de Iniciação Científica tem como objetivo analisar as contribuições dos feminismos negros para a construção de práticas sociais e educacionais comprometidas com a justiça social, sob a perspectiva crítica do Serviço Social. A pesquisa parte da compreensão de que as desigualdades estruturais no Brasil são atravessadas por múltiplas opressões de raça, gênero e classe que se interseccionam na reprodução da questão social. Busca-se evidenciar como a interseccionalidade, enquanto categoria analítica e política, possibilita novas leituras sobre a realidade social e inspira práticas profissionais antirracistas e emancipatórias. A metodologia de investigação da pesquisa possui caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase em autoras e autores do pensamento negro e feminista, como bell hooks (2019), Angela Davis (2016), Patricia Hill Collins (2019) e Carneiro (2011). Foram analisados textos teóricos e políticas públicas voltadas à equidade racial e de gênero, articulando-os com as diretrizes ético-políticas do Serviço Social. A metodologia incluiu também análise crítica de experiências e práticas educativas e sociais, a fim de identificar como os referenciais dos feminismos negros são apropriados na atuação profissional. Em síntese, os resultados parciais indicam que os feminismos negros constituem um referencial teórico e ético fundamental para repensar a prática do Serviço Social, especialmente no enfrentamento ao racismo estrutural e ao sexismo institucionalizado. A perspectiva interseccional revela-se potente para compreender as múltiplas determinações da desigualdade social e orientar ações profissionais pautadas na emancipação humana e na justiça social. Conclui-se que incorporar os feminismos negros ao campo do Serviço Social amplia a capacidade crítica e transformadora da profissão, reafirmando seu compromisso histórico com os direitos humanos e com a luta antirracista e antipatriarcal.

Palavras-chave: Educação. Feminismos negros. Interseccionalidade. Justiça social. Serviço Social.

¹ Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: soares.mello.ac@gmail.com

GRADA KILOMBA E A DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Raquel Virginia Lopes¹; Isabel Maria Lopes²

No livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019), a autora elenca algumas perguntas, dentre elas: “Quem sabe o quê?; Quem não sabe?; E por quê?; Quem tem seus saberes legitimados?; E quem permanece às margens?”. Ao refletirmos e buscarmos respostas acerca destes questionamentos torna-se evidente a existência de desigualdades educacionais, sociais, econômicas, que assolam a população negra. A presente pesquisa de cunho bibliográfico, cujo objetivo geral é destacar o livro de Grada Kilomba, como ferramenta antirracista na formação de professoras e professores da Educação Básica. Cabe destacar que atrelamos o pensamento de Kilomba ao de outras feministas e intelectuais negras, tais como: Lélia Gonzalez; Beatriz Nascimento; Nilma Lino Gomes; Cida Bento; Neusa Santos Souza; Sueli Carneiro; e Djamila Ribeiro. No livro, em questão, a autora mostra a atemporalidade do racismo. A palavra “plantação” no título refere-se ao sistema de exploração colonial, que vigorou, entre os séculos XV e XIX nas colônias europeias nas Américas. A colonização consistia em quatro características principais: grandes latifúndios; monocultura; trabalho escravizado; e exportação para a metrópole. Esse sistema possibilitou a criação de uma estrutura social de dominação, acarretando uma memória racista, a qual reverbera até a atualidade. O domínio e o controle da linguagem, por exemplo, foram mecanismos de dominação. Kilomba (2019), critica a centralidade do saber, salientando que o racismo não se limita somente aos atos individuais, mas a uma estrutura historicamente construída por meio do colonialismo. A estrutura social de dominação permeada pela discriminação racial, em suas mais variadas nuances, está enraizada nas relações sociais. Inclusive nas escolas, moldando linguagens, práticas pedagógicas e até mesmo o currículo. O livro de Grada Kilomba supracitado auxilia na formação do pensamento antirracista de professoras e professores devido a reflexão que proporciona acerca de o racismo atravessar o espaço escolar. Perceber os modos como ocorrem este atravessamento é caminho para a educação antirracista. Diante do exposto, o referido livro fomenta a educação para as relações étnico-raciais, possibilitando a promoção de uma educação antirracista que dialogue com narrativas, saberes e conhecimentos ancestrais.

Palavras-chave: Antirracismo. Educação. Formação docente. Grada Kilomba.

¹Raquel Virginia Lopes, Pedagogia/ Professora da Educação Básica (Prefeitura Municipal de Varjão de Minas/MG), Doutoranda em Educação PPGED-UFU- Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: rqlcorte@gmail.com.

²Isabel Maria Lopes, Letras/ Professora da Educação Básica (SEE/MG-SRE/Patos de Minas/MG), Doutoranda em Educação PPGED-UFU- Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: alopesisabelmaria@gmail.com

INTERSECCIONALIDADE: CLASSE, GÊNERO E ANTIRRACISMO NO CONTEXTO DE PENSAR UMA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EMANCIPATÓRIA E REVOLUCIONÁRIA

**Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico raciais.
Matheus Bortoleto Rodrigues¹**

A sociedade brasileira é profundamente marcada por um complexo sistema de desigualdades que se manifestam nas dimensões de raça, classe e gênero, entre outras, e que são refletidas e, por vezes, reproduzidas no ambiente educacional, historicamente distante de ser um espaço neutro. O objetivo deste estudo é analisar o entrecruzamento das categorias de classes sociais, gênero e raça, e como essa interseccionalidade impacta as trajetórias educacionais, especialmente de grupos historicamente marginalizados. Além disso, propõe-se discutir a importância de uma pedagogia emancipatória, antirracista e antissexista como caminho para superar essas formas de opressão. A metodologia empregada baseia-se na análise conceitual e estrutural da interseccionalidade como uma ferramenta analítica essencial para a compreensão da complexidade das desigualdades sociais. O estudo utilizou as contribuições teóricas de autoras feministas negras e pesquisadoras renomadas, como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e Carla Akotirene. A pesquisa discute as bases do pensamento interseccional, as desigualdades estruturais na educação brasileira e os desafios para uma pedagogia antirracista e interseccional, incluindo o papel das políticas públicas e da formação docente. Os resultados evidenciam que a escola frequentemente reproduz as estruturas racistas, sexistas e classistas da sociedade. A persistência da ideologia da democracia racial cria um imaginário que invisibiliza as discriminações e dificulta o reconhecimento das desigualdades raciais. A vivência de meninas e mulheres negras é particularmente afetada, pois enfrentam uma forma diferenciada de opressão, permeada tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, que não pode ser compreendida pela soma isolada dessas opressões, mas sim pela forma como se entrecruzam, criando uma experiência única de discriminação. Na escola, a diferença racial é, muitas vezes, associada ao baixo nível socioeconômico, resultando na rotulação de alunos(as) negros(as) e pobres como fracos, indisciplinados ou atrasados, o que transforma a diferença cultural em um desvio e agrava a exclusão. A análise conclui pela urgência de uma educação emancipatória que desconstrua currículos eurocêntricos e androcêntricos, valorize a diversidade cultural e promova narrativas plurais, sendo indispensável o fortalecimento de políticas públicas e de uma formação docente que incorpore a perspectiva interseccional de forma contínua e qualificada.

Palavras-chave: Antirracismo. Classe. Educação Brasileira. Gênero. Interseccionalidade.

¹Doutorando em Ciências Sociais, docente da educação básica, matheus.bortoleto@unesp.br.

INVESTIGAÇÕES SOBRE O PROTAGONISMO INDÍGENA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Lucas Souza do Nascimento¹;
Débora Cristina de Araujo²

Fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, financiada pela CAPES, o tema proposto neste resumo é o protagonismo indígena literário em programas de distribuição de livros literários, especialmente no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Intitulado “Literatura infantil e juvenil e interculturalidade dialógica: o protagonismo indígena no PNLD”, o estudo busca compreender o papel dessa literatura, contemplada pelos editais do PNLD e hoje extinto Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e sua importância na formação de um repertório literário plural para crianças e adolescentes. Considerando a necessidade de formação de senso crítico em crianças e adolescentes sobre diversidade étnico-racial e na valorização da identidade indígena no contexto educacional e sociocultural brasileiro, nesta comunicação será apresentada parte do levantamento documental e bibliográfico que vem analisando nuances do PNLD e do PNBE sobre livros literários de temática ou autoria indígena contemplados por esses editais. Ao observarmos os documentos oficiais que discorrem tanto sobre o PNBE e o PNLD, que passou a ser a política pública responsável por distribuir tanto os materiais didáticos quanto os literários a partir de 2017, é possível perceber, a partir dos editais, que nos últimos anos houve um relativo aumento na quantidade de obras escritas por autores e autoras indígenas contempladas pelos programas, mas ainda prevalece uma maior presença de obras literárias de temática não-indígenas ou de cunho indigenista (obras que reproduzem temas que abarcam a cultura e a realidade indígena, mas escritas por pessoas não-indígenas). Esses dados vêm sendo discutidos a partir do conceito de interculturalidade dialógica, proposta por Ytanajé Coelho Cardoso (2023), que entende como um movimento de contestação frente às teorias literárias consagradas, que, por sua vez, se mostram insuficientes para compreender a potência da literatura indígena a partir de sua própria cosmologia e perspectiva de mundo. Com tal conceituação tem sido possível discutir sobre o papel das políticas públicas no Brasil na manutenção ou enfrentamento dos estereótipos e preconceitos étnico-raciais contra os povos originários que ainda lutam por espaços de representações que valorizem sua história, cultura e existência.

Palavras-chave: Interculturalidade dialógica. Literatura indígena. Literatura infantil e juvenil. PNBE. PNLD.

¹Licenciado em Letras – Língua e Literatura Portuguesa/Mestrando em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, lucas.nascimento.00@edu.ufes.br

²Doutora em Educação (UFPR) e professora de Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), deboraaraujo.ufes@gmail.com

JOGOS EDUCATIVOS BILÍNGUES (INY RYBÈ/PORTUGUÊS) VIA WORDWALL: UMA PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO LINGUÍSTICA E O LETRAMENTO INTERCULTURAL DO POVO JAVAÉ.

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilíngue e Intercultural

Rafael Oliveira de Carvalho¹;

Matheus Barbosa de Oliveira²;

Marcilene de Assis Alves Araujo³

O presente trabalho destaca o importante papel da língua na preservação dos saberes e da ancestralidade dos povos originários. Neste contexto, evidencia-se uma problemática enraizada na educação escolar indígena, pautada no estado de apagamento gradativo da língua. Este fenômeno é resultado do contato com a sociedade não indígena e da imposição de outras línguas, o que coloca em risco a preservação e o fortalecimento desses idiomas tradicionais. Em resposta, a pesquisa propõe o uso de tecnologias em sala de aula, aplicadas ao processo de ensino e aprendizagem, como importante ferramenta para a manutenção linguística e etno-cultural indígena. O foco principal reside no uso da plataforma WordWall como mecanismo metodológico para a criação de jogos educativos bilíngues — Iny Rybè e na Língua Portuguesa — configurando uma proposta de material didático para os estudantes e professores Javaé das escolas Taína e Watakuri, na Ilha do Bananal (TO). O objetivo é promover oficinas de práticas de leitura e letramento intercultural bilíngue, o que contribui para a preservação e manutenção da oralidade e escrita do povo Javaé. Adotou-se a pesquisa-ação como procedimento metodológico, por permitir uma abordagem prática e colaborativa. As reflexões apresentadas indicam que o uso de tecnologia desvinculada aos saberes indígenas gera significativa preocupação quanto à conservação cultural e linguística do povo Javaé. Assim, a presente pesquisa está sendo conduzida a partir da convergência entre tecnologia e o simbolismo dos valores tradicionais, visando à criação e desenvolvimento de ações que contribuam para a manutenção da língua Iny Rybè. O resultado esperado é que este trabalho contribua efetivamente para a valorização cultural do povo indígena Javaé, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade dos estudantes da comunidade.

Palavras-chave: Iny Rybè. Letramento Intercultural. Povo Javaé. Preservação Linguística. Tecnologia Educacional.

¹Estudante da Educação Básica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, rafael.carvalho2@estudante.ifto.edu.br

²Especialista em Ensino de História, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, matheus.oliveira@ifto.edu.br

³Doutora em Letras, Professora na Universidade de Gurupi, marcilenearaujo@unirg.edu.br

LEIS DE INCENTIVO À CULTURA E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA EM MINAS GERAIS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2024

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico raciais
Taciana Cecília Ramos¹; Flávia Cardoso Silva²

Cultura é um direito humano fundamental reconhecido na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 215, que estabelece o dever do Estado de garantir o pleno exercício dos direitos culturais, apoiar a difusão das manifestações e proteger expressões culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. Partindo desse princípio, este trabalho tem como escopo investigar as leis de incentivo à cultura como instrumentos jurídicos, históricos e educacionais para a resistência, valorização e fortalecimento da cultura negra no Brasil, com enfoque no estado de Minas Gerais. Nesse contexto, a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) e a Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais (LEIC-MG) funcionam como mecanismos de reparação histórica e democratização do acesso a recursos públicos, promovendo a valorização de expressões culturais afro-brasileiras. Esta pesquisa, qualitativa e exploratória, traz análise de documentos oficiais, incluindo legislações, editais, projetos aprovados e relatórios do período de 2018 a 2024, junto a revisão bibliográfica sobre políticas culturais, ações afirmativas e história do movimento negro no Brasil. Autores como Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento permitem articular dados oficiais e reflexões teóricas sobre a efetivação das políticas de fomento à cultura afro brasileira. Os resultados parciais indicam que, embora as leis de incentivo tenham ampliado recursos e oportunidades para as culturas negras, ainda persistem desigualdades no acesso devido a barreiras burocráticas, concentração regional de editais e falta de capacitação técnica. Observa-se que ainda existem lacunas para a efetivação de políticas de fomento que contemplem de forma estruturada a diversidade étnico-racial em Minas Gerais. Conclui-se que o fortalecimento das leis de incentivo à cultura, aliado a políticas educacionais inclusivas e à valorização histórica do povo negro, é essencial para fomentar a discussão científica acerca da democratização do acesso a recursos culturais e a valorização da cultura afro-brasileira em Minas Gerais e no Brasil, promovendo, assim, uma sociedade mais plural e antirracista.

Palavras-chave: Cultura negra. Leis de incentivo. Minas Gerais. Políticas culturais. Resistência.

¹Técnica-Administrativa em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutoranda em Educação pela UFU, taciana.ramos@ufu.br.

²Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), flaviacardososilva@yahoo.com.br.

LETRAMENTOS INY RIBÈ JAVAÉ: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PARA A VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Sarah Hougany Lacerda dos Santos¹;
Isabela Sales Oliveira²
Marcilene de Assis Alves Araujo³

O povo Javaé, parte do grupo étnico Iny, localizado no estado do Tocantins, possui uma rica herança cultural e linguística, refletida em seus modos de vida, práticas tradicionais e formas de expressão oral. Contudo, a adoção de políticas educativas baseadas no currículo ocidental, aliada à pressão pelo domínio da língua portuguesa, tem intensificado os desafios para a preservação das tradições e dos modos próprios de letramento dessas comunidades. Diante dessa realidade, esse trabalho tem como objetivo promover o ensino bilíngue entre o povo Iny Javaé, integrando práticas de letramento que valorizem sua língua e cultura, em consonância com os princípios do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na Sociolinguística Interacional, na etnografia e na pesquisa colaborativa, com foco na valorização dos saberes locais e na construção coletiva do conhecimento. A metodologia se organiza em três eixos: entrevistas com professores e lideranças para identificação dos principais desafios enfrentados; formação continuada de educadores, com apoio de especialistas, voltada ao fortalecimento das práticas bilíngues; e produção de materiais pedagógicos bilíngues - Iny Rybè e Português. Foram coletadas 360 palavras em Iny rybè, por meio de oficinas colaborativas com professores, alunos e anciãos da comunidade. Esse levantamento linguístico tem subsidiado a elaboração de atividades pedagógicas bilíngues e orientado a construção de um glossário Iny rybè-português, atualmente em elaboração. Pensado como recurso pedagógico, o glossário busca ampliar o uso da língua materna no ambiente escolar e fortalecer os processos educativos, valorizando os saberes e a identidade cultural da comunidade.

Palavras-chave: Educação Intercultural. Processos educativos. Recurso pedagógico.

Apoio: CNPq, UNIRG e a FAPT

¹Graduanda em Letras, Universidade de Gurupi – UNIRG. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins – OPTTINS. sarah.h.lsanatos@unirg.edu.br

²Graduanda em Pedagogia, Universidade de Gurupi – UNIRG. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins – OPTTINS.

³Doutora em Letras, Professora na Universidade de Gurupi, marcilenearaujo@unirg.edu.br

LIBERDADE ROUBADA, HUMANIDADE REINVENTADA: COTAS RACIAIS,

JUSTIÇA EPISTÊMICA E O SONHO DEMOCRÁTICO DE REPARAÇÃO A PARTIR DE LÍVIA SANT'ANNA VAZ

**Grupo de trabalho: Cotas e Comissões de Heteroidentificação
Caio Roberto Mendes Ferreira¹**

Desde que surgiram, as cotas raciais, enquanto modalidade de ação afirmativa, configuram-se como instrumentos de justiça epistêmica, bem como de reconstrução de representatividade democrática. Destarte, fundamentado na obra Cotas Raciais, de Livia Sant'Anna Vaz, 2022, este estudo tenciona compreender as cotas raciais como práticas de descolonização do conhecimento e de reparação histórica, voltadas a efetivar os direitos humanos e a democratização no acesso ao ensino superior. Nesse tom, o estudo, de natureza teórica-analítica e qualitativa, adota abordagem documental e bibliográfica, centrada na análise crítica da autora, em diálogo com marcos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.723/2023 e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD). Nessa toada, demonstra-se que o racismo brasileiro é histórico, estrutural, persistente e institucionalizado, de modo que o mito da meritocracia constitui uma farsa que naturaliza inúmeros privilégios. Portanto, as cotas raciais se afirmam como medidas de reparação e reconhecimento, e não como concessões do poder público. Desse modo, ao situar as políticas afirmativas de cotas raciais no campo da justiça racial, pondera-se que a verdadeira democracia representativa depende do reconhecimento dos saberes e das existências de pessoas negras na produção do conhecimento e nas instituições estatais. Nesse viés, as cotas raciais representam muito mais que políticas educacionais, mas sim, compromissos éticos de um Estado multifário e comprometido com a superação de uma idealização política de exclusão racial. Nesse contexto, permite-se concluir que a consolidação de um projeto educacional multifacetado e democrático exige o fortalecimento das políticas de permanência, a valorização da diversidade e o compromisso ético com a liberdade e a humanidade negadas ao povo negro. Por fim, é fato que quando a universidade se abre à reparação e ao reconhecimento, a liberdade deixa de ser promessa e torna-se horizonte, reverberando em um sonho democrático que o Brasil ainda está aprendendo a realizar.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas raciais. Democracia. Justiça epistêmica. Lei nº 14.723/2023. Livia Sant'Anna Vaz.

¹Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Estudante de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: ciberdireitos@gmail.com

Grupo de trabalho : Arte, memória e ancestralidade

Isadora Fernandes Silva¹;

Hélio Aparecido Lima Silva²;

A pesquisa tem como propósito adaptar visual e textualmente a obra *Sejamos Todos Feministas* (2021), de Chimamanda Ngozi Adichie, ilustrada por Aju Paraguassu (2021), voltando-a ao público infantil brasileiro. O estudo busca compreender como os elementos visuais e narrativos presentes na obra original podem ser reinterpretados para o universo das crianças, ampliando o alcance das discussões sobre igualdade de gênero, ancestralidade e representatividade. O principal objetivo consiste em analisar a interação entre texto e imagem e, a partir desse processo, desenvolver um livro ilustrado autoral que una sensibilidade estética e discurso social. A metodologia da pesquisa envolveu estudo bibliográfico e análise iconográfica, com observação de aspectos como cor, forma, composição, tipografia, ritmo visual e projeto gráfico. Foram utilizados referenciais teóricos de Sophie Van der Linden (2011) e Lucia Santaella (2012), que tratam das relações entre palavra e imagem, e de Cecília Almeida Salles (2006) e Suzy Lee (2012), que abordam os caminhos da criação artística e o papel narrativo da imagem. A análise da obra ilustrada por Aju Paraguassu evidenciou o uso expressivo de paleta cromática quente e terrosa, próxima ao estilo cartum, com representações de crianças negras e pardas, cujos traços, penteados e vestimentas remetem à cultura africana. Essa representação visual reforça valores de identidade, empoderamento e pertencimento. Com base nesse repertório, foi criado o livro ilustrado *O rio que volta pra casa*, desenvolvido digitalmente, no qual texto poético e imagens dialogam para narrar memórias e experiências da infância de uma menina negra. O resultado reflete o potencial do livro ilustrado como instrumento de educação estética e cultural, capaz de estimular o reconhecimento das raízes afro-brasileiras e a valorização da diversidade. A pesquisa conclui que o processo de criação artística, fundamentado na observação crítica e na experimentação visual, pode promover novas formas de leitura e ampliar a representatividade no campo da literatura infantil contemporânea.

Palavras-chave: Ancestralidade. Cultura. Elementos visuais. Livro Ilustrado. Produção Gráfica.

Apoio: Fomento interno (IFTM) Bic Jr.

¹Estudante do ensino técnico integrado, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, bolsista IFTM Bic Jr, isadora.fernandes@estudante.iftm.edu.br

²Professor de Arte, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, MG, Dr. em Artes Visuais, heliolima@iftm.edu.br

NOS EDITAIS DO PNLD - BIOLOGIA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

**Davi Barbosa de Jesus¹;
Débora Cristina de Araujo²**

Este estudo compõe parte dos resultados prévios analisados em uma pesquisa de mestrado intitulada Para além do branco das páginas: uma análise crítica de livros didáticos de Biologia em diálogo com a EREER, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Tal etapa objetivou mapear, entre 2007 e 2026, o panorama das aprovações de coleções de Biologia nos PNLD, com intuito de identificar como as questões raciais atravessam as relações do mercado editorial. A metodologia empregada envolveu análise documental dos catálogos oficiais do programa e levantamento histórico-institucional das editoras participantes, complementadas por referencial teórico acerca do setor editorial didático no Brasil, em que se destaca a autora Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2013). Além disso, também nos servimos das contribuições de Nilma Lino Gomes (2005) e Lia Vainer Schucman (2014), no que diz respeito às relações raciais. Os resultados indicam um processo de crescente concentração, visto que das 11 editoras participantes, destacam-se 3, que, juntas, somam 60% das coleções aprovadas no período considerado: Moderna (15 coleções), pertencente ao grupo espanhol Santillana; Ática (10 coleções) e Saraiva (11 coleções), integrantes do conglomerado brasileiro Cogna Educação. Com 5 coleções cada, localizam-se as editoras FTD, parte da congregação Marista (instituição religiosa cristã voltada à educação), e SM, pertencente ao grupo espanhol Fundación SM. Em contraste, editoras brasileiras independentes apresentam participação reduzida, com dez coleções aprovadas em sua totalidade, número inferior ao obtido individualmente pelas editoras de maior expressão. A presença de grupos internacionais, em especial os espanhóis, revela um alinhamento à expansão de capitais estrangeiros no setor educacional brasileiro, liderados sob a hegemonia da branquitude, que ocupa a maioria das posições de liderança nesses grupos editoriais. Essa aproximação reflete em influências no currículo da educação básica, a exemplo da inserção de língua espanhola como disciplina. No que diz respeito à Biologia, estudos pregressos já denunciam frequente silenciamento de saberes africanos, afro diaspóricos e indígenas, o que pode ser explicado pelo caráter branco e europeu das empresas que comandam as coleções selecionadas. Assim, é necessário que voltemos nossas atenções para os materiais aprovados ao longo dos anos pelo PNLD, buscando identificar e interpretar quais interesses estão sendo mobilizados e como particularidades complexas do cenário brasileiro, no que diz respeito às relações étnico-raciais, estão sendo tratadas.

Palavras-chave: Biologia. Editoras. Livros didáticos. PNLD.

¹Mestrando em Educação (Ufes), davibarbosajesuss@gmail.com

²Doutora em Educação e professora de EREER (Ufes), deboraaraujo.ufes@gmail.com.

MULHERES NEGRAS E PORTUGUÊS BRASILEIRO: MEMÓRIA,

IDENTIDADE E ESCRIVÊNCIA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Bianca Carvalho Santos¹;
Mayra Natanne Alves Marra²

Este trabalho apresenta os resultados de uma atividade que integrou o projeto “Vozes ancestrais: heranças africanas e indígenas no português brasileiro”, desenvolvido com duas turmas de primeiros anos de dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Campus Ituiutaba, e teve como eixo principal a leitura e análise do conto Olhos d’água, de Conceição Evaristo além do estudo de sua biografia e produção literária. A atividade partiu da compreensão do conceito literário de escritvivência, proposto por Evaristo, como um modo de narrar que entrelaça vida, memória e identidade, destacando o papel da mulher negra na literatura e na história. O referencial teórico dialogou com a proposta de Evaristo, que discute a escrita como instrumento de libertação e afirmação de subjetividades negras. Depois, por meio da leitura compartilhada e de discussões mediadas durante a atividade, as/os estudantes refletiram sobre a linguagem como herança cultural e forma de resistência. Além disso, a atividade enfatizou a importância de se dialogar sobre variação linguística e preconceito linguístico (Bago, 2007; 2015) e sobre culturas baseadas na oralidade. Assim, a atividade buscou evidenciar o poder político da linguagem, sendo compreendida como herança cultural e espaço de criação coletiva. As análises evidenciaram a força simbólica das imagens construídas por Evaristo, em especial a relação entre mãe e filha, as lembranças afetivas e o poder da palavra na reconstrução da identidade negra. O trabalho com o português brasileiro privilegiou o estudo do estilo da autora — marcado pela oralidade, pela musicalidade e pelo uso expressivo de estruturas não convencionais — como exemplo de uma língua viva, plural e marcada por diferentes influências, como é o caso da língua portuguesa. A atividade promoveu o protagonismo estudantil, pois a leitura foi realizada por estudantes, estimulando leituras em voz alta, produções interpretativas e reflexões escritas sobre o lugar das mulheres negras na literatura brasileira. Assim, o estudo do conto articulou análise linguística e reflexão social. Como resultado, as/os estudantes ampliaram seu repertório cultural e crítico, compreendendo que a literatura é também um modo de reescrever o mundo a partir de vozes historicamente silenciadas, isto é, reconheceram na linguagem um espaço de memória, resistência e afirmação cultural.

Palavras-chave: Escritvivência. Identidade. Memória. Mulheres negras. Português brasileiro. Variação linguística.

¹ Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; bianca.cs@estudante.iftm.edu.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos; Professora de Língua Portuguesa e Espanhola; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; mayra@iftm.edu.br.

MULHERES NEGRAS EM JOGO: O OLHAR COMO GAMER SOBRE A

IGUALDADE DE GÊNERO NO UNIVERSO GEEK

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Letícia Lacerda Alves¹; Gyzely Suely Lima²;

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados preliminares do projeto de ensino, fomentado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que busca analisar como a identidade de gênero é formada por meio de jogos digitais com enfoque na autoria feminina e na promoção da igualdade de gênero na cultura geek, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Almejamos compreender como a crítica abordada nos jogos se reflete nos dias atuais. Baseando-se na concepção teórico-metodológica da Pesquisa Narrativa (CLANDININ, CONNELLY, 2011), esta apresentação consiste no compartilhamento de narrativas pessoais, como textos de campo, sobre experiências da bolsista-pesquisadora como gamer ao usar as iniciativas “Preta Game Jam” e “Maloca Games”, que buscam a valorização dos povos marginalizados, promovendo a representatividade, protagonismo e enaltecimento cultural. A “Preta Game Jam” nasceu a partir da pesquisa de doutorado em andamento, de Jaderson Souza, analisando que a maioria dos jogos digitais que conhecemos através da indústria, partem de formatos e ideias cuja matriz se baseia no pensamento eurocêntrico. Partindo da compreensão dos processos de colonização e, principalmente, sobre a história das pessoas pretas no Brasil, estes mecanismos acabam provocando o sufocamento de ideias que partem de lugares diferentes deles. Já as culturas de matrizes africanas, por outro lado, “Maloca Games” surgiu para explorar esses temas negligenciados no mercado, criando jogos que abordam temas afro-brasileiros para a comunidade em geral. Na perspectiva da interseccionalidade, conforme Carla Akotirene (2019), serão pontuadas algumas reflexões sobre estas iniciativas em questão, por meio da análise dos objetivos dos desenvolvedores dos jogos, observando fatores que se relacionam com nosso tema, tal como a representatividade de personagens negros nos jogos. Nossa busca não ficará limitada apenas a pesquisas, exploraremos outros meios de comunicação, como poemas, entrevistas, artigos e reportagens.

Palavras-chave: Empoderamento. Igualdade. Interseccionalidade. Jogos. Mulheres negras. Resistência.

Apoio: Fomento interno pelo Instituto Federal Triângulo Mineiro Campus Uberlândia Centro.

¹Discente, Curso técnico de Programação de Jogos Digitais integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. leticia.lacerda@estudante.iftm.edu.br

²Docente, Doutora em Estudos Linguísticos. IFTM Campus Uberlândia Centro.gyzely@iftm.edu.br

PRODUÇÃO ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Cristiane Corrêa Resende¹; Érica Cerqueira dos Santos²;
Eduarda Karinny da Silva Martins³

A Educação Afro-brasileira e Indígena é reconhecida na legislação brasileira como um direito humano e um dever do Estado, garantido pelas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 que visam a reparação histórica, a valorização da diversidade e o combate ao racismo. A inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo do ensino básico ressalta a importância da formação histórica multicultural do país e contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos quanto a diversidade. Este resumo apresenta o projeto de ensino “NEABI em Ação”, desenvolvido no IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, cujo objetivo mais importante é dar visibilidade aos trabalhos, atividades e projetos relacionados à temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” propostos pelo NEABI (Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas) e elaborados pelos estudantes dos Cursos Técnicos Integrados. As ações realizadas pelo NEABI ao longo do ano letivo tendem a ficar dispersas e com pouca visibilidade na comunidade escolar, por isso a proposta foi organizar essas ações e propiciar maior participação e interação da comunidade escolar de duas formas: 1. fisicamente, por meio de murais e exposições no interior da unidade escolar e; 2. digitalmente, por meio do Instagram do projeto. Cabe às duas bolsistas, coautoras deste trabalho, elaborar, organizar e atualizar os murais e o Instagram, a partir da seleção das atividades e materiais didáticos desenvolvidos pelos estudantes e professores; divulgar conteúdo educativo; atualizar notícias e legislações; compartilhar as ações do projeto de ensino na comunidade escolar; convidar os estudantes para interação e analisar o alcance das ações realizadas. Os resultados obtidos, até o momento, indicam a ampliação da visibilidade e a sistematização dos trabalhos e atividades propostos pelo NEABI UPT. Considerando o interesse pelos murais e a interação no Instagram; o aumento da qualidade e quantidade dos trabalhos desenvolvidos; assim como o maior domínio sobre o assunto “História e Cultura Afro brasileira e Indígena”, os resultados têm sido efetivos no que tange à proposta principal deste projeto e, em se tratando da produção de conhecimento discente sobre a temática.

Palavras-chave: Educação Afro-brasileira e Indígena. NEABI. Produção acadêmica. Projeto de ensino. Visibilidade.

¹Mestre em Educação Tecnológica/Profa de História, Presidente do NEABI IFTM/UPT, cristiane@iftm.edu.br.

²Estudante do Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio do IFTM/UPT erica.santos@estudante.iftm.edu.br .

³Estudante do Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio do IFTM/UPT eduarda.karinny@estudante.iftm.edu.br

BRASILEIRO COMO FERRAMENTA PARA A DESCONSTRUÇÃO DE PRECONCEITOS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Mayra Natanne Alves Marra ¹;

Marta Pedro Matsimbe ².

Este Projeto de Ensino, implementado em aulas de Língua Portuguesa do primeiro ano do Ensino Médio, buscou atender à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003) por meio de uma abordagem linguística e interdisciplinar. O objetivo central foi utilizar a historiografia linguística do Português Brasileiro — com foco na identificação e análise das marcas lexicais, fonológicas e socioculturais das línguas africanas no nosso idioma — como ferramenta para a desconstrução de preconceitos e o combate ao racismo linguístico, valorizando a matriz africana na formação de nossa identidade. Embora focado em questões estritamente linguísticas, o projeto caracterizou-se pela interdisciplinaridade, estabelecendo pontes essenciais com as áreas de História (contexto da diáspora e formação social brasileira) e Geografia (diversidade do continente africano e das regiões brasileiras) e abordando questões de arte e cultura. A metodologia consistiu em uma oficina de caráter prático e ativo, dividida em etapas sequenciais. Primeiramente, utilizou-se a análise de material visual (imagens e vídeos) para promover a desconstrução de estereótipos sobre a África, contextualizando sua vasta diversidade histórica e cultural. Na sequência, a atividade principal foi a produção de "árvores de palavras", onde os estudantes identificaram e categorizaram africanismos (exemplos: dendê, cafuné, senzala) presentes no vocabulário cotidiano, explorando suas origens, etimologias e usos. Complementarmente, foram realizadas práticas culturais, como a criação de quadros com tecidos e a amarração de turbantes, que reforçaram o simbolismo e a estética africana. Os resultados parciais demonstram o sucesso da atividade em articular o conteúdo curricular de Língua Portuguesa com a educação antirracista, promovendo uma compreensão mais crítica e aprofundada da constituição do Português Brasileiro como uma língua de contato, herança e resistência.

Palavras-chave: Africanismos. Desconstrução de Preconceitos. Historiografia Linguística. Lei 10.639/03. Português Brasileiro.

Apoio: IFTM – Campus Ituiutaba e NEABI Campus Ituiutaba.

¹Doutora em Estudos Linguísticos; Professora de Língua Portuguesa e Espanhola; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; mayra@iftm.edu.br.

²Mestra em Letras: Linguagens e Representações; Professora de Linguística; Universidade Púnguê; doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade de Uberlândia – UFU; marta.matsimbe@ufu.br.

O IMPACTO DA LEI DE COTAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Grupo de trabalho: Cotas e comissões de Heteroidentificação
Anna Evellyn Ferreira Caetano¹;
Luis Fernando Tosta Barbato²

Ao analisarmos a história da historiografia brasileira, observamos que a produção voltada para os estudos da população negra no Brasil, em suas mais diversas nuances, sempre ocupou um espaço marginal, sendo que poucas vezes a historiografia trouxe a população negra em um lugar de protagonismo na história do Brasil. Uma das hipóteses para essa invisibilidade está na pouca participação do historiador e da historiadora negra na academia, uma vez que esses espaços, geralmente eram marcados pela elitização social e pela exclusão da população negra de seus espaços, o que poderia ajudar a explicar a baixa produção de pesquisa com foco na população negra, uma vez que a própria população negra estava alijada desses espaços. No entanto, em 2012 tivemos a implantação da Lei nº 12.711/2012 - popularmente conhecida como Lei de Cotas – que promoveu a inclusão de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras, o que, poderia resultar em um aumento da produção historiográfica voltada para a história do negro no Brasil, uma vez que, a partir de então, cada vez mais pesquisadores e pesquisadoras oriundos da população negra estariam presentes nesses espaços de produção historiográfica, do quais estavam até então ausentes. Sendo assim, fizemos uma análise da produção de dissertações e teses em três importantes universidades mineiras (UFMG, UFOP e UFU), a fim de avaliarmos como a chegada desses estudantes negros fomentou a produção de uma historiografia voltada à história dessa população. Os resultados apontam que a Lei de Cotas foi muito importante para o acesso de estudantes negros nos programas de pós-graduação, apesar de a pandemia ter resultado em efeitos negativos nesse processo.

Palavras-chave: Historiografia brasileira. Historiografia negra. Lei de Cotas.

¹Estudante do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio, IFTM, campus Patos de Minas, anna.caetano@estudante.iftm.edu.br

²Professor de História, IFTM, campus Patos de Minas, luisbarbato@iftm.edu.br

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ALTERNATIVA NA MEMÓRIA, LUTA, E NA PERSISTÊNCIA DOS QUILOMBOS DE JANUÁRIA

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
João Miguel Teixeira de Souza Santana¹;
Maria Clara Dias Campos²;
Anna Júlia Siqueira de Sousa³

A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas do país, transformou a escola em um espaço de visibilidade e valorização dos negros no Brasil, por meio do reconhecimento de seu protagonismo nas diferentes esferas da sociedade. Vai ao encontro dessa legislação o currículo pautado na decolonialidade, que, afastando-se do eixo eurocêntrico, valoriza o estudo dos quilombos, apresentando-os como territórios com identidade cultural própria, ancestralidade comum e que mantêm práticas culturais, sociais, ambientais e econômicas que simbolizam a resistência e a luta por direitos da população negra brasileira. Nessa perspectiva decolonial, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG - Campus Pirapora, por meio do projeto Decolonizando Saberes, promoveu uma experiência de campo com os estudantes de diversas séries do ensino médio integrado, realizando visitas às comunidades quilombolas Croatá, Brejo do Amparo, Moradeiras e Rua de Baixo, todas localizadas no município de Januária, Minas Gerais. Além de rodas de conversa com lideranças comunitárias, pesquisadores, professores e moradores, a metodologia envolveu trilha ecológica direcionada por líderes desses quilombos, revelando a importância das comunidades quilombolas na preservação e na produção de conhecimento ambiental. Ademais, foram apresentados exibição de documentários, filmes, produção artística local e visita guiada pelos territórios. Essa ação de imersão possibilitou uma forma alternativa de experiência de ensino-aprendizagem significativa, para além dos muros de nossa instituição, na perspectiva de quem sabe, conhece e transmite a vivência de ser quilombola. Com efeito, a prática contribuiu para o exercício crítico-reflexivo, ampliando a compreensão do papel histórico de resistência, luta, memória e cultura das comunidades quilombolas, bem como a importância da valorização desses territórios na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Decolonialidade. IFNMG Campus Pirapora. Imersão. Lei 10.639/03. Quilombos.

Apoio: IFNMG - Campus Pirapora - Projeto “Descolonizando Saberes”

¹Estudante do 3º ano em sistema de Energia Renovável, IFNMG - Campus Pirapora, jmtss@aluno.ifnmg.edu.br

²Estudante do 3º ano em sistema de Energia Renovável, IFNMG - Campus Pirapora, mcdc4@aluno.ifnmg.edu.br

³Estudante do 3º ano em sistema de Energia Renovável, IFNMG - Campus Pirapora, ajss4@aluno.ifnmg.edu.br

O PENSAMENTO DE BELL HOOKS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS: PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Ishangly Juana da Silva¹

Ao longo das últimas décadas, as discussões no âmbito da Pedagogia têm sido circunscritas em um contexto no qual é crucial problematizar de que modo as relações estruturais de opressão têm permeado nossos modos de ensinar e aprender. Sob essa perspectiva, propomos em nossa pesquisa de doutorado em educação, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), dialogar com a produção de bell hooks, autora que nos convida à reflexão sobre os tensionamentos interseccionais que perpassam nossos contextos educacionais. Buscamos compreender como o currículo da graduação em Pedagogia pode se constituir enquanto espaço de fortalecimento da educação antirracista. Nesse sentido, em aproximação às premissas desenvolvidas por intelectuais do feminismo negro e em diálogo ao conceito de interseccionalidade, problematizamos as perspectivas de construção de uma comunidade de aprendizagem em que o pensamento crítico, como proposto por bell hooks, nos possibilite construir bases para uma educação antirracista. Assim, entendemos que as noções de pensamento crítico e pedagogia engajada (hooks, 2020), podem auxiliar na construção do currículo da formação docente, assim como nas análises das intersecções sociais, étnico-raciais e de gênero que o perpassam. Dessa forma, compreendemos os desafios de conceber, no currículo da formação docente, um espaço de construção colaborativa de aprendizagens que considere a interseccionalidade nas leituras sociais e educacionais. Todavia, consideramos também as possibilidades de construção e diálogo que podem coexistir no contexto dos currículos de licenciatura, especificamente da formação dos/as pedagogos/as.

Palavras-chave: Currículo. Educação antirracista. Interseccionalidade.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), ishangly@ufu.br

O PEQUENO PRÍNCIPE E A BELEZA DO OUTRO: O DISCURSO DE ÓDIO CONTRA MULHERES NEGRAS NAS MÍDIAS DIGITAIS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Elaine Silva de Oliveira¹

A obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry (2016), é tradicionalmente associada à literatura infantojuvenil, no entanto, sua narrativa transcende esse enquadramento, uma vez que a obra incorpora valores universais e dialoga com leitores de todas as idades. Nesse sentido, este trabalho busca dialogar com a produção literária dotada de forte dimensão poética e filosófica, que tensiona ensinamentos sobre amizade, respeito e, sobretudo, sobre a valorização do outro. Em face disso, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar de que forma o racismo, o preconceito e o discurso de ódio advindos das mídias digitais vêm prejudicando o outro, além de compreender de que maneira a mídia promove a circulação de informações falsas e amplia a intolerância no ambiente digital. Para isso, a abordagem metodológica desta pesquisa se ancora na análise discursiva, pela qual busca investigar discursos de ódio contra mulheres negras nas redes sociais. Os resultados desta investigação evidenciaram não apenas a persistência do racismo, mas também a ocorrência sistemática de discurso de ódio direcionados às mulheres negras no ambiente digital, o que revela o caráter estrutural dessas práticas. Nesse cenário, plataformas como Facebook, Instagram, TikTok e WhatsApp se configuram como espaços de circulação de narrativas desumanizadoras e discriminatórias, que se disseminam com facilidade, ampliando a desinformação e gerando impactos psicológicos significativos às vítimas, em particular às mulheres. Diante desses achados, mostra-se essencial que se proponha uma regulamentação rígida das redes sociais, de modo a responsabilizar as plataformas pela veiculação de conteúdos abusivos. Os resultados evidenciam, ainda, que o discurso de ódio não constitui algo isolado, mas sim um espelho das desigualdades de gênero que legitimam e perpetuam a misoginia na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Discurso de ódio. Mídias digitais. Mulheres negras. Racismo.

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada/PosLA da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: laninha.silva@aluno.uece.br.

O PRETUGUÊS EM CENA: LITERATURA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E RESISTÊNCIA EM O QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Júlia Christine Pimenta do Carmo¹;

Marylia Gabriela Santos de Oliveira²;

Mayra Natanne Alves Marra³

Este trabalho apresenta os resultados da atividade de leitura e mostra fotográfica, que constitui um recorte do projeto de ensino “Vozes ancestrais: heranças africanas e indígenas no português brasileiro”, desenvolvido no IFTM-campus Ituiutaba. A proposta central deste recorte visou investigar a força literária e linguística de Carolina Maria de Jesus, articulando a leitura, a expressão fotográfica e a análise da variação do português brasileiro. A atividade desenvolveu-se em duas etapas: a primeira consistiu na leitura e análise da obra *O Quarto de Despejo*, cuja linguagem marcada pela oralidade e variação serviu de substrato para a discussão do conceito de “pretuguês” (Lélia Gonzalez) e a reflexão sobre “Preconceito linguístico” (Bagnó, 2015). Foram examinadas as marcas textuais da herança africana na formação do português. A comunidade estudantil atuou como protagonista, escolhendo e interpretando excertos da obra. Na segunda etapa da atividade, os discentes produziram registros fotográficos inspirados nas imagens textuais para a Mostra Fotográfica “Releituras da obra *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada”. As fotografias estabeleceram correlação entre a palavra e a realidade social, evidenciando a intersecção entre língua, sociedade e cultura. O exercício promoveu o reconhecimento da escrita de Carolina Maria de Jesus como ato de resistência e expressão identitária, ensejando a discussão do preconceito linguístico. As análises permitiram observar como as escolhas gramaticais e lexicais da autora refletem a formação dialógica da língua portuguesa, marcada pelo contato entre diferentes povos e etnias. O trabalho culminou na exposição das fotos, cujas legendas, concebidas pelos próprios discentes, evidenciaram a apropriação da linguagem como instrumento de leitura crítica do mundo e da própria trajetória histórica. O protagonismo estudantil foi crucial, fortalecendo a íntima conexão entre língua, literatura e identidade.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Literatura. Preconceito linguístico. Pretuguês. Variação linguística.

Apoio: IFTM – Campus Ituiutaba.

¹Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; julia.carmo@estudante.iftm.edu.br.

²Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; marylia.oliveira@estudante.iftm.edu.br.

³Doutora em Estudos Linguísticos; Professora de Língua Portuguesa e Espanhola; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; mayra@iftm.edu.br.

OBAX (2010) E BIBLIOTECAS JARDINS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO CULTURAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Arthur Henrique Feijó de Almeida¹;
Erinaldo Dias Valério²;

A biblioteca escolar deve adotar um olhar crítico sobre sua atuação, buscando contribuir para o fortalecimento da educação antirracista e para a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas nas instituições educacionais. Para isso, as bibliotecas escolares devem possuir uma política de formação e desenvolvimento de coleções atenta às temáticas como os saberes afro-diaspóricos, além de ofertarem serviços considerando a pluralidade cultural de seus usuários. Dessa forma, temos como objetivo apresentar uma mediação cultural antirracista da obra *Obax* (2010), de André Neves. Por meio de uma abordagem qualitativa, esse trabalho de natureza básica fez uso da pesquisa bibliográfica e documental combinada com relato de experiência. Na obra, a garota – cujo nome deriva de *ubax*, palavra no idioma somali para flor – gosta de contar histórias. Considerando o papel da oralidade na cultura africana, podemos considerá-la uma griote. Evocando questões referentes à solidão de meninas e mulheres negras, ao passo que constrói uma imagem da África que quebra estereótipos – na obra, assim como na realidade, o continente africano é uma paisagem rica em biodiversidade e cultura –, muitas vezes atrelando fome e pobreza ao continente, o livro do escritor pernambucano foi utilizado em uma mediação cultural com cerca de 20 estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental I em uma escola recifense. Após a leitura coletiva da obra, os estudantes puderam tirar dúvidas sobre a África e exporem suas opiniões. Em seguida, as crianças receberam folhas de papel onde deveriam decalcar sua mão e antebraço. Pudemos debater como a ausência de outras características impossibilitava confirmar o pertencimento étnico-racial a quem o braço usado como molde pertencia, evidenciando a fragilidade dos argumentos racistas que fomentam a hierarquia racial proposta pela branquitude. Em seguida, receberam tintas e pincéis para converter essa imagem decalcada num florido baobá – grande árvore originária do continente africano, como ilustrado no livro apresentado. Por fim, partindo da concepção de bibliotecas jardins, essas produções artísticas foram expostas como forma de valorizar os saberes afro brasileiros adquiridos a partir dessa mediação cultural antirracista. Entendemos, então, que as bibliotecas escolares precisam adotar o compromisso social com a democracia racial, ofertando coleções e serviços que promovam a equidade racial, como manda a legislação brasileira.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Educação antirracista. Literatura infantil.

Obax.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. arthur.feijo@ufpe.br

²Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. erinaldo.dias@ufpe.br

OLHAR E VER: INVISIBILIDADE, RESISTÊNCIA E OS DESAFIOS DE PROFESSORAS NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESCOLONIZADORAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Adriana Aparecida Rosa Silva¹

Este estudo busca fomentar o diálogo sobre a invisibilidade que marca a experiência de professoras negras no contexto escolar. Para isso, o objetivo geral é mapear os desafios institucionais e interpessoais enfrentados por docentes negras na implementação de práticas pedagógicas descolonizadoras, a fim de sistematizar estratégias que favoreçam sua efetiva incorporação ao ambiente de ensino. A partir disso, foram delimitados dois objetivos específicos: i) identificar as formas de resistência institucional e interpessoal às práticas pedagógicas descolonizadoras propostas por professoras negras no contexto escolar; e ii) desenvolver uma rede de apoio e de troca de experiências entre educadores comprometidos com a educação antirracista, de modo a fortalecer estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo estrutural no ambiente escolar. A fim de atingir os objetivos delimitados, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa e autobiográfica, fundamentada no uso de relato descritivo e análise crítica. Nessa perspectiva, o estudo possibilita articular a minha trajetória pessoal enquanto professora negra à investigação, incorporando minhas vivências, desafios e posicionamentos no contexto escolar. O aporte teórico que sustenta este trabalho é fundamentado em autores como Munanga (2022), Gomes (2021), Ribeiro (2017), Gonzalez (2020), Silva e Caú (2025) e Marques e Freitas (2024). Partindo desse aporte teórico e da abordagem metodológica proposta, acreditamos que esta pesquisa tem potencial para contribuir de forma significativa com a literatura contemporânea, pois, ancorada na criticidade, oferece subsídios que possibilitará às professoras negras desenvolver estratégias descolonizadoras de ensino, capazes de transformar a escola em um espaço de respeito, equidade e justiça social.

Palavras-chave: Cotidiano escolar. Invisibilidade. Práticas decoloniais. Professoras negras.

¹Mestranda em Relações Étnico-Raciais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais e Ensino, do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: adrianamanasilva@gmail.com.

OS IMPACTOS DO PROJETO DE CAPOEIRA PÉ CRUZADO NO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU- PR: A PERCEPÇÃO DOS IDEALIZADORES DO PROJETO

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Wellington John Viana¹

Telma Adriana Pacífico Martineli²

Este resumo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido no curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e tem como objetivo analisar as contribuições do projeto de capoeira denominado Pé-cruzado, desenvolvido no município de Paiçandu-PR, e seus impactos para o desenvolvimento cultural e social dos participantes, considerando a perspectiva de uma formação emancipadora e humanizadora. A pesquisa parte do pressuposto teórico de que práticas corporais culturalmente significativas, como a capoeira, funcionam como mediadoras no desenvolvimento humano, ampliando o repertório cultural e possibilitando a apropriação de bens simbólicos produzidos historicamente. Essa hipótese fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural, que compreende o sujeito como um ser constituído nas relações sociais concretas que estabelece com o mundo; nesse sentido, Vigotski e Leontiev defendem que a atividade humana orientada culturalmente promove transformações na consciência, no pensamento e na formação integral dos indivíduos. Assim, entende-se que projetos socioculturais vinculados à cultura corporal desempenham papel central no processo de emancipação humana, especialmente quando criam condições para que sujeitos superem limitações decorrentes das desigualdades sociais e ampliem sua participação crítica na sociedade. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico e de campo: na etapa bibliográfica, investigaram-se artigos e documentos que analisam a capoeira como patrimônio histórico e cultural e como atividade capaz de promover emancipação; na etapa de campo, foram realizadas entrevistas com o professor responsável e com um dos organizadores do projeto, posteriormente transcritas, codificadas e categorizadas à luz da Teoria Histórico-Cultural. Os resultados indicam que o projeto constitui um mecanismo importante para o processo formativo dos participantes, que possuem acesso limitado aos bens culturais em virtude de suas condições socioeconômicas. Evidencia-se também a necessidade de ampliar discussões teóricas e metodológicas para qualificar o trabalho desenvolvido. Assim, reafirma-se o papel do projeto Pé-cruzado na democratização do acesso à cultura corporal e na promoção de processos de formação humana crítica e emancipadora.

Palavras-chave: Atividade Emancipadora. Capoeira. Cultura Corporal. Educação Física.

¹Mestrando bolsista pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM), e-Mail pg406691@uem.br

²Professora Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM), e-Mail tapmartineli@uem.br

OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS EM OS NOVE PENTES D'ÁFRICA: A LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE

Grupo de Trabalho: Arte, memória e ancestralidade

Ana Cecília Souza Santana Lacerda¹

Jaciane dos Santos Santana²

Este trabalho analisa a obra *Os Nove Pentes d'África*, de Cidinha da Silva (2009), destacando como a narrativa infantil negra contribui para a valorização da memória, da ancestralidade a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros propostos pela professora e pesquisadora Azoilda Loretto da Trindade (2006) promovendo a construção de uma identidade negra positiva no público infantojuvenil. O livro se distingue ao apresentar personagens negros como protagonistas, evidenciando a riqueza histórica, simbólica e cultural da tradição afro-brasileira. Por meio dos nove pentes esculpidos pelo avô Francisco, cada neto recebe objetos carregados de significados simbólicos que incorporam ensinamentos, valores e heranças culturais, contemplando elementos como circularidade, memória, religiosidade, corporeidade, cooperativismo, ludicidade, energia vital e oralidade, conforme os valores civilizatórios. Esses valores permeiam a memória coletiva, moldam modos de ser e sentir, manifestam-se no reconhecimento étnico-racial individual e coletivo e ecoam na compreensão do corpo negro como parte de um processo cultural de afirmação civilizatória. A metodologia adotada para este estudo é de cunho qualitativo, de caráter interpretativo e analítico, configurando-se como exploratória e orientada pelos referenciais teóricos da crítica literária e das epistemologias decoloniais, a partir de autores como Collins (2021), Munanga (2008), Duarte (2015), Gomes (2005), Kilomba (2019), Trindade (2006) e Adichie (2019). Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada sobre os processos de construção identitária, representatividade e valores civilizatórios presentes na narrativa infantil de autoria negra. A análise evidencia que a literatura de autoria negra ressignifica a história, combate estereótipos e oferece representatividade positiva, fortalecendo a identidade étnico-racial desde a infância. Nesse sentido, *Os Nove Pentes d'África* constitui-se como recurso pedagógico capaz de articular experiência estética e formação crítica, promovendo a educação para a diversidade e a construção de sujeitos conscientes da pluralidade cultural, aptos a incorporar práticas sociais e éticas pautadas na valorização da memória, da ancestralidade e da cultura afro brasileira, reafirmando o papel formativo da literatura infantil na construção de identidades étnico-raciais positivas.

Palavras-Chave: Literatura Infantil. *Os Nove Pentes d'África*. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros.

¹ Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS). E-mail: ceciliaslacerda.acl@gmail.com

² Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PROGEL/UEFS). E-mail: jaciesantana22@hotmail.com

PARA ALÉM DO CORPO DÓCIL: CLÍNICA AFROCENTRADA E CORPOREIDADE

Grupo de Trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Bruna Rodrigues Araujo¹;
Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro²

Introdução: A psicologia eurocêntrica ao subdividir o sujeito em corpo e mente, privilegiou a compreensão das pessoas a partir de sua "psique", negligenciando os atravessamentos sociais. Esse viés, contribui para a individualização e invisibiliza a distribuição desigual de recursos determinada por fatores como raça, classe e gênero, em um contexto de estratégias estatais de violências direcionadas a corpos negros. **Objetivo:** Resgatar enfoques da Filosofia e da Psicologia Africana, compreendendo o corpo como território de ancestralidade, saberes, mente, emoção e natureza. Propondo uma atuação da psicologia a partir de uma visão integral de acolhimento do corpo e de combate à sua desintegração histórica. **Metodologia:** Ensaio teórico que utilizou uma revisão conceitual crítica baseada nas concepções da Psicologia Afrocentrada, Necropolítica, Biopolítica e Corpo. Como referencial, analisou-se artigos de Nobles, Foucault, Mbembe e autores que dialogam com a negritude. **Resultados e Discussão:** O corpo africano desde o período colonial foi aprisionado, seja pelas senzalas, prisões ou a medicalização. Refletindo a necropolítica e a biopolítica, que visam o controle e a imposição da produção de capital por meio da exploração. As tentativas de assujeitamento e embranquecimento traduzem o medo do potencial de resistência que o ser negro carrega. O corpo transcende a biologia, transportando saberes, ancestralidade e subjetividades que são materializadas na realidade, seja por meio da luta, da dança ou da religião. O ser e estar no mundo reflete a memória corporal que se conecta à natureza e a outros modos de funcionamento. Estes, inerentemente contra coloniais são resgatados pela historicidade e pelas experiências corporais. A clínica afrocentrada deve existir na compreensão das intersubjetividades que definem presenças, demonstram identidades e desvelam transformações. É na relação corporal que as intervenções devem ocorrer, valorizando práticas que resgatam a conexão corpo, emoção e natureza, e o reconhecimento dos saberes construídos nas comunidades, os quais, através do físico, definem linguagens e re(existências). Considerar a comunidade como produtora de vida é promover uma prática de aquilombamento. **Conclusão:** A clínica ampliada auxilia na expansão de espaços dialógicos e coletivos, permitindo que o corpo dance, conecte-se e se movimente em busca da desobediência e da reafirmação de sua atuação espontânea no mundo.

Palavras-chave: Corporeidade. Movimento. População Negra. Saúde Pública.

¹Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, e-mail: brunararaujo0800@gmail.com;

²Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Doutora pela Universidade Federal de Grandes Dourados, e-mail: maylla.chaveiro@gmail.com

PLANO DE ORIENTALIZAÇÃO DO BAIRRO DA LIBERDADE DE SÃO PAULO E O AGENCIAMENTO DAS MEMÓRIAS NEGRO-INDÍGENAS DA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Laís Rye Endo¹; Maylla Chaveiro²;

As relações étnico-raciais que engendram as dinâmicas sociais no Brasil se materializam nas delimitações de territórios, nas manutenções de políticas e por meios midiáticos. No caso do Bairro da Liberdade, considerado um dos pontos turísticos mais importantes de São Paulo, tem como contexto histórico de suas terras os caminhos ancestrais dos indígenas, a militarização colonial, o primeiro cemitério a céu aberto da cidade, os ossos de pessoas escravizadas, negras, indígenas, indigentes e criminosos da época. Esta revisão de literatura tem como objetivo compreender como o campo acadêmico tem construído as narrativas sobre a história do Bairro da Liberdade de São Paulo e o agenciamento das memórias negro-indígenas desta região central da cidade, assim como os movimentos sociais derivados. A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter descritivo. A coleta do material foi realizada por meio das palavras-chave “Bairro da Liberdade”, “Liberdade São Paulo”, “Liberdade SP”, “escravidão”, “pessoas escravizadas”, “negros”, “afrodescendentes”, “Cemitério dos Aflitos”, “Aflitos”, “Capela dos Aflitos”, “Capela dos Enforcados”, “Largo da Força”, “Praça dos Enforcados”, “Santa Cruz dos Enforcados”, “Capela Santa Cruz das Almas dos Enforcados” nas bases de dados Redalyc, Periódico CAPES e BDTD. Foram utilizadas a plataforma Zotero e a extensão Zotero Connect para gerenciar as referências. Após a seleção, foi realizada a leitura exploratória dos textos e a organização das informações em categorias descritivas, como ano de publicação, área de conhecimento, objetivos, enfoque metodológico e perspectivas de análise sobre territorialidades. A partir da análise realizada, dos 2.518 resultados das bases de dados, foram incorporados 15 documentos ao estudo. Foi possível identificar que existe uma prevalência de textos de caráter qualitativo, histórico e exploratório, com publicações datadas entre 2000 e 2024. Compreende-se que o turismo étnico, como ocorreu com o bairro da Liberdade, fez parte de um projeto de segregação, turistificação e ressignificação arbitrária de um imaginário de identidade paulistana. Dada como um processo natural de orientalização do bairro, devido à informalidade das discussões do período, tais ideais de modernização iam de encontro com as políticas raciais e econômicas da Ditadura Militar no Brasil. Nos últimos 8 anos, movimentos sócio-políticos agem pela ressignificação da área e de suas memórias.

Palavras-chave: Bairro Liberdade. Imigrantes. Memória coletiva. Relações Étnico-Raciais. Turistificação.

¹Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Email: endolaisrye@gmail.com

²Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestra e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Email: maylla.chaveiro@gmail.com

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: LEGISLAÇÃO, EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA — FASE I (1822–1889)

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Rosa Maria da Silva¹;

Elisa Antônia Ribeiro²

O presente texto integra a pesquisa intitulada Políticas Educacionais para a População Negra no Brasil: Legislação, Exclusão e Resistência, cuja primeira fase contempla o período do Brasil Império (1822–1889). Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e documental, fundamentado em obras, artigos científicos e dispositivos legais relacionados à temática, com referência a autores como Barros (2016), Cruz (2005), Ferreira (2018), Fonseca (2016), Braga (2017) e Sales (2018). O objetivo desta etapa é analisar e descrever as políticas públicas educacionais e a legislação que influenciaram direta ou indiretamente a inclusão ou exclusão da população negra do acesso à educação formal no período imperial. Ressalta-se que este recorte histórico constitui apenas a primeira fase da pesquisa, que será ampliada em momento posterior, abrangendo períodos subsequentes até o início do século XX. A pesquisa está sendo desenvolvida entre março de 2025 e março de 2026 e tem como lócus o Campus Uberaba/IFTM. A metodologia organiza-se em seis etapas: (1) levantamento histórico das políticas públicas educacionais voltadas à população negra; (2) levantamento e análise dos editais de seleção para alunos cotistas nos cursos de mestrado e doutorado ofertados pelo IFTM; (3) comparação desses editais com os de pós-graduação *stricto sensu* em outras Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; (4) descrição e análise dos dados coletados; (5) elaboração de relatório; e (6) divulgação dos resultados em meios acadêmicos. Os resultados parciais indicam que: (1) as políticas educacionais do período imperial incorporaram dispositivos que restringiam ou dificultavam o acesso da população negra à escolarização; (2) apesar dessas barreiras, parte da população negra reconheceu, no século XIX, a educação como possibilidade de ascensão social; e (3) grupos e indivíduos negros elaboraram estratégias próprias de resistência e mobilização para acessar processos educativos, tanto formais quanto não formais. Espera-se que os resultados contribuam para o aprofundamento do debate sobre educação e relações étnico-raciais no Brasil, bem como para a análise crítica da implementação de ações afirmativas na pós-graduação, ao evidenciar avanços, limites e desafios das políticas de inclusão educacional.

Palavras-chave: Legislação. Políticas educacionais. População negra. Resistência. Século XIX.

¹Doutora em Geografia, Pós-doutoranda IFTM, e-mail: rosamaria@iftm.edu.br

²Doutora em Educação, Professora IFTM, e-mail: elisa.ribeiro@iftm.edu.br

POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA AO COLONIALISMO: O USO DE FRANTZ FANON E SUELI CARNEIRO COMO CRÍTICA AO EPISTEMICÍDIO NEGRO

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico raciais
Luã Gabriel dos Santos Gonçalves Lima¹

A educação em territórios que foram colonizados, possui como uma de suas principais características, um projeto de epistemicídio, no qual, visa apagar e exterminar a cultura originária dos povos colonizados, para assim, alcançar a finalidade de promover a educação do colonizador, como a principal forma de educação promovida nas colônias. Assim, conforme aponta Carneiro (2023), caracteriza-se o epistemicídio, como uma forma de genocídio, no qual tem como o alvo, a cultura e os saberes ancestrais dos colonizados. O epistemicídio é uma prática constante, efetuada por potências europeias, porém, se destaca de forma mais acentuada em territórios cuja colonização, tinham como característica, promover um processo de assimilação cultural por parte dos colonizados, para que dessa maneira, promova um processo de subjetivação, no qual os povos colonizados, assimilem a cultura do colonizador como sua própria cultura e esqueçam suas raízes. É na denúncia a esse projeto colonial, que emerge a teoria crítica de Fanon . O intelectual martiniquenho, em seu trabalho “Peles negras máscaras brancas” visa apontar, como o racismo colonial, tem suas bases alicerçadas na educação escolar das colônias. Assim, como Sueli Carneiro , busca através de sua teoria, denunciar como a educação brasileira, através do dispositivo de racialidade, visa promover o epistemicídio dos saberes africanos e nativos brasileiros. O presente trabalho, tem como objetivo, refletir como o pensamento de Frantz Fanon, Sueli Carneiro e Abdias Nascimento, servem como uma importante ferramenta teórica crítica e de descolonização, da educação colonial tradicional. Por fim, busca refletir como a teoria desses autores, que se encontram em diferentes locais do globo, compartilham realidades semelhantes devido ao colonialismo presente em seus territórios. A presente pesquisa, é de cunho qualitativo, onde se efetua uma análise bibliográfica das obras de Carneiro e Fanon , visando refletir os principais pontos e confluências entre os autores citados, e assim, analisando a importância dessas teorias insurgentes, para o estudo das relações étnico raciais na sociedade brasileira. Por fim, a partir deste processo de pesquisa bibliográfica, conclui-se que a análise dos autores estudados neste trabalho constitui uma ferramenta fundamental para promover uma educação de caráter antirracista e romper com as amarras coloniais presentes na educação hegemônica brasileira.

Palavras Chaves: Antirracismo. Colonialismo. Decolonialidade. Educação Antirracista.

¹ Bacharel em Serviço Social. Mestrando em Política Social no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPGPS- UFF). Email: lgsgl1998@gmail.com

PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE JAVAÉ NA CONSTRUÇÃO DO PGTA

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Adriana Gomes Rufo Gonçalves¹;
Aurea Maria Sampaio Teles²;
Philadelfio Alves Rodrigues Junior³

Este trabalho apresenta os resultados do levantamento de práticas culturais realizado na Aldeia Barreira Branca, localizada na região sul da Ilha do Bananal, entre 10 e 14 de setembro de 2025, como parte da construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Javaé. O objetivo foi identificar e sistematizar as tradições, potencialidades e desafios relacionados à cultura e à educação escolar indígena. A metodologia consistiu em observação participante, registros etnográficos e diálogos com membros da comunidade, incluindo anciãos, professores e jovens. Foram identificadas importantes manifestações culturais, como rituais sagrados (Festa do Aruanã, Loetunã, Retôrrocan e Harubedé), artesanato tradicional, pinturas corporais, danças (Iuerurócan), cantos (Hinadiê), brincadeiras tradicionais (Buraco Fundo e Carvão) e gastronomia típica (Bororó, Berethê, Ueci). Os resultados evidenciaram tensões significativas entre a educação escolar, a educação familiar e a preservação cultural. Os anciãos consideram a escola uma ameaça à continuidade da língua materna, pois observam que as crianças não aprendem adequadamente o idioma Javaé, priorizando português e matemática. Identificou-se uma crise de autoridade familiar: os pais não exercem mais autoridade dentro de casa e os filhos não atendem aos pais, configurando inversão de valores que ameaça o princípio fundamental da sabedoria indígena Javaé, que é o respeito ao irmão mais velho, ao tio, ao pai e à hierarquia comunitária. A influência da mídia é apontada como fator que está mudando a mentalidade dos jovens e fragilizando a estrutura tradicional de respeito e obediência. Há o temor de que em cem anos a língua materna seja perdida. Em contrapartida, os professores afirmam ensinar primeiro a língua indígena e consideram a escola parceira da comunidade no incentivo às tradições. Conclui-se que o fortalecimento cultural deve ser prioridade estratégica no PGTA, articulando educação escolar, valorização da oralidade, participação dos anciãos e criação de espaços formais de ensino-aprendizagem das práticas tradicionais, garantindo a continuidade da identidade Javaé para as futuras gerações.

Palavras-chave: Cultura Javaé. Educação escolar indígena. Gestão territorial. Língua materna. Transmissão cultural. Valorização cultural.

1Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social- PPGES da Universidade de Gurupi - UnirG. Graduada em Educação Física. adriana.rufo@unirg.edu.br

2Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social- PPGES da Universidade de Gurupi - UnirG. Graduada em Educação Física. aureamsteles@unirg.edu.br

3Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Social- PPGES da Universidade de Gurupi - UnirG. Graduada em Educação Física.

PRETITUTES AFIRMATIVAS: DIÁLOGOS RACIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTES PARA A EQUIDADE

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico raciais

Talita Oliveira¹; Maria Marques²; Thainara Costa³

Como resposta estratégica aos desafios nacionais do racismo estrutural e à necessidade de promover uma educação inclusiva com destaque para ações regionais, o projeto de extensão "Diálogos Raciais: Construindo Pontes para a Equidade" tem por objetivo transformar as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em ações concretas, promovendo o letramento racial por meio de formações de servidores e estudantes do IFTM Campus Uberlândia e da comunidade externa. O projeto é financiado por Emenda Parlamentar no valor de R\$150.000,00, destinada ao apoio da aplicação das leis no ensino e ao custeio de formadores, bolsistas e visitas técnicas. Conta com parceria de formadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atenderá instituições locais como a Escola Municipal Sebastiana Silveira Pinto e o IFTM campus Uberlândia Centro. A metodologia adota uma abordagem qualitativa de natureza participativa, cujos procedimentos incluem aulas expositivas dialogadas, rodas de conversa, recursos audiovisuais, leituras e visitas a espaços culturais, prevendo uma mostra artística final. O conteúdo é modular, abordando identidade racial, racismo cotidiano, políticas afirmativas, representatividade e teorias do racismo. A formação atenderá 600 discentes (ensino médio e graduação), 150 servidores do IFTM (efetivos e terceirizados) e 100 pessoas da comunidade externa. Espera-se como resultado o fortalecimento da identidade de estudantes negros e indígenas, a capacitação de agentes multiplicadores no combate ao racismo, a produção de materiais educativos e a promoção de ambientes mais inclusivos. O projeto, que tem parcerias com setores institucionais, movimentos sociais e coletivos estudantis, como NEABI, Coletivo SANKOFA e o Projeto de Extensão em Educação em Direitos Humanos do IFTM Campus Uberlândia, investe na formação desses multiplicadores antirracistas como um fator essencial para agir em sociedade e promover uma transformação social.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Equidade. Letramento Racial. Relações Étnico-Raciais.

Apoio: Fomento externo de Emenda Parlamentar (TED) nº 15923/2025 - Deputada Dandara Tonantzín Silva Castro

¹Mestra em Geografia da Saúde/TAE, IFTM Campus Uberlândia, talita@iftm.edu.br

²Doutora em Educação/TAE, IFTM Campus Uberlândia, mariamarques@iftm.edu.br

³Graduanda em Engenharia de Alimentos/Estudante, IFTM Campus Uberlândia, thainara.costa@estudante.iftm.edu.br

PROJETO DE ENSINO: RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Kamilly Vitória da Silva¹; Rafaela Alves
Venâncio²; Luís Gustavo Guadalupe Silveira³

O racismo ambiental configura-se como uma expressão da violência estrutural, evidenciada pela distribuição desigual de riscos e impactos socioambientais que atingem majoritariamente populações negras, indígenas e outras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em Minas Gerais, estado marcado por desastres como Mariana e Brumadinho, esse fenômeno assume contornos ainda mais graves, reforçando a necessidade de refletir sobre justiça ambiental com recorte étnico-racial e social. O projeto “Racismo Ambiental no Brasil” tem como objetivo promover a compreensão crítica sobre as implicações desse tipo de racismo, articulando debates, rodas de conversa e análises de textos, documentários e casos emblemáticos. A metodologia envolve encontros quinzenais conduzidos pelas bolsistas e pelo professor coordenador, com atividades participativas que incentivam o diálogo e a reflexão coletiva sobre as múltiplas formas de racismo e seus impactos. As reuniões iniciais abordaram a introdução ao tema e o conceito de racismo ambiental, relacionando-o com outras expressões do racismo estrutural. Para aprofundar as discussões, foram utilizados vídeos e documentários curtos, que serviram como ponto de partida para os debates entre os participantes. Também foi realizado um encontro em parceria com o projeto de ensino “Encontros de Diversidade de Sexualidade e Gênero”, no qual foram discutidas as interseções entre racismo e gênero, ampliando o olhar sobre as desigualdades sociais e ambientais. A participação dos estudantes tem sido ativa, com trocas significativas que fortalecem o senso crítico e a consciência sobre justiça ambiental. O projeto contribui para a permanência e o êxito estudantil ao incentivar uma educação comprometida com a equidade racial e a sustentabilidade. Assim, busca-se construir espaços de debate que unam conhecimento científico e vivências, apontando caminhos possíveis para a transformação social sem pretender oferecer soluções prontas.

Palavras-chave: Desigualdade socioambiental. Justiça ambiental. Populações vulneráveis. Projeto de Ensino. Racismo ambiental.

Apoio: Programa de Apoio a Projetos de Ensino com Temáticas Relacionadas ao NAPNE, NEABI e NEDSEG (Edital nº 01_2025).

¹Estudante; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberlândia; kamilly.vs@estudante.iftm.edu.br.

²Estudante; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberlândia; rafaela.venancio@estudante.iftm.edu.br.

³PEBTT; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberlândia; luisgustavo@iftm.edu.br.

QUANDO A ESCOLA DESLIGA O SOM: RACISMO, HOMOFOBIA E A LIÇÃO NÃO APRENDIDA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Caio Roberto Mendes Ferreira¹

É notório que o caso de Pedro Henrique de Oliveira Santos, adolescente de 14 anos negro, periférico, gay, apaixonado por música, cuja morte em 2024 mobilizou o debate público sobre o racismo, a homofobia e o (cyber)bullying nas escolas do Brasil afora, escancara as limitações das políticas educacionais de prevenção à violência. Nessa toada, a partir da perspectiva da Educação em Direitos Humanos e das políticas públicas voltadas às relações étnico-raciais, o estudo busca compreender como as práticas discriminatórias, ampliadas pelas redes sociais, desafiam o papel da escola na promoção da equidade, bem como na garantia do direito à educação. Com efeito, a problemática central consiste em investigar de que modo o racismo estrutural e as violências simbólicas, travestidas de brincadeira, as quais são normalizadas sob a retórica do (cyber)bullying perpetuam desigualdades e inviabilizam trajetórias escolares de estudantes LGBTQIAPN+ e pessoas negras. Destarte, o estudo fundamenta-se em análise documental e bibliográfica, incluindo reportagens jornalísticas e produções acadêmicas recentes do Ministério da Educação (2025), da Universidade de São Paulo (2024) e da Universidade Federal de Sergipe (2025), e dialoga com a teorização na literatura de autores e autoras negras, que abordam o fenômeno do racismo escolar, do (cyber)bullying e das estratégias institucionais de enfrentamento ao problema. Por conseguinte, a discussão aponta que a naturalização da violência em função da cor da pele, no âmbito digital, além da ausência de protocolos de acolhimento, constitui formas de revitimização e de negligência institucional. Conclui-se, assim, que a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 requer uma abordagem interseccional que una raça, classe, gênero e sexualidade, assim como o fortalecimento das políticas públicas de formação docente e das práticas pedagógicas voltadas à (ciber)cidadania e à educação antirracista.

Palavras-chave: (Cyber)bullying. Educação antirracista. Educação em direitos humanos. Homofobia. Racismo estrutural.

¹Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Estudante de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: ciberdireitos@gmail.com

QUANDO O TERRITÓRIO FALA, O DIREITO ESCUTA: O CONSTITUCIONALISMO QUILOMBOLA E A (RE)EXISTÊNCIA COMO DIREITO HUMANO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola
Caio Roberto Mendes Ferreira¹

É de conhecimento geral que a Carta Magna de 1988 inaugurou uma nova gramática dos direitos humanos e fundamentais no Brasil, reconhecendo assim, através do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Entretanto, a territorialidade quilombola transcende o conceito jurídico de terra, reverberando uma dimensão de ancestralidade, comunalidade e biointeratividade, conforme propõe Nego Bispo, de modo a conferir ao território uma função socioambiental singular. Nessa senda, esse estudo busca responder à seguinte questão norteadora, isto é, como o constitucionalismo brasileiro pode escutar o território e reconhecer, na territorialidade quilombola, uma forma de (re)existência e de materialização dos direitos humanos? Considerando tal problemática, analisa-se o constitucionalismo quilombola como expressão de um direito que escuta o território, propondo uma leitura contracolonial da Constituição em vigor, na qual o território se torna sujeito produtor de saberes e normatividades intrínsecas. Quanto ao aporte metodológico, trata-se de pesquisa bibliográfica e qualitativa, fundamentada em Boaventura de Sousa Santos, Abdias Nascimento e Antônio Bispo dos Santos, articulando direito constitucional crítico, epistemologias do Sul e teoria crítica dos direitos humanos. Nessa perspectiva, a discussão evidencia que os quilombos não são apenas destinatários de políticas públicas, mas centros de produção de justiça, pedagogia e sustentabilidade, cuja territorialidade deve ser priorizada frente aos interesses colonizadores do agronegócio, da mineração e da especulação imobiliária. Conclui-se, portanto, que o constitucionalismo quilombola expressa uma forma de (re)existência jurídica e civilizatória, na qual o direito se refaz ao escutar o território e reconhecer sua centralidade como espaço de vida, memória e dignidade.

Palavras-chave: Constituição de 1988. Direitos humanos. Função socioambiental. Quilombos. (Re)existência.

¹Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Estudante de Pós-Graduação Latu Sensu em Educação em Direitos Humanos pela UFMS, e-mail: ciberdireitos@gmail.com

RACISMO E COLONIALIDADE: VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade

Rayanna Brito Ribeiro¹

Matheus Barbosa de Oliveira²

Michele Pereira Vilas Novas³

O relato da escritora Kiusam de Oliveira acerca de suas experiências escolares, articulado a casos recentes noticiados pela mídia, evidencia que a escola brasileira, em vez de constituir um espaço de acolhimento, tem operado como espaço de agressões, silenciamento e marginalização de crianças negras. Essa violência, de natureza histórica e contemporânea, compromete a saúde mental e a permanência escolar desses estudantes, demonstrando a urgência de práticas pedagógicas antirracistas. Este estudo analisa as manifestações simbólicas e institucionais do racismo no cotidiano educacional brasileiro, examinando seus efeitos sobre as vivências e o direito à educação plena de alunas negras, sob a perspectiva da colonialidade. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa. O corpus é composto pelo depoimento de Kiusam de Oliveira (2024) e por casos de racismo escolar noticiados no período de 2024 a 2025, interpretados à luz de Almeida (2019), Kilomba (2019), Quijano (2010) e Munanga (2005). Os resultados revelam que a escola configura um espaço paradoxal que, embora discursive em favor da diversidade, reproduz desigualdades estruturais sustentadas pelo mito da democracia racial, conforme Munanga, e pela lógica da colonialidade, como propõe Quijano. O racismo estrutural, na perspectiva de Almeida, manifesta-se por meio de práticas explícitas ou veladas de marginalização, conforme problematiza Kilomba. Episódios recentes, como a agressão física e verbal contra uma estudante em São Paulo (março/2024), e o desmaio de uma aluna após ataques raciais em um colégio privado (abril/2025), demonstram a continuidade geracional desse fenômeno. A análise indica que o racismo escolar não constitui um evento isolado, mas uma estrutura persistente que compromete o direito à educação plena e naturaliza a violência contra corpos negros desde a infância. A articulação entre o depoimento de Kiusam de Oliveira e episódios contemporâneos confirma o funcionamento sistêmico do racismo, sustentado pela colonialidade do poder. O enfrentamento dessa violência ultrapassa a dimensão pedagógica e exige um projeto político e institucional capaz de romper com lógicas coloniais e afirmar a valorização da diversidade como princípio de justiça social.

Palavras-chave: Escola. Infância. Racismo. Violência Simbólica.

¹Estudante do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Gurupi-TO, rayana.ribeiro@estudante.ifto.edu.br

²Especialista em Ensino de História, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, membro do Observatório de Povos Tradicionais do Tocantins - OPTTINS/UNIRG, matheus.oliveira@ifto.edu.br

³Mestra em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Campus Gurupi-TO, michele.novas@ifto.edu.br

RE/DE/BATENDO O ASSOMBRO COLONIAL EM DAHOMEY (2024): A REDESTRUÇÃO COMO PRÁXIS ANTICOLONIAL

Grupo de Trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Arthur Henrique Feijó de Almeida¹;
Jyan Carlos Sales de França²; Ronaldo da Silva Santos³

O filme *Dahomey* (2024), da diretora francesa Mati Diop, retrata o retorno de 26 obras de arte ao Benin, devolução do saque colonial orquestrado pela França aos objetos sagrados e de culto do país africano. Acompanhamos os embates ideológicos travados entre estudantes da Universidade de Abomey-Calavi como resultado do processo de repatriação dessas obras, ao passo que o escritor e roteirista haitiano Makenzy Orcel empresta sua voz à estátua do Rei Ghézo — governante do reino de Daomé no século XIX. Dessa forma, temos como objetivo geral apresentar o conceito de redestruição em *Dahomey* (2024) como uma práxis educativa anticolonial. Para sua construção, a metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e análise discursiva e fílmica. Entendendo que os aparatos museológicos foram construídos sobre uma base eurocêntrica, urge debater o papel dos espaços de memória e informação para a reprodução do epistemicídio promovido pela branquitude. Chamamos redestruição essas imposturas do dissenso e da diferença: um rompante com a ideia de conhecimento linear e vertical tão difundida em espaços como museus, bibliotecas e universidades, no Brasil e no mundo. O debate estudantil registrado pelo filme aponta para direções diversas acerca do impacto da colonização e repatriação dessas obras no povo beninense. Enquanto alguns enxergam no retorno das obras um caminho para a reconstrução da memória e identidade nacional, somos provocados por outros a problematizar, entre tantas coisas, o atraso secular e a incompletude dessas devoluções, afinal quase 7.000 outros artefatos beninenses se encontram sobre o domínio colonial francês. O debate dos estudantes — transmitido ao vivo numa estação de rádio local para toda a população — é intercalado pela voz de Makenzy Orcel, que corporifica a violência colonial e o epistemicídio do ponto de vista da 26ª obra repatriada. O embaralhamento ficcional trazido na narrativa da estátua, quando posta em contraste aos relatos estudantis, evoca como a empreitada colonial descaracterizou esses artefatos religiosos em peças museológicas a partir de um dispositivo de racialidade, impactando na forma com que povos que passaram por colonização se relacionam com a arte. Essa voz, que circula junto às vozes dos estudantes, opera o movimento decomposto para o qual chamamos atenção no título, *re/de/batendo* e se colocando firmemente no próprio ato de elaboração política coletiva do/no discurso. A práxis educativa anticolonial apresentada rompe com a norma hegemônica que visa ditar como vozes negras, indígenas e quilombolas ressoam e o que seus discursos evocam.

Palavras-chave: Anticolonial. Cinema. *Dahomey*. Redestruição.

¹Doutorando em Ciência da Informação, UFPE, e-mail: arthur.feijo@ufpe.br

²Doutorando em Comunicação, UFPE, e-mail: jyan.franca@ufpe.br

³Mestrando em Ciência da Informação, UFPE, e-mail: ronaldo.silvasantos@ufpe.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DE JOGO DIGITAL INSPIRADO NO LIVRO “FOGO, GENTE” DO ESCRITOR INDÍGENA CRISTINO WAPICHANA

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Diego Pereira Stoque¹;
Fellipe Gabriel Santiago de Oliveira²;
Rafael Siqueira De Freitas Ferreira³

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o relato de experiência de ensino e aprendizagem vivenciada durante as aulas de português na turma do 1º ano do curso técnico de Programação de Jogos Digitais integrado ao ensino médio, no IFTM Campus Uberlândia Centro. Foi proposto o projeto de criação de jogos digitais inspirados em literatura indígena de escritores brasileiros. A professora apresentou alguns títulos de obras, formaram-se três grandes grupos com seus respectivos livros e desenvolveram o planejamento de game design. Houve o trabalho interdisciplinar com o professor da área técnica, que participou da avaliação do projeto apresentado pelos grupos e, posteriormente, acompanhou o desenvolvimento do trabalho em suas aulas. Na etapa de socialização, os jogos digitais criados foram apresentados para a comunidade interna durante a oficina de Jogos literários, que constou como atividade da programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do campus. Para esta apresentação, alguns representantes do grupo de estudantes discorreram sobre os detalhes do processo de criação do jogo digital Sazsazan, um jogo singleplayer de plataforma 2D, com arte feita em pixel art, com controles simples, inspirado na cultura da etnia Wapichana. O objetivo dos criadores do jogo consistiu em ensinar sobre esses povos originários para o público geral, usando uma história inspirada nessa cultura e no livro “Fogo, gente !” de Cristino Wapichana. Nesse sentido, por meio do jogo, buscou-se conscientizar os usuários sobre as queimadas florestais, que afetam muito a sobrevivência desses povos originários.

Palavras-chave: Jogos Digitais. Literatura indígena. Valorização Cultural. Wapichana.

¹Discente, Curso técnico de Programação de Jogos Digitais integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. diego.stoque@estudante.iftm.edu.br

²Discente, Curso técnico de Programação de Jogos Digitais integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. fellipe.oliveira@estudante.iftm.edu.br

³Discente, Curso técnico de Programação de Jogos Digitais integrado ao ensino médio, IFTM Campus Uberlândia Centro. rafael.ff@estudante.iftm.edu.br

REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA ARTE E CULTURA DA PEQUENA ÁFRICA: MULHERES COMO AGENTES DE MUDANÇAS

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Santa Ernestina Ramalho dos Santos¹;
Fernanda Theodoro Roveri²

O samba, muito além de melodia, é respiração compartilhada, pedagogia do afeto e tecnologia de resistência que, como nos lembra Nego Bispo (2019), só pode ser compreendida na lógica da convivência e da reexistência. O trabalho apresenta uma discussão sobre o samba e as histórias da Pequena África, no Rio de Janeiro, território onde as lembranças de nossos ancestrais persistem, mesmo diante do silêncio imposto. Ali, entre vielas, terreiros e ruas, mulheres negras teceram laços de proteção, solidariedade e luta. O objetivo é compreender a importância de Tia Ciata e de outras personalidades femininas para a constituição da Pequena África, bem como analisar os registros vivos de memória e resistência desencadeados a partir de sua musicalidade - tais como as rodas de samba, os bailes black e as batidas de tambor que ali se expressam. Para isso, a metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica em bases como Scielo e Capes, de modo a mapear teses, dissertações e artigos relacionados ao tema. A pesquisa se fundamenta em estudos das relações étnico-raciais e feministas (Lélia Gonzalez, 1984; Sueli Carneiro, 2003; Ellen Gonzaga Lima Souza, 2010; Mary Del Priore, 2000; Ana Carolina Murgel, 2018), bem como em escrituras que emergem de um olhar etnográfico, aproximando-se da noção de conhecimento produzido com e a partir do corpo-território. Busca-se, assim, reconhecer e apresentar o papel fundamental das mulheres da Pequena África que, ao afinar tambores, embalar crianças, preparar a comida coletiva e manter acesa a chama da ancestralidade, abriram caminhos para que o samba florescesse como uma autêntica e insurgente forma de expressão, de existência e de reexistência. A Pequena África, nesse sentido, é mais do que um espaço geográfico: é um território afetivo, político e espiritual, que segue nos ensinando que a resistência é também festa, cuidado e memória.

Palavras-chave: Pequena África. Relações étnico-raciais. Samba. Tia Ciata.

¹Graduada em Antropologia e Mestranda em Educação, professora na Secretaria do Estado de São Paulo e no Município de Monte Mor, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: s295759@dac.unicamp.br.

²Doutora em Educação e Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: ftroveri@unicamp.br.

REPRESENTAÇÕES RACIAIS E COLONIALIDADES EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Marianny Aparecida Ferreira Costa¹
Cristiane Manzan Perine²

No cenário da educação brasileira, os livros didáticos desempenham um papel central no processo de ensino-aprendizagem, porém nem sempre refletem de forma justa e adequada a diversidade cultural e étnico-racial do país. É comum que a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam tratadas de modo superficial ou incompleto, o que enfraquece a promoção de uma educação inclusiva e valorizadora das diferenças. Conforme observa Ribeiro (2019), reconhecer a predominância branca nos espaços de poder é essencial para que todos se responsabilizem e atuem na transformação do sistema racial desigual que estrutura a sociedade brasileira. Nessa mesma linha, Martins et al. (2022) destacam que, por meio das linguagens verbal e não verbal presentes nos livros didáticos, é possível questionar as colonialidades e compreender as formas de discurso que perpassam esses materiais enquanto instrumentos de produção de saber. Assim, busca-se contribuir para a legitimação, o empoderamento e a ressignificação das identidades sociais historicamente marginalizadas. Diante desse contexto, esta pesquisa tem como foco o letramento racial e a análise dos livros didáticos, com o propósito de investigar como as pessoas negras são representadas nesses materiais. A metodologia adotada envolve pesquisa bibliográfica e análise documental de diferentes livros de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, examinando tanto a presença quanto as formas de representação de pessoas negras. Os resultados preliminares apontam que a representatividade negra nos livros didáticos ainda é escassa. Na maioria dos casos, essas figuras aparecem de maneira estereotipada, em papéis secundários ou estão ausentes. Esse cenário revela que, embora existam leis que exigem a inclusão de temáticas étnico-raciais no ensino, a efetivação de uma educação antirracista ainda enfrenta grandes desafios. Por outro lado, algumas obras mais recentes demonstram avanços, com maior esforço para incluir e diversificar as representações de pessoas negras. Em conclusão, o estudo evidencia a importância de uma leitura crítica dos materiais escolares, considerando seu papel fundamental na formação cultural, identitária e cidadã dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de línguas. Letramento racial. Livros didáticos. Representações étnico-raciais.

Apoio: CNPq- Ensino Médio

¹Discente, Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, IFTM, marianny.costa@estudante.iftm.edu.br

²Docente, IFTM, crisitanemanzan@iftm.edu.br

REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NAS IMAGENS DO LIVRO ILUSTRADO

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade
Ana Gabriela Vieira Machado¹;
Hélio Aparecido Lima Silva²

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os conceitos visuais envolvidos no processo de criação do livro ilustrado “A Festa da Onça” (2022), de Wilson Marques e ilustrado pela artista indígena brasileira Kássia Borges. Esse estudo tem como finalidade analisar os conceitos visuais das ilustrações indígenas do livro, configurando-as como recursos expressivos de arte, memória, ancestralidade e representatividade indígena, que se dialogam com a ancestralidade afro-brasileira, onde ambos compartilham princípios semelhantes na preservação de seus saberes, articulando-se como narrativas que reconfiguram seus apagamentos históricos em forma de arte e resistência cultural. A análise das imagens segue as abordagens dos estudos de Santaella (2012), que discute a interação entre imagem e texto na criação de significados visuais, Camargo (1995), que explora estilos de ilustração e aplicação de técnicas no livro ilustrado, e Jaider Esbell (2016), artista indígena que problematiza a presença da identidade indígena contemporânea na produção visual. Somando a isso, a metodologia adotada se baseia, além do referencial teórico, na análise das imagens, considerando os aspectos formais, como cor, forma, textura, ocupação espacial e sequência narrativa. Bem como o uso de materiais e técnicas aplicadas, sejam elas artesanais, digitais ou ambas. Onde, sobre cor, Kássia utiliza uma paleta de cores ampla, consistindo em cores primárias, secundárias e complementares, dando cor à pele dos animais, textura à vegetação, integrando figura e fundo. Também vemos como a composição dos elementos iconográficos construídos pelas páginas potencializa a narrativa, reacendendo significados através do modo de ver Huni Kuin – grupo étnico do qual a artista participa. Dessa forma, vemos a jiboia Yube que, no contexto do livro, aparece de forma a compor os ambientes e que remete a um elemento de fascinação e ao mito de origem desse povo. Além do mais, as bordas das páginas do livro contam com os Kenes, formas orgânicas e geométricas do grafismo pertencente ao povo Huni Kuin, em forma de textura, que contornam as cenas, criando espaços e lugares apropriados para as personagens. Assim, o estudo evidencia que a ilustração de livros pode ser compreendida não apenas como prática artística, as imagens presentes no livro são capazes de expressar a riqueza de um povo e seu contexto representativo de resistência e existência.

Palavras-chave: Ancestralidade. Arte contemporânea indígena. Livro ilustrado. Processo criativo. Representatividade indígena.

Apoio: Fomento interno (IFTM) Bic Jr.

¹Estudante do ensino técnico integrado, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, MG, bolsista IFTM Bic Jr, ana.gm@estudante.iftm.edu.br

²Professor de Arte, IFTM Campus Uberaba Parque Tecnológico, MG, Doutor em Artes Visuais, heliolima@iftm.edu.br

RITMOS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA DA MÚSICA NEGRA BRASILEIRA NA UNIDADE CURRICULAR POLITÉCNICA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Rogério Melo Nepomuceno¹; Cristiane Corrêa Resende²;
Gabriel Veloso Santos Silva³

Este resumo traz um relato de experiência sobre a efetivação da Unidade Curricular Politécnica (UCP) "Ritmos da Memória" no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberaba Parque Tecnológico (IFTM UPT). As UCPs foram implantadas em Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio com o intuito de integrar conhecimentos básicos e tecnológicos, articular teoria e prática e fomentar a conexão entre saberes por meio da interdisciplinaridade. Elas promovem a modernização do currículo, fazendo com que o processo de aprendizagem seja mais dinâmico, relevante e reflexivo sobre questões contemporâneas, como as propostas pela Educação Afro-brasileira e Indígena. A UCP "Ritmos da Memória" teve como proposta principal estudar a música negra no Brasil como elemento cultural de formação da identidade afro-brasileira e como instrumento significativo de resistência no país, sendo a base de estilos como o samba, maracatu, jongo e axé, que são símbolos nacionais e manifestações culturais importantes. Realizada no ano letivo de 2025, foram estabelecidos os seguintes passos para os estudantes seguirem no desenvolvimento da UCP: 1. pesquisa sobre diversos ritmos musicais populares de influência afro; 2. elaboração de vídeo sobre o conteúdo da pesquisa; 3. análise da coletânea da websérie "A história não contada da música", do programa Coletânea da Rede Minas, que explora a influência e a importância de artistas negros na história da música mundial e nacional; 4. apresentação dos artistas/músicos negros protagonistas da websérie, por meio de recortes dos vídeos e trechos das músicas; 5. pesquisa e adaptação das biografias de músicos negros contemporâneos; 6. playlist com músicas destes artistas; 7. apresentação das atividades realizadas na Semana da Consciência Negra; 8. transmissão de rádio na escola com as playlists elaboradas. A experiência educativa desta UCP representa estratégia pedagógica eficaz para despertar nos estudantes a noção da importância da preservação da herança africana contida nos ritmos e na musicalidade. Conhecer a história da música negra brasileira contribui para a luta contra o apagamento cultural e racial e fortalece a autoestima da comunidade negra, especialmente dos discentes.

Palavras-chave: Educação Afro-brasileira e Indígena. História da música negra. Unidade Curricular Politécnica.

¹Doutor em Computação, Professor da área de Tecnologia da Informação, rogerionepomuceno@iftm.edu.br

²Mestre em Educação Tecnológica, Professora de História, Presidente do NEABI IFTM UPT, cristiane@iftm.edu.br.

³Estudante do Curso Técnico em Computação Gráfica Integrado ao Ensino Médio do IFTM UPT, gabriel.veloso@estudante.iftm.edu.br

SONS QUE PERMANECEM: FORTALECIMENTO E SUSTENTAÇÃO DO GRUPO MUSICAL AFRO-BRASILEIRO DO IFTM

Grupo de trabalho: Arte, memória e ancestralidade

Mawulissa Yuri Alves¹

Thiago Augusto Marques Carvalho²

Patrícia Paes Leme³

O projeto “Sons que Permanecem” tem como objetivo fortalecer e consolidar um grupo musical afro-brasileiro no IFTM – Campus Ituiutaba, promovendo a valorização das sonoridades de matriz africana, o protagonismo estudantil e a inserção da música como instrumento de educação antirracista. A ação se desenvolve por meio de uma oficina de percussão que acontece ao longo do semestre, envolvendo estudantes de diferentes cursos, dois bolsistas e um oficinairo responsável pela condução dos encontros. A metodologia combina práticas coletivas de aprendizado musical, rodas de escuta e contextualização histórica dos ritmos afro-brasileiros, planejamento colaborativo de repertório e registros sistemáticos das atividades. Até o momento, a oficina abordou diferentes ritmos, como samba reggae, samba, afoxé possibilitando aos participantes compreender a dimensão histórica, política e cultural dessas expressões musicais e suas relações com processos de resistência negra no Brasil. Os bolsistas atuam na mediação entre oficinairo e estudantes, na organização dos ensaios e no registro pedagógico das atividades, contribuindo para a autonomia e a sustentabilidade do grupo em formação. Os resultados parciais indicam engajamento dos participantes, fortalecimento dos vínculos coletivos, ampliação da consciência sobre a importância das sonoridades afro-brasileiras e desenvolvimento de habilidades musicais. Espera-se, ao final do processo, consolidar um grupo musical autogerido, capaz de promover apresentações artísticas no campus e em eventos externos, além de produzir material pedagógico que possibilite a replicação da experiência. O projeto se ancora nas diretrizes da Lei nº 11.645/2008 e reafirma a potência da música como ferramenta de construção identitária e enfrentamento ao racismo estrutural no ambiente escolar.

Palavras-chave: Afro-brasileira. Educação. Percussão. Sonoridade Africana.

Apoio: Fomento interno (IFTM)

¹ Estudante do 3º ano de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Ituiutaba, e-mail: mawulissa.alves@estudante.iftm.edu.br

² Estudante do 3º ano de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Ituiutaba, e-mail: thiago.carvalho@estudante.iftm.edu.br

³ Professora de História, Mestra em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Ituiutaba, e-mail: patriciapaesleme@iftm.edu.br

TECENDO A IDENTIDADE: O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO NA REPRODUÇÃO CULTURAL DO QUILOMBO CLARO, PRATA E OURO FINO EM PARANÁ, TOCANTINS

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola
Vitória Hellen Cardoso Saraiva¹; Adelma Ferreira de Souza²

Esse estudo buscou entender como a Associação da Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino, pertencente ao município de Paraná, Tocantins, atua no resgate e na preservação das manifestações culturais (festejos, danças, cantos, artesanatos, vestimentos e cabelos, práticas de subsistência, entre outros) nesta comunidade. Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza básica, de cunho explicativo, resultando em procedimentos de um estudo de caso. Inicialmente, foi feita uma revisão de literatura sobre a história, cultura e os conflitos atuais enfrentados pela referida Associação. Após isso, fizemos entrevistas semiestruturadas com os líderes e demais quilombolas e moradores não quilombolas atuantes na associação quilombola, como membros e tesoureiras. A partir das entrevistas semiestruturadas com a presidência e moradores atuantes dessa organização, observamos que a Associação da Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino possui um importante papel na reafirmação e preservação das manifestações culturais presentes nesse território, pois firmaram parcerias com as escolas do distrito permitindo que os quilombolas mais velhos compartilhem as histórias da comunidade para os mais jovens. Além de emitir documentos de pertencimento à comunidade quilombola e auxiliar nos festejos, danças, cantos religiosos, tambores, vestimentas, artesanato, culinária, práticas de subsistência (agricultura e pecuária) entre outras tradições culturais que são essenciais para determinar a identidade quilombola durante o processo de reconhecimento territorial do Quilombo Claro, Prata e Ouro Fino. Dessa forma, há uma preocupação por parte da presidência e membros da Associação da Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino com a continuidade dessas tradições (festejos, danças, cantos, artesanatos, vestimentos e cabelos, práticas de subsistência, entre outros) para que a cultura ancestral mantenha-se viva. Por fim, há críticas   Associação, haja visto a falta de reuniões constantes com a comunidade para informar sobre o andamento do processo de reconhecimento do território pelo INCRA, falta articulação política para acelerar esse processo. criticam têm também ausência de articulação da associação com outros projetos sociais e de garantias de direitos promovidos pelo Governo do Estado do Tocantins, via Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais (SEPOT) e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO).

Palavras-chave: Associação Quilombola. Beatriz Nascimento. Identidade Cultural. Nego Bispo.

¹Estudante da Licenciatura em Teatro, IFTO - Campus Gurupi, vitoria.saraiva@estudante.iftto.edu.br

² Docente de Ciências Sociais, IFTO - Campus Gurupi, adelma.souza@iftto.edu.br

TEORIA INTERSECCIONAL E A CRÍTICA À INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA IDENTITÁRIA PELOS APARATOS REPRESSIVOS DO ESTADO

Grupo de trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Raquely Ferreira dos Santos¹
Joana El-Jaick Andrade²

Nas primeiras décadas do século XXI podemos observar a crescente incorporação do discurso identitário e da valorização do multiculturalismo e da diversidade nos países ocidentais. A utilização da representação identitária como escudo para críticas e como arma de propaganda pode ser mais claramente observada no tocante às instituições governamentais militares e de segurança nacional. Em 2023, a Agência Central de Inteligência Americana (CIA) desenvolveu uma série de peças publicitárias para renovar a imagem da instituição. Nestas escolheram mulheres, negros, imigrantes, mães solteiras e homossexuais como protagonistas, narrando em primeira pessoa suas lutas particulares e descrevendo os preconceitos enfrentados ao longo de suas jornadas individuais, cujo ápice consiste em se tornarem membros da agência. Outro exemplo recente pode ser observado nas postagens nas redes sociais pelo Exército de Israel. Em meio aos questionamentos internacionais quanto ao cometimento de crimes de guerra, o governo israelense passou a tentar resgatar apoio e angariar simpatia através da divulgação do slogan “O Exército mais moral do mundo”, associando a sua imagem aos princípios de diversidade e tolerância, através da exaltação da inclusão em suas fileiras de soldados mulheres, negros, homossexuais e árabes. Neste sentido, a propaganda disseminada por diferentes governos, especialmente através das redes sociais, procuram instrumentalizar o identitarismo em suas propagandas de guerra e campanhas publicitárias, apresentando o Exército, a polícia e as agências de inteligência e segurança nacional como instituições inclusivas, democráticas e éticas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a utilização da política identitária liberal como arma de propaganda para legitimar a perpetuação de uma estrutura opressora e exploradora. É relevante, portanto, compreendermos como a produção de imagens – no caso, a de uma sociedade inclusiva, aberta e tolerante – é utilizada para justificar o poder exercido pelas classes dirigentes. O estudo das autoras vinculadas ao feminismo negro interseccional e sua crítica à instrumentalização da política identitária pelos aparatos repressivos do Estado torna-se, assim, fundamental nos tempos atuais, especialmente para as novas gerações de estudantes, submetidos ao bombardeamento diário de informações e propagandas nas redes sociais.

Palavras-chave: Aparatos repressivos do Estado. Imperialismo. Interseccionalidade. Política identitária.

¹Estudante/ Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia, raquely.santos@estudante.iftm.edu.br.

²Doutora em Sociologia (USP)/ Professora Titular de Sociologia, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, joana.andrade@iftm.edu.br

TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E SABERES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DIFERENÇAS NO CONTEMPORÂNEO

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Aline de Fátima Caetano Alonso Moreira¹;

Fábio Freitas dos Santos²;

Este trabalho analisa as relações entre territorialidade, identidade e saberes em comunidades quilombolas, ressaltando a educação como um espaço estratégico de afirmação cultural, resistência e enfrentamento das desigualdades sociais. Parte-se do reconhecimento de que povos e comunidades tradicionais enfrentam, historicamente, processos de marginalização social, expropriação territorial e racismo estrutural, os quais impactam profundamente seus modos de vida e suas formas de transmissão de conhecimentos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de estudos sobre educação quilombola, articulando referenciais críticos que problematizam as desigualdades e diferenças no contexto contemporâneo, com ênfase em perspectivas decoloniais e antirracistas. Os resultados parciais indicam que as práticas educativas desenvolvidas nas comunidades quilombolas, baseadas em valores de ancestralidade, coletividade, oralidade e resistência, configuram caminhos potentes para a construção de pedagogias alternativas que questionam a hegemonia eurocêntrica presente nas políticas e currículos escolares. Tais práticas fortalecem identidades coletivas, promovem o pertencimento territorial e contribuem para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos. Conclui-se que a valorização e a incorporação dos saberes quilombolas nas políticas educacionais representam não apenas o cumprimento de um direito constitucional, mas também uma possibilidade concreta de construção de uma sociedade plural, democrática e comprometida com a justiça social, fundada na territorialidade, na identidade e nos saberes tradicionais.

Palavras-chave: Quilombola. Territorialidade. Identidade. Saberes tradicionais. Decolonialidade.

¹Bacharela em Serviço Social (Universidade Anhanguera – Uniderp) e em Enfermagem (Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). E-mail: alinealonsomoreira@gmail.com

²Doutorando em Ciências Ambientais (UNESP/Sorocaba), Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP/Tupã), com Especializações em Pedagogia Empresarial (UNIFACEAR) e em Gestão e Coaching Educacional (FCE) e Licenciaturas em Ciências com Habilitação em Biologia (UNISALESIANO/Lins), em Pedagogia (UNIFIEO), em Matemática (UNIFTALO) e em Física (ETEP). Membro da Rede de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3013-1886>. E-mail: fabio.f.santos@unesp.br

TERRITÓRIOS DE SABERES E EDUCAÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E A EMANCIPAÇÃO JUVENIL EM BREJINHO DE NAZARÉ/TO.

Grupo de trabalho: Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: territorialidade, identidade, saberes e práticas educacionais quilombola

Paula dielly lopes da silva¹;

Cláudia da Luz Carvelli²

Marcilene Araújo³;

A comunidade quilombola Malhadinha, situada em Brejinho de Nazaré/TO, representa um espaço de resistência e preservação cultural, mas enfrenta desafios relacionados à globalização e à falta de diálogo entre o currículo escolar e sua realidade sociocultural. O projeto “Territórios de Saberes” propõe uma intervenção em Educação Social voltada ao fortalecimento da identidade quilombola e à emancipação juvenil, articulando saberes tradicionais e práticas educativas libertadoras. O objetivo geral é elaborar, implementar e avaliar um programa socioeducativo construído de forma participativa com jovens quilombolas, promovendo o empoderamento, a valorização da cultura local e a criação de projetos de vida contextualizados. A metodologia baseia-se na Pesquisa-Ação Participativa, com abordagem qualitativa e foco na coautoria entre pesquisador e comunidade. As etapas incluem diagnóstico participativo, cocriação do programa, implementação piloto e avaliação coletiva dos resultados. Espera-se como resultados o fortalecimento dos laços intergeracionais, o aumento da autoestima e protagonismo dos jovens, além da produção de material educativo multimídia que sirva de legado cultural e instrumento de advocacy. O estudo contribui para o campo da Educação Social ao propor um modelo de intervenção comprometido com os direitos humanos, a valorização da diversidade e o desenvolvimento comunitário sustentável.

Palavras-chave: Educação Social. Emancipação. Identidade Quilombola. Juventude. Território.

Apoio: Universidade de Gurupi – UnirG / Programa de Pós-Graduação em Educação Social – PPGES.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Social da Universidade de Gurupi (UnirG), Email: pauladielly.silva@unirg.edu.br

²Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Social da Universidade de Gurupi (UnirG). Email: claudiacarvelli@unirg.edu.br

³Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Social da Universidade de Gurupi (UnirG). Email: marcilenearaujo@unirg.edu.br

UM ESTUDO NARRATIVO SOBRE VOZES ANCESTRAIS INDÍGENAS E HISTÓRIAS QUE ME CONSTITUEM

Grupo de trabalho: Povos Indígenas: políticas educacionais e sociais e Educação Escolar Indígena Bilingue e Intercultural
Mariane Teles¹; Gyzely Suely Lima²

Esta pesquisa foi desenvolvida, ao longo de aproximadamente três anos durante o ensino médio, com o objetivo de investigar a experiência de construção de identidade da estudante-bolsista permeada pela leitura das escritoras indígenas Márcia Kambeba, Geni Nuñez e Julie Dorrico. Fundamentando-se na base teórico-metodológica da Pesquisa Narrativa (Clandinin e Connelly, 2011), a partir dos aspectos da tridimensionalidade e das histórias que constituem (stories to live by), foram produzidos textos de campo e a composição de sentidos das narrativas elaboradas pela pesquisadora. A metodologia da pesquisa narrativa permitiu articular vivências pessoais, trajetórias formativas e leituras sobre literatura indígena contemporânea, evidenciando como as generalizações, como o uso do termo “índio” no singular, reforçam estereótipos e ocultam a diversidade dos povos originários. Vale ressaltar que como um estudo narrativo, este trabalho baseia-se nas concepções de histórias sagradas, secretas e de fachada, que permitem interpretar os movimentos de revelação, ocultamento e proteção presentes nos textos de pesquisa, além de dialogar com reflexões de Eliane Potiguara, Ratton (2022), Santiago e Bengezen (2022), as quais destacam a literatura e a linguagem como práticas éticas, formativas e de resistência. Os resultados indicam que a exclusão se manifesta de forma dupla: a sociedade marginaliza saberes indígenas enquanto processos históricos afastaram muitos indígenas de elementos centrais de sua cultura, prejudicando o fortalecimento identitário. O estudo destaca a importância de abrir espaço para que vozes indígenas circulem em suas próprias formas de expressão. Desse modo, os resultados apontam que tanto a produção das escritoras indígenas quanto a escrita de si da estudante-bolsista podem ser formas de resistência cultural e afirmação identitária, na medida em que as vozes ancestrais presentes na literatura e na memória pessoal promovem uma resignificação dos silêncios e das vivências, ampliando a compreensão sobre pertencimento, ancestralidade e diversidade cultural. Conclui-se que enfrentar o apagamento exige reconhecer essas narrativas como parte essencial da história brasileira e compreender que sua negação representa uma perda coletiva. Portanto, a literatura indígena contemporânea e a pesquisa narrativa se entrecruzam como práticas de escuta e cuidado que valorizam histórias invisibilizadas e contribuem para novas perspectivas na educação e na sociedade.

Palavras-chave: Apagamento. Identidade. Literatura indígena. Memória, Pesquisa narrativa.

Apoio: Fomento CNPC/ PIBIC - EM

¹Discente, Curso Técnico de Comércio integrado ao ensino médio. IFTM Campus Uberlândia Centro, mariane.teles@estudante.iftm.edu.br

²Doutora em Estudos Linguísticos, Docente, IFTM Campus Uberlândia Centro, gyzely@iftm.edu.br

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO A PARTIR DE UM PROCESSO CRIMINAL

Grupo de Trabalho: Feminismo Negro e Interseccionalidade
Bruna Rodrigues Araujo¹; Ailton de Souza Aragão²

A violência sexual contra crianças e adolescentes acarreta prejuízos biopsicossociais. É um fenômeno marcado pelo silenciamento social, o que resulta em altas taxas de subnotificação. Esse cenário se agrava entre adolescentes com mais de 14 anos, uma vez que abre margem para que o órgão público realize a denúncia ou não. A depender da idade, raça e gênero da vítima há maior grau de culpabilização. Objetiva-se analisar um caso de violência sexual contra uma adolescente negra da década de 1960 e assim estabelecer comparativos com o cenário atual. Este trabalho trata-se de um estudo de caso baseado em um processo judicial, disposto no Arquivo Público de Minas Gerais. Foi utilizada câmera fotográfica, para registro do documento na íntegra. Criou-se um caderno de notas para sistematizar as informações (contexto histórico, discursos e procedimentos legais). Os dados foram analisados à luz da Análise Temática, tendo como referenciais a psicologia decolonial. Houve mudanças significativas nas legislações relativas ao tratamento de casos de violência sexual. Em 1964, o fenômeno era definido como “crime de sedução”, e utilizavam-se termos como “defloramento”. O julgamento dependia da avaliação da “moral” e da “índole” da vítima. Essas decisões, tomadas majoritariamente por juízes homens e brancos, reproduziam valores patriarcais e racistas. Na atualidade, ainda se observa a reprodução dessas violências em novas formas. As mídias sociais e os próprios profissionais que atuam nos atendimentos frequentemente revitimizam as adolescentes, questionando sua credibilidade e dificultando a realização de denúncias. Conclui-se, portanto, que o sistema de justiça e os demais órgãos de atendimento devem posicionar-se em alteridade diante do trauma sofrido pela vítima. Um evento traumático que não encontra espaço para ser narrado e simbolizado tende a cronificar o sofrimento, intensificando seus impactos psíquicos. A violência sexual é atravessada por marcadores de raça, gênero e idade e o conservadorismo brasileiro contribui para a manutenção desse tema dificultando sua visibilidade. É necessária a criação e o fortalecimento de políticas e leis que garantam maior proteção e segurança às adolescentes vítimas. Apesar dos avanços legislativos, o campo social e o sistema de justiça ainda sustentam ideais hegemônicos racistas, sexistas e adultocêntricos que invisibilizam a vítima dentro de seu próprio processo.

Palavras-chaves: Adolescente. Rede Intersetorial. Sistema de justiça. Violência Sexual.

¹Graduanda de Psicologia da UFTM, e-mail: brunararaujo0800@gmail.com;

²Cientista Social. Docente pelo Departamento de Saúde Coletiva, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Saúde e Sociedade, Universidade Federal do Triângulo Mineiro. e-mail: ailton.aragao@uftm.edu.br

VOZES ANTIRRACISTAS - ROMPENDO SILÊNCIOS

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais

Elisa de Almeida Souza¹;

Evellyn Cristinne Xavier Ferreira²;

Ketlyn Karolina Silva Rosa³

Este resumo relata a experiência de um projeto de ensino em desenvolvimento no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) - Campus Uberaba, construído coletivamente por servidores/as e estudantes. A iniciativa surgiu da necessidade de fortalecer a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no ambiente escolar, em cumprimento à Lei nº 10.639/2003. O principal objetivo é estimular a reflexão crítica sobre o racismo e as práticas antirracistas, favorecendo a construção de uma consciência coletiva comprometida com a equidade racial. A metodologia é fundamentada em uma perspectiva dialógica e participativa, inspirada nas obras de Cida Bento (2022), Sueli Carneiro (2019) e Nilma Lino Gomes (2017). Os encontros são organizados e mediados de forma colaborativa, com rodas de conversa, dinâmicas de grupo, leituras orientadas e práticas reflexivas, baseadas em capítulos do livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro. O projeto tem previsão de término para dezembro deste ano e os resultados parciais evidenciam o fortalecimento do letramento racial, o desenvolvimento de habilidades de empatia, escuta e argumentação crítica, bem como o fortalecimento do senso de pertencimento e da identidade negra. A partir das atividades desenvolvidas, novas ideias e propostas de projetos têm surgido, ampliando o alcance das discussões. Durante o desenvolvimento das atividades, foram identificados desafios que limitam a participação e o alcance do projeto. Entre eles, destacam-se a realização dos encontros após o horário das aulas, o que tem reduzido a adesão dos/as estudantes, e a escassez de materiais sobre temáticas étnico raciais na biblioteca da instituição. Em síntese, o projeto reafirma a importância de pensar a educação escolar a partir de uma perspectiva antirracista e humanizadora, na qual o diálogo e a escuta se tornam caminhos de transformação. As experiências vivenciadas demonstram que a escola pública pode e deve ser um espaço de resistência, produção de saberes e construção coletiva de uma sociedade mais justa e plural.

Palavras-chave: Educação antirracista. Letramento racial. Relações étnico raciais.

Apoio: IFTM

¹Mestranda em Educação Física/Professora, IFTM Campus Uberaba, elisa@iftm.edu.br

²Estudante do curso técnico integrado em Agropecuária, IFTM, evellyn.ferreira@estudante.iftm.edu.br

³Estudante do curso técnico integrado em Meio Ambiente, IFTM, ketlyn.rosa@estudante.iftm.edu.br

VOZES PENDURADAS NO VARAL DA ESCRIVIVÊNCIA

Grupo de trabalho: Educação e políticas públicas para as relações étnico-raciais
Beatriz Tano Diniz¹; Maria Valentina Braz de Toledo²;
Mayra Natanne Alves Marra³.

A atividade ora apresentada integrou o projeto Vozes ancestrais: heranças africanas e indígenas no português brasileiro e foi desenvolvida por duas turmas de ensino médio técnico integrado. Teve como foco a produção e exposição de fanzines como prática de leitura, arte e escrita. O fanzine, compreendido como um gênero textual híbrido e multimodal (Chagas; Rodrigues, 2006), uniu texto, imagem e experimentação linguística, possibilitando aos estudantes criar obras autorais inspiradas no conto Olhos D'Água, de Conceição Evaristo. As produções reinterpretaram diferentes temas, tais como ancestralidade, resistência, mulheres negras e religiosidades afro-brasileiras sob uma perspectiva linguística e cultural. O processo envolveu planejamento, redação, ilustração, diagramação e exposição dos fanzines em varal, com prendedores estilizados, valorizando o protagonismo estudantil. A dimensão linguística da atividade manifestou-se nas escolhas expressivas que compuseram os fanzines, como o uso de letras recortadas, variação de fontes e tamanhos, cores e grifos para destacar palavras e sentidos, além de explorar a disposição criativa do texto nas páginas. Trechos do conto de Evaristo foram transformados em epígrafes, slogans e versos visuais, com uso de imagens recortadas. Os temas abordados na obra também foram retomados por meio de acrósticos e mapas mentais que sintetizaram conceitos como ancestralidade, escrevivência e resistência. Essas práticas ampliaram a compreensão da língua portuguesa – e, de modo particular, do português brasileiro – como viva, visual e plural, evidenciando o papel da forma na construção de sentidos e o potencial dos fanzines no trabalho com multiletramentos e análise discursiva no ensino médio. O trabalho articulou o estudo do português brasileiro e reflexões sobre o conceito de escrevivência de Evaristo (2005) e sobre o pretuguês conforme Lélia Gonzalez (1988), compreendido como herança viva das matrizes africanas e indígenas na formação do português brasileiro. O fanzine, enquanto meio de expressão artística e comunitária, favoreceu a autoria, a diversidade linguística e a ruptura de estigmas sobre a escrita. A experiência contribuiu para a formação de leitores críticos e criadores mais sensíveis, ampliando a visão das/dos estudantes sobre a linguagem como espaço de resistência, memória e identidade cultural.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Escrevivência. Fanzine. Pretuguês. Protagonismo estudantil.

¹ Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; beatriz.diniz@estudante.iftm.edu.br.

² Estudante do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; maria.toledo@estudante.iftm.edu.br.

³ Doutora em Estudos Linguísticos; Professora de Língua Portuguesa e Espanhola; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, Campus Ituiutaba; mayra@iftm.edu.br.